



RELATÓRIO DE GESTÃO - 2018

Ministério dos Transportes,
Portos e Aviação Civil

MINISTÉRIO DA
INFRAESTRUTURA



Preâmbulo



A Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019, editada pelo Governo do Presidente Jair Bolsonaro, alterou consideravelmente a Administração do Poder Executivo Federal. Muitos órgãos foram extintos e outros transformados.

O Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil foi transformado no Ministério da Infraestrutura, que absorveu a competência da Política Nacional de Trânsito do extinto Ministério das Cidades. Com isso o Conselho Nacional de Trânsito passou a integrar a estrutura básica do atual Ministério, que foi reduzida de cinco para quatro secretarias.

O presente relatório tem por objetivo apresentar à sociedade brasileira os resultados alcançados no exercício de 2018 pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil. Visa também prestar esclarecimentos aos órgãos de controle sobre o desempenho e a integridade da gestão.

Diferentemente dos anos anteriores, este relatório traz uma visão conjunta das unidades que compõem a estrutura organizacional do Ministério, em observância à Decisão Normativa TCU nº 170/2018. O relatório agora transcende o modo de ver por intermédio das secretarias isoladas dentro do Órgão. Ele, também, prioriza a transparência e simplicidade das contas, aumentando a confiança da população na gestão governamental.

Este relatório está estruturado em 8 (oito) capítulos, além da mensagem do Ministro que exerceu a maior parte do exercício relatado, finalizando a gestão de 2018. Portanto, é assim que se encontra estruturado o atual relatório:

1. Visão geral organizacional e ambiente externo

2. Planejamento estratégico e governança

3. Gestão de risco e controles internos

4. Resultados da gestão

5. Alocação de recursos e áreas especiais de gestão

6. Demonstrações contábeis

7. Outras informações relevantes

8. Anexos e apêndices

Sumário



1. Visão geral organizacional e ambiente externo

Identificação, missão e visão do Ministério	09
Estrutura organizacional	09
Organograma	10
Ambiente externo	12
Modelo de negócios	13

2. Planejamento estratégico e governança

Planejamento estratégico	15
Governança	16

3. Gestão de risco e controles internos

Gestão de Riscos	21
Controles Internos	24

4. Resultados da Gestão

Declaração do Secretário-Executivo	28
Objetivos estratégicos considerados no relatório	30
Resultados alcançados frente aos objetivos estratégicos	31
Prioridades da gestão	46
Principais Programas e Projetos/iniciativas	50
Perspectiva para os próximos exercícios	55

5. Alocação de recursos e áreas especiais de gestão

Declaração da Subsecretária de Planejamento e Orçamento	57
Gestão orçamentária e financeira	58
Gestão de Pessoas	63
Gestão de licitações e contratos	69
Gestão patrimonial e infraestrutura	70
Gestão da tecnologia da informação	71
Sustentabilidade ambiental	79

6. Demonstrações Contábeis

Declaração dos contadores	81
Demonstrações contábeis - MTPA	85
Notas explicativas das demonstrações contábeis - MTPA	90
Demonstrações contábeis - FMM	98
Notas explicativas das demonstrações contábeis - FMM	105
Demonstrações contábeis - FNAC	108
Notas explicativas das demonstrações contábeis - FNAC	115

7. Outras informações relevantes

Descrição de como foram decididos os temas do relatório	122
---	-----

8. Anexos e apêndices

Informe sobre a declaração de integridade do relato integrado	124
Lista de siglas e abreviações	125



Mensagem do Ministro

Valter Casimiro

No ano de 2018, o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, atualmente transformado em Ministério da Infraestrutura, enfrentou grandes desafios para desenvolver o setor de transportes do País. Apesar dos avanços econômicos em 2017, que possibilitaram a retomada do crescimento econômico e a melhoria do ambiente de negócios, a disponibilização de recursos públicos orçamentários no exercício ainda estava em patamar bem inferior à demanda existente para resgatar o déficit de infraestrutura do País.

Diante desse panorama, adotou-se uma estratégia de atuação que buscou ampliar e fortalecer as parcerias privadas, efetivar o planejamento integrado, elevar os padrões de governança, a desburocratização de procedimentos, a modernização de normativos e o diálogo permanente com o Parlamento, com o setor produtivo, entidades de classe e órgãos de controle.

Com relação às concessões, a modelagem concebida no Programa de Parcerias de Investimentos - PPI, formatada com base em critérios técnicos, com racionalidade e segurança jurídica, ouvindo o setor privado e priorizando projetos atrativos e viáveis, apresentou sucesso nos leilões dos Aeroportos de Fortaleza, Salvador, Florianópolis e Porto Alegre; nos leilões de 8 terminais portuários e na prorrogação antecipada de contratos de outros 8 terminais portuários. Além disso, foi consolidada uma carteira com 59 projetos para os próximos anos.

No tocante aos investimentos públicos, a estratégia foi de racionalizar os recursos, priorizando a manutenção da infraestrutura, a conclusão de obras com elevado grau de execução e a retomada de obras estratégicas nos corredores de exportação, nos eixos de integração nacional e as ações de melhoria da mobilidade em centros urbanos.





Com muito diálogo foi possível destravar, retomar e intensificar obras em todo o País. Isso refletiu positivamente no setor, que experimentou avanços. A movimentação de carga e de passageiros cresceu em todos os modos de transporte: 2,7% no setor portuário, 5,8% no setor ferroviário, 4,6% no mercado de aviação de passageiros, 13,8% na carga aérea e 1,6% no consumo de diesel. Portanto, esses índices refletem claramente a dinamização da economia, cujo setor de infraestrutura de transportes é primordial.

Com o Programa Avançar foram finalizadas obras aguardadas há muito tempo. Em rodovias foram concluídos 620 km (construção, duplicação e adequação). A manutenção da malha rodoviária do DNIT foi priorizada, alcançando a condição de boa/regular em 77,6%. Tal ação contribuiu para o decréscimo de 23,1% dos acidentes no ano de 2018 causados por defeitos ou falta de sinalização nas vias.

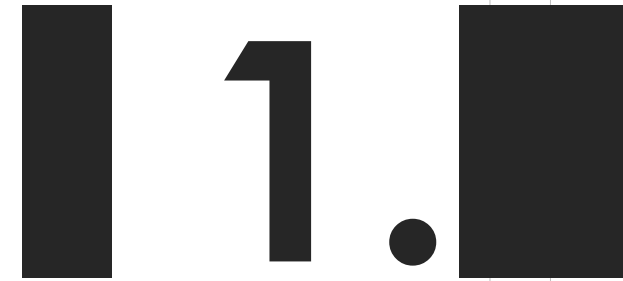
O setor portuário evoluiu com a entrega de obras estruturantes nos Portos de Itaquí, Fortaleza, Santos e Rio Grande, além da dragagem dos portos do Rio de Janeiro, Vitória, Maceió, Fortaleza, Paranaguá e hidrovias do Madeira e Paraguai.

Na aviação, a Infraero reverteu seu prejuízo operacional, possibilitando a conclusão dos terminais aeroportuários de Vitória e Rio Branco e a retomada das obras do Aeroporto de Macapá. O Programa de Aviação Regional foi reformulado e já tem as primeiras entregas, a exemplo do Aeroporto de Jericoacoara. No tocante às ferrovias, deu-se continuidade a segmentos da Ferrovia Norte Sul e Ferrovia de Integração Oeste Leste, que têm previsão de leilão à iniciativa privada em 2019.

Diante de tudo o que foi feito e dos desafios superados, o ano de 2019 se inicia com perspectiva bastante promissora para o setor de transportes. O Brasil ainda tem muitas carências para desenvolver sua infraestrutura logística, mas com as bases que foram firmadas e com a consolidação do planejamento integrado, consubstanciado no Plano Nacional de Logística – PNL, os investimentos estão acontecendo e poderão ser intensificados, ressaltando que a iniciativa privada voltou a investir e a movimentação de cargas e passageiros está crescendo.

É importante destacar que o Ministério da Infraestrutura e suas vinculadas iniciou o ano de 2019 saneado e sem dívidas. Embora o Orçamento de 2019 esteja relativamente no mesmo patamar do de 2018, o Governo que se inicia certamente recebe o País com uma infraestrutura de transportes melhor do que aquela que herdamos: há uma carteira de obras públicas contratadas e relevantes que poderão ter continuidade imediata, inclusive com previsão de entrega no curto prazo, além de um portfólio de empreendimentos maduros para ofertar à iniciativa privada.

Por fim, enfatizamos que este Relatório de Gestão traduz a estratégia de atuação no cumprimento das atribuições constitucionais que nos cabe, ao mesmo tempo em que consolida, de forma transparente, nossa prestação de contas à sociedade de maneira clara, objetiva e acessível.



VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

Identificação, missão e visão do Ministério

O Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, desde sua constituição, em 12 de maio de 2016, por meio da MP nº 726/2016, convertida na Lei nº 13.341/2016, passou a ser identificado como o órgão central da Administração Pública Federal Direta responsável pela formulação, coordenação e supervisão das políticas nacionais, referentes aos transportes rodoviário, ferroviário, aeroviário e aquaviário, bem como dos setores de aeroportos, portos e instalações portuárias marítimas, fluviais e lacustres.

O Ministério sempre pautou sua atuação no sentido de racionalizar a gestão dos recursos públicos, ampliar investimentos privados e aperfeiçoar e modernizar a regulação. De forma geral, as competências do MTPA, estavam estabelecidas no art. 57 da Lei 13.502/17 (revogado) e abrangiam ainda:

- Formulação e a supervisão da execução da política referente ao Fundo da Marinha Mercante, destinado à renovação, à recuperação e à ampliação da frota mercante nacional, em articulação com o Ministério da Fazenda e do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, hoje Economia.
- Participação no planejamento estratégico, no estabelecimento de diretrizes para sua implementação e na definição das prioridades dos programas de investimentos em transportes.
- Execução e avaliação de medidas, programas e projetos de apoio ao desenvolvimento da infraestrutura nacional e da superestrutura dos portos.

A missão do Ministério

Assegurar uma infraestrutura viária eficiente e segura, proporcionando melhores condições de transportes para bens e pessoas, reduzindo custos e buscando contribuir para o fortalecimento do comércio exterior, a ampliação da integração nacional e continental e o desenvolvimento socioeconômico do País.

A visão do Ministério

Ser reconhecido pela sociedade como agente indutor do desenvolvimento sustentável brasileiro pela oferta de uma infraestrutura e serviços de transportes com padrão internacional de excelência.

Para melhor entendimento da missão e visão do Ministério, acesse o link:

<http://portaldaestrategia.infraestrutura.gov.br/a-estrategiado-mt.html>

Estrutura organizacional

As responsabilidades do Ministério são compartilhadas com suas entidades vinculadas, sendo algumas executoras (DNIT, VALEC, INFRAERO e COMPANHIAS DOCAS) e outras agências reguladoras, assim classificadas:

a) Autarquias:

1. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT);
2. Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT);
3. Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ); e
4. Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC).

b) Empresas Públicas:

1. VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.;
2. INFRAERO - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária.

c) Sociedades de Economia Mista:

Companhia Docas do Pará (CDP);
Companhia Docas do Maranhão (CODOMAR);
Companhia Docas do Ceará (CDC);
Companhia Docas do Rio Grande do Norte (CODERN);
Companhia das Docas do Estado da Bahia (CODEBA);
Companhia Docas do Espírito Santo (CODESA);
Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ); e
Companhia Docas do Estado de São Paulo (CODESP).

Integrava, ainda, a estrutura básica do Ministério:

I - o Conselho de Aviação Civil (CONAC);

II - o Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante (CDFMM);

Capítulo 1. Visão geral organizacional e ambiente externo

III - a Comissão Nacional das Autoridades nos Portos (CONAPORTOS);

IV - a Comissão Nacional de Autoridades Aeroportuárias (CONAERO);

V - o Instituto Nacional de Pesquisas Hidroviárias (INPH); e

VI - cinco Secretarias:

(i) Secretaria Nacional de Transportes Terrestre e Aquaviário (SNTTA);

(ii) Secretaria Nacional de Aviação Civil (SAC);

(iii) Secretaria Nacional de Portos (SNP);

(iv) Secretaria de Política e Integração (SPI); e

(v) Secretaria de Fomento e Parcerias (SFP).

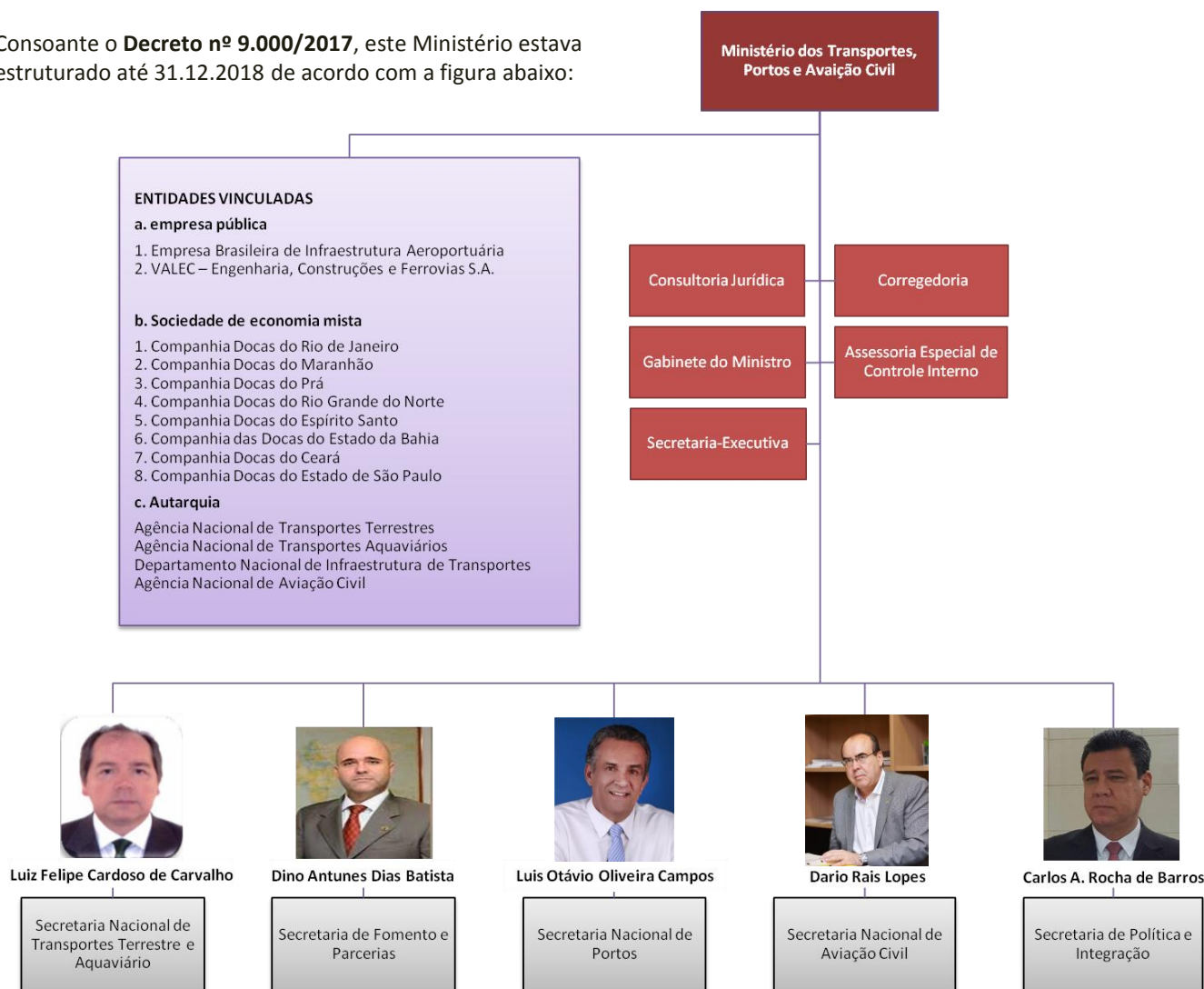
O Ministério, por meio de representante, preside o Conselho de Aviação Civil, que tem como competência estabelecer as diretrizes da política relativa ao setor de aviação civil. Preside, também, o Conselho Diretor do Fundo de Marinha Mercante (CDFMM), que tem por objetivo administrar o Fundo da Marinha Mercante (FMM).

Por sua vez, o Ministério coordena os seguintes órgãos colegiados: (i) Conselho Nacional das Autoridades nos Portos (CONAPORTOS); (ii) Conselho Nacional de Autoridades Aeroportuárias (CONAERO); e (iii) Conselho de Aviação Civil (CONAC). Pode-se dizer que as finalidades gerais desses colegiados são a integração das atividades desempenhadas por diferentes entidades que a compõem.

Com o advento da MP nº 870/2019, o Ministério da Infraestrutura presidirá o CONTRAN, por intermédio do Diretor do Departamento Nacional de Trânsito órgão que integra a estrutura da Pasta.

Organograma

Consoante o **Decreto nº 9.000/2017**, este Ministério estava estruturado até 31.12.2018 de acordo com a figura abaixo:



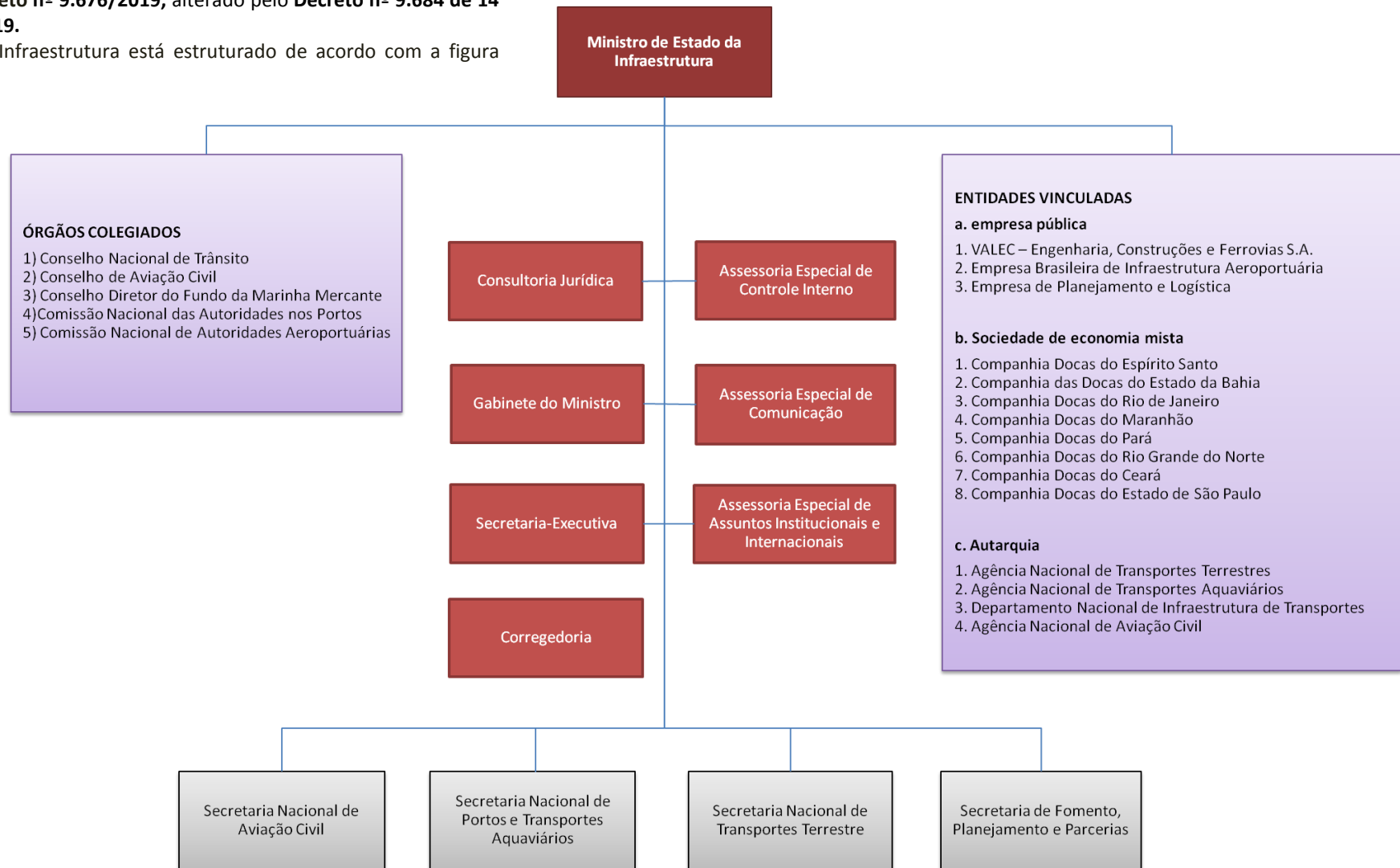
Fonte: SIORG/Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (<http://siorg.planejamento.gov.br>)

Capítulo 1. Visão geral organizacional e ambiente externo

Organograma Atual (2019)

Conforme o **Decreto nº 9.676/2019**, alterado pelo **Decreto nº 9.684 de 14 de Janeiro de 2019**.

O Ministério da Infraestrutura está estruturado de acordo com a figura abaixo:



Fonte: SIORG/Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (<http://siorg.planejamento.gov.br>)

Ambiente externo

O exercício de 2018 foi marcado pelo cenário de restrição orçamentária e financeira ainda mais acirrado do que em 2017, tendo em vista o período de eleições e de transição governamental.

O comportamento da economia brasileira no ano de 2018 refletiu os choques e as incertezas que impactaram a atividade econômica e os mercados financeiros no período, contribuindo para que o crescimento tenha se mantido relativamente baixo.

O quadro macroeconômico se mostrou volátil devido ao processo eleitoral e às condições externas menos favoráveis aos países emergentes – dentre estas, destacam-se as oscilações do preço do petróleo, das taxas de juros nos Estados Unidos, dos mercados acionários e das taxas de câmbio.

A perspectiva de desaceleração do crescimento global constituiu o pano de fundo desses movimentos, em que se destacam a divergência das trajetórias entre os países avançados (o crescimento nos Estados Unidos permaneceu robusto, mas perdeu fôlego na Área do Euro e no Japão) e o escopo limitado para uma atuação das políticas econômicas em caso de redução mais acentuada do crescimento.

A guerra comercial entre Estados Unidos e China continua sendo fonte importante de incertezas – principalmente pelo impacto que as barreiras comerciais podem ter sobre o crescimento chinês num contexto de elevado endividamento das empresas daquele país.

A eclosão da greve dos caminhoneiros no segundo trimestre de 2018 certamente afetou de forma negativa o

ritmo de retomada da atividade econômica, mas este desempenho decepcionante deveu-se primordialmente a outros fatores.

Primeiro, ao ambiente de incerteza associado ao desequilíbrio estrutural das contas públicas. Segundo, à implementação apenas incompleta do amplo conjunto de medidas requeridas para remover as restrições ao investimento e ao aumento da produtividade geral da economia – apesar dos avanços na agenda microeconômica registrados nos anos recentes.

A questão fiscal, em particular, tem sido o nó que aprisiona a economia brasileira na atual armadilha de baixo crescimento e o principal desafio de política econômica a ser enfrentado nos próximos anos.

O desequilíbrio fiscal, em contrapartida, ao colocar a dívida pública em trajetória de alta não sustentável, tem gerado incertezas que afetam as decisões de investimento e consumo de mais longo prazo e aumentam o risco financeiro percebido pelos investidores.

Destacamos mais alguns desafios enfrentados pelo Ministério ao longo do ano de 2018 e que compuseram o nosso ambiente de negócios:

- **Carteira de investimentos com patamar muito superior à disponibilidade orçamentária;**
- **Obras paralisadas, judicializadas e inacabadas no país inteiro;**
- **Mecanismos de planejamento executados por Ministérios diferentes, o que dificultou a atuação integrada;**

- **Contratos de concessão apresentando forte desequilíbrio, motivados pela queda da demanda e baixa oferta de financiamento, culminando na paralisação e postergação de investimentos;**

- **Falta de confiança de investidores, construtores e concessionários para tocar as obras;**

Por outro lado, destacamos, em 2018, um avanço no nosso ambiente externo de negócios. Houve o estreitamento de parcerias com organismos internacionais do setor, especialmente a Comissão Interamericana de Portos, da qual o Governo Brasileiro havia se afastado há quase 6 anos e voltou a participar no referido exercício. Essas parcerias possibilitaram a participação em eventos, que resultaram em troca de conhecimentos e maior divulgação do setor portuário no cenário externo.

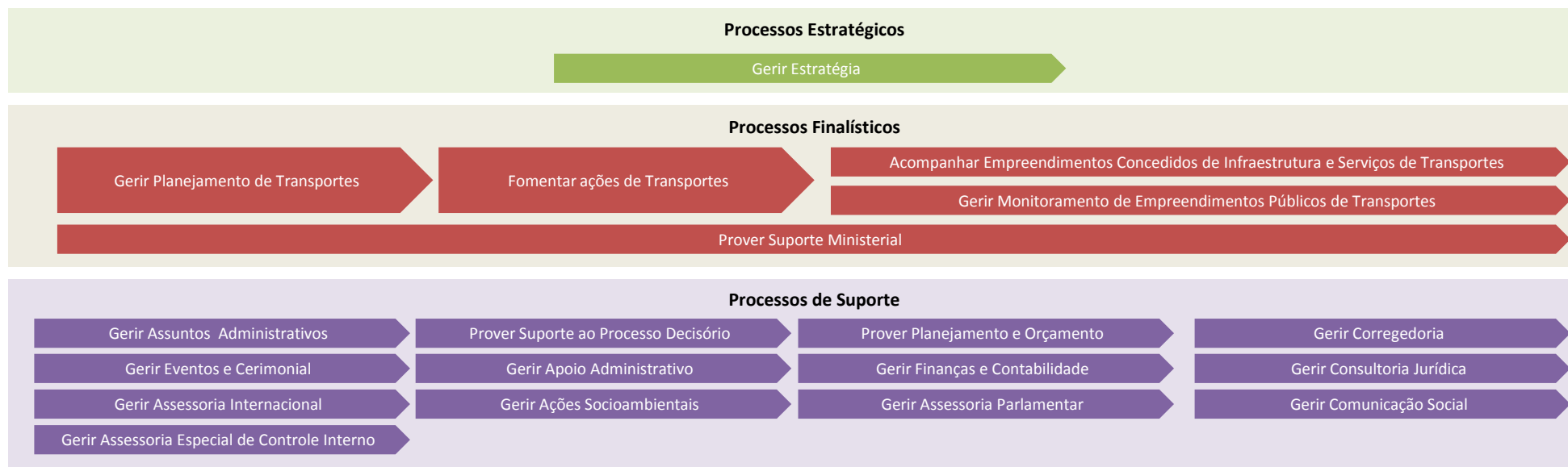
Capítulo 1. Visão geral organizacional e ambiente externo

Modelo de negócios

O Ministério iniciou em 2012 um processo de modernização da gestão por meio do desenvolvimento de um processo estruturado de administração estratégica e de gestão por resultados e tinha como horizonte o ano de 2015.

Atualmente, este processo encontra-se em revisão, tendo em vista a nova estrutura organizacional e atribuições da Pasta, a conjuntura nacional e o horizonte temporal para as ações, conforme explicitado no Capítulo 2.

Em seguida veio o trabalho original de mapeamento de processo (cadeia de valor) que ocorreu em 2013. Nessa ocasião, foi definida a cadeia de valor agregado do Ministério que tinha os seguintes macroprocessos finalísticos: a gestão do planejamento de transportes e do monitoramento de empreendimentos públicos; o acompanhamento dos empreendimentos concedidos e a ação de fomento, em especial na área de marinha mercante e de instalações portuárias públicas de pequeno porte. A figura abaixo mostra os processos estratégicos, finalísticos e os de suporte delineados na época:



Fonte: SPI

Assim como no planejamento estratégico, as frequentes revisões da estrutura regimental do Ministério impossibilitaram a revisão dos macroprocessos apontados acima e, por consequência, a definição de nova cadeia de valor.

2.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

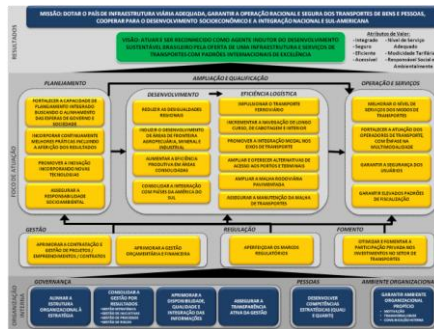
Capítulo 2. Planejamento estratégico e governança

Planejamento Estratégico

Primeiro ciclo do planejamento estratégico

O **processo de planejamento estratégico no Ministério teve início em 2012** por meio do Programa Modernizando a Gestão Pública (**PMGP**) e que se traduziu em uma agenda de gestão que viabilizasse a execução do planejamento estratégico pelo Ministério e pelas suas entidades vinculadas, para o período de 2013-2015.

De acordo com a **metodologia adotada (Balance Scorecard – BSC)**, foi desenvolvido o Mapa Estratégico do Sistema Transporte, que contou com ampla participação de lideranças do MT e suas vinculadas, contendo objetivos estratégicos para os temas Planejamento, Ampliação e Qualificação, Operação e Serviços, Fomento, Regulação, Gestão, Pessoas e Governança.



Mapa Estratégico do Sistema Transporte

Para melhor entendimento de todos objetivos do mapa estratégico do Ministério segue o link de acesso do mapa para clicar no objetivo desejado:

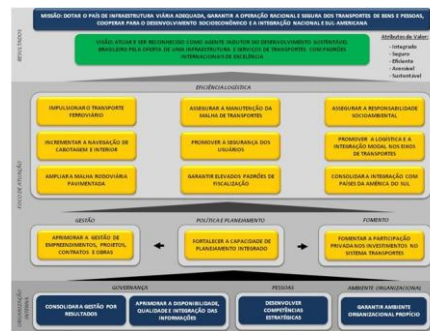
<http://portaldaestrategia.infraestrutura.gov.br/a-estrategiado-mt.html>

Segundo ciclo do planejamento estratégico

Com o fim do primeiro ciclo de execução da estratégia do Sistema Transportes em 2015, teve início o processo de avaliação e revisão do planejamento estratégico.

Havia consenso no Sistema Transportes de que o Planejamento Estratégico elaborado refletia muito bem os desafios a serem enfrentados e que o novo ciclo necessitava de pequenos ajustes e priorização de iniciativas estratégicas.

O resultado deste trabalho de revisão foi o seguinte Mapa Estratégico apresentado na figura abaixo:



Mapa Estratégico revisado

Antes da institucionalização desse novo ciclo estratégico, o Ministério passou por algumas mudanças que incluíram a troca da Alta Administração e edição de Medida Provisória que alterava significativamente sua estrutura.

Revisão do planejamento estratégico 2019-2022

Em **março de 2017 foi publicado o Decreto nº 9.000/17** com a nova estrutura do Ministério, incorporando as Secretarias de Aviação Civil e de Portos.

A **primeira ação desenvolvida foi a realização do Workshop Integra Transportes** com o objetivo de promover a integração e o alinhamento entre as Secretarias da nova estrutura do Ministério.

Concomitantemente, a área responsável pela condução do planejamento estratégico desenvolvia o **processo de revisão do planejamento estratégico do Sistema Transportes**, já levando em conta as novas atribuições e competências. O processo foi desenhado com as seguintes etapas:

- 1.Diagnóstico:** Levantamento dos principais desafios do Setor a partir da visão das principais partes interessadas internas e externas;
- 2.Construção de uma agenda de gestão:** Elaboração de um plano estratégico com ações prioritizadas a partir da interpretação e confirmação dos principais desafios e objetivos do Setor Transportes;

Capítulo 2. Planejamento estratégico e governança

3. Alinhamento das Secretarias e órgãos: Explicitação das contribuições e responsabilidades de cada uma das partes que compõem o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, na execução do plano;

4. Implementação de um processo de acompanhamento e gestão: Estruturação de uma rotina de acompanhamento e gestão do plano desenhado, bem como, um processo de retroalimentação do próprio.

Em março de 2018 foi publicada a Portaria nº 235 que institui a Política Nacional de Transportes e estabelece princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos para o setor de transportes.

A Política Nacional de Transportes – PNT é o documento de mais alto nível para o Setor de Transportes do país, onde estão estabelecidos os princípios, objetivos, diretrizes fundamentais e instrumentos para o planejamento e sua implementação.

No final do ano de 2018 foi criado um Grupo de Trabalho - GT por meio da Portaria nº 3.299/18, reunindo representantes de todas as Secretarias do Ministério, bem como, de todas as suas vinculadas. O objetivo do GT era realizar a revisão do Planejamento Estratégico, apresentando ao final, sugestões dos principais objetivos estratégicos para o sistema transporte, bem como, estratégias para cada modo de transporte e medidas institucionais. Para a obtenção desse fim foram realizadas 8 reuniões.

Para maiores esclarecimentos sobre o andamento dos trabalhos da revisão do planejamento estratégico 2019-2022, segue o link de acesso que consta inclusive o teor das palestras ocorridas nas aludidas reuniões: <http://portaldaestrategia.infraestrutura.gov.br/estatisticadetransportess-2.html>

Apesar disso, não foi elaborado um novo mapa estratégico, nem um planejamento estratégico moderno, tendo em

vista o advento do Governo do Presidente Jair Bolsonaro que se iniciou em janeiro de 2019. Foram encaminhadas as sugestões da área técnica do Ministério para que o novo governo elabore o Planejamento Estratégico de acordo com suas prioridades e definições.

Governança

Descrição das estruturas de governança

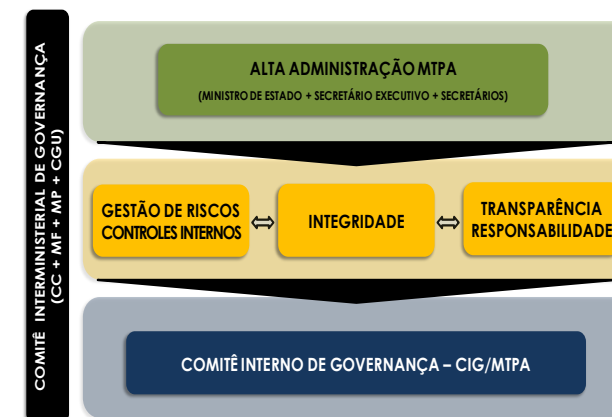
O Decreto 9.203/2017, em seu artigo 7º, instituiu o Comitê Interministerial de Governança — CIG, composto pelo Ministro Chefe da Casa Civil e pelos Ministros da Fazenda, do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e da Transparência e Controladoria-Geral da União, com a finalidade de assessorar o Exmo. Senhor Presidente da República na condução da política de governança da administração pública federal.

Dentre as competências estabelecidas pelo referido normativo, estabeleceu-se que o Comitê deve incentivar e monitorar a aplicação das melhores práticas de governança no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Em consonância com tal dispositivo, o MTPA publicou a Portaria nº 442, de 03 de julho de 2018, que instituiu as instâncias de governança do Ministério e suas respectivas estruturas, competências e atribuições, bem como a Portaria nº 2.968, de 20 de setembro de 2018, que estabeleceu a composição dessas instâncias, com representantes de todas as áreas envolvidas.

Os mencionados comitês internos de governança têm como competências auxiliar a alta administração na implementação e na manutenção de processos, estruturas e mecanismos adequados à incorporação dos princípios e das diretrizes da governança previstos no Decreto nº 9.203/2017, especialmente no que diz respeito às ações relacionadas aos controles internos da gestão, gestão de riscos, transparência e integridade.

A figura a seguir ilustra o cenário descrito:



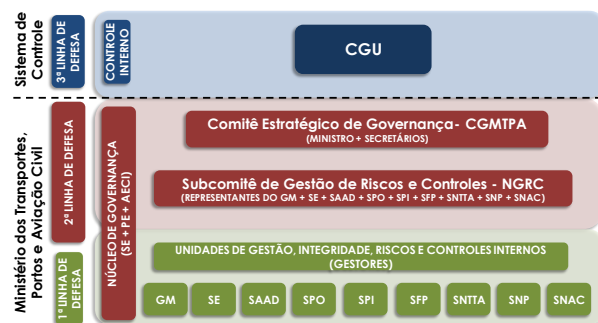
Capítulo 2. Planejamento estratégico e governança

Instâncias de Governança

São instâncias de governança no âmbito do MTPA:

- ✓ **Comitê Estratégico de Governança - CEG/MTPA**, composto pelo Ministro de Estado dos Transportes, Portos e Aviação Civil, pelo Secretário-Executivo, pelos titulares das Subsecretarias vinculadas à Secretaria-Executiva e pelos titulares das demais Secretarias.
- ✓ **Subcomitê de Gestão de Riscos e Controles Internos da Gestão - SCGRC/MTPA**, composto por representantes da Secretaria-Executiva, das Subsecretarias a ela vinculadas e das demais Secretarias, indicados por seus respectivos titulares.
- ✓ **Comitê Técnico de Integridade - CTI/MTPA**, composto pelo Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno, pelo Corregedor, pelo Ouvidor e pelo Presidente da Comissão de Ética do Ministério, na forma da Portaria MTPA nº 320, de 30 de abril de 2018.
- ✓ **Núcleo de Governança - NG/MTPA**, composto por servidores com conhecimentos em temas afetos à gestão, integridade, riscos e controles internos da gestão, vinculados à Secretaria Executiva, à Assessoria Especial de Controle Interno e à área responsável pelo Planejamento Estratégico do Ministério.
- ✓ **Unidades de Gestão, Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão - UGIRC/MTPA**, compostas, em cada Secretaria e Subsecretaria do Ministério, pelo dirigente máximo e por servidores designados pelo titular da Unidade, com conhecimentos nos temas afetos à gestão, integridade, riscos e controles internos da gestão.
- ✓ **Gestores de Processos de Gestão**, que correspondem a todo e qualquer responsável pela execução de determinado processo de trabalho, inclusive sobre a gestão de riscos, conforme as atribuições previstas no Decreto nº 9.000, de 8 de março de 2017.

A conexão de mecanismos de integridade à gestão de riscos, transparência, accountability, controles internos, entre outros, ressaltando a sua característica como instrumental de gestão, que visa garantir efetividade e amplitude à Governança do órgão no âmbito do MTPA está demonstrada a seguir.



Atribuições das Instâncias de Governança

O Comitê Estratégico de Governança - CEG/MTPA atua como instância deliberativa, exercendo o papel de orientar, incentivar, apoiar, promover, supervisionar e recomendar as iniciativas e ações estratégicas de Governança.

Ao Subcomitê de Gestão, Riscos e Controles Internos da Gestão - SCGRC/MTPA compete, como instância supervisora e propositiva, estimular, disseminar, apoiar, avaliar e orientar as demais instâncias no cumprimento das determinações, recomendações e orientações emanadas pelo CEG, bem como propor e submeter, à instância deliberativa, ações, iniciativas e procedimentos referentes à Governança.

Já às Unidades de Gestão, Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão - UGIRC/MTPA, que são as instâncias de execução no nível operacional, compete propor e

apresentar iniciativas e ações de Governança às instâncias superiores e promover, adotar, identificar, mapear, gerir e executar as ações de Governança no tocante aos seus riscos, à melhoria constante dos mecanismos de controle interno, ao aperfeiçoamento da transparência e à integridade operacional.

As instâncias deliberativas, supervisora e operacional, são apoiadas pelo:

I. Comitê Técnico de Integridade - CTI/MTPA, cujo papel é de assessorar e propor à instância deliberativa as iniciativas e ações referentes à Integridade e Transparência e, no tocante às instâncias operacionais, o papel de coordenar, orientar, mapear, estimular e disseminar a forma de atuação e prevenção neste campo da Governança; e,

II. Núcleo de Governança - NG/MTPA, a quem compete prestar orientação técnica a todas as instâncias no campo da Gestão de Riscos e melhoria constante dos mecanismos de Controle Interno.



Canais de comunicação

São integrantes da estrutura de Gestão da Integridade no MTPA e se constituem nos principais canais de comunicação com a sociedade e demais partes interessadas:

- a **Assessoria Especial de Controle Interno (AECI)**, que trata do gerenciamento das ações relativas ao atendimento aos mecanismos de controle interno e externo e de fomento as ações de Governança;
- a **Ouvidoria do MTPA**, que lida com transparência, atendimento aos públicos interno e externo, participação social, desburocratização e acesso à informação, além de ser responsável pelo canal de denúncia do Órgão;
- a **Comissão de Ética**, que é a responsável pela promoção da ética e regras de conduta para servidores no âmbito do MTPA, além de tratar de procedimentos e apuração de denúncias que envolvam aspectos éticos; e
- a **Corregedoria do MTPA**, que trata dos procedimentos de responsabilização funcional e de terceiros.

A interação entre essas áreas pode ser observada a seguir:



Ouvidoria e Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)

A partir da edição do Decreto nº 9.000/2017 que reestruturou o Ministério e que perdurou até o fim de 2018, o Órgão passa a contar com todo o aparato formal de integridade e governança, incentivado pela CGU e previsto na Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 01/2016 e no Decreto nº 9.203/2017, qual seja a Ouvidoria (inclusive como Canal de Denúncias), a Corregedoria, a Assessoria Especial de Controle Interno, a Comissão de Ética e o Planejamento Estratégico.

Com a instalação da Ouvidoria, em junho de 2017, o Serviço de Informações a Cidadão (SIC) foi incorporado à Unidade, em vista da afinidade entre os dois serviços. Assim, a gestão do Órgão passou a contar com informações quanto à percepção dos públicos interno e externo para o constante aprimoramento dos serviços que presta e da gestão como um todo.

Ainda foi instituído pela Portaria GM/MTPA nº 188, de 09 de março de 2018, o Comitê Técnico de Ouvidorias do Sistema Transportes, com a finalidade de reunir as Ouvidorias e os SICs do Ministério e de suas entidades vinculadas para a promoção de debates, troca de experiências e alinhamento de procedimentos relacionados aos dois serviços.

Acrescente-se que a Ouvidoria/MTPA tem a responsabilidade de monitorar as informações obrigatórias do MTPA que devem ser expostas em transparência ativa em seu site na Internet, estabelecidas pela Portaria Interministerial CGU/MPOG nº 140/2006, incluindo a Carta de Serviços, prevista no Decreto nº 9.492/2018.

A Unidade tem atuado também em outras frentes, tais como no Comitê Técnico de Integridade, Comissão

Permanente de Avaliação de Documentos Sigilosos, Comitê de Gestão de Riscos, dentre outros, sempre buscando contribuir com as iniciativas de integridade e de governança do MTPA.

Ouvidoria em números

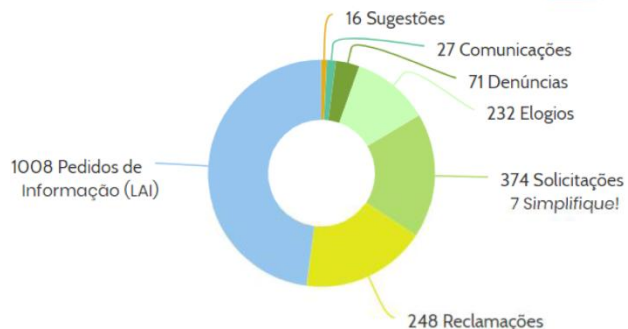
NÚMEROS GERAIS E ORIGEM

TOTAL DE ATENDIMENTOS

1.976



TIPOS DE MANIFESTAÇÃO



DEMANDAS CAMINHONEIROS

* SUGESTÃO DE MANTER TABELA MÍNIMA DO FRETE E AUMENTAR A FISCALIZAÇÃO;



* RECLAMAÇÃO/DENÚNCIA SOBRE CONDIÇÃO DA BR-367 E EXECUÇÃO DE OBRAS IMPACTADA PELA GREVE.

TEMAS E ÁREAS MAIS DEMANDADOS



SUGESTÕES DA OUVIDORIA



- PROMOVER A PUBLICIDADE DOS PROCESSOS

- INOVAR O ACESSO AO PASSE LIVRE POR INTERMÉDIO DE APLICATIVO

O QUE MAIS OUVIMOS



A Ouvidoria, canal único de recebimento de denúncias do MTPA, tem conferido especial atenção a este tipo de demanda, tal como preveem as recentes orientações no âmbito dos processos de aprimoramento da governança na Administração Pública e, em especial, no combate à corrupção. Seguem os números sobre as denúncias registradas:



3.

GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Gestão de Risco

Principais riscos e sua vinculação aos objetivos estratégicos

Lançado pela Controladoria-Geral da União (CGU), o Programa de Fomento à Integridade Pública - PROFIP, instituído por meio da Portaria CGU nº 784, de 28 de abril de 2016, teve como objetivo incentivar e capacitar os órgãos e entidades da Administração direta, autárquica e fundacional a implementar programas de integridade, também conhecidos como *compliance* anticorrupção.

A CGU, por intermédio do PROFIP, estabeleceu as coordenadas de forma macro, para que os órgãos pudessem, então, adequar as regras às suas próprias realidades e peculiaridades.

Um processo que requer, para o êxito do programa, a participação de todos, de forma continuada. A adesão do Ministério ao Profip ocorreu por meio do Aviso Ministerial nº 49, de 04 de maio de 2016.

A Assessoria Especial de Controle Interno, em observância à atribuição de Assessorar e Orientar o Ministro de Estado e os demais gestores deste Ministério nas áreas de controle, riscos, transparência e integridade da gestão, desde a Instrução Normativa Conjunta CGU/MP nº 1, de 10/05/2016, atuou na implantação de ações de melhoria da Governança no Ministério e vinculadas, em especial as relativas à Integridade, com a criação dos Comitês Técnicos das Auditorias (CTA), das Corregedorias (CTC) e das Ouvidorias (CTO) e ainda, no fortalecimento da Comissão de Ética.

A partir de 2015, grupos de trabalho foram criados para atuar no tema em questão, além de ter sido ampliada a interação com unidades de auditoria das vinculadas.

CGU assina portaria de criação do Comitê de Auditoria do Sistema de Transportes



O MTPA, por meio da Portaria nº 353, publicada no DOU em 08/05/2017, instituiu a Política de Gestão de Riscos em observância à Instrução Normativa Conjunta CGU/MP nº 1, de 10/05/2016, especialmente os artigos 17 a 23, bem como às normas aplicáveis e relacionadas à Governança Pública e às atividades de Gestão de Riscos, Integridade, Transparência e Controles Internos da Gestão.

Em novembro de 2017 houve a publicação do Decreto 9.203, que dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Trata-se de importante instrumento legislativo para que se aprimore a gestão na Administração Pública.

Para fins conceituais, define-se, nos termos do art. 2º, I, do referido diploma, governança pública como sendo um "conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade."

Com o advento da Portaria CGU nº 1.089/2018, publicada para regulamentar o referido Decreto da Governança, ficou estabelecido que os órgãos e entidades federais instituíssem seus Programas de Integridade que demonstrassem o comprometimento da alta administração e que fossem compatíveis com suas naturezas, portes, complexidades, estruturas e áreas de atuação.

Foi previsto um processo gradual, de seis meses, para a instituição de Planos de Integridade, que iriam direcionar as ações dos programas de integridade nos órgãos.

Algumas instituições já estavam com ações voltadas ao aprimoramento da Integridade em andamento, inclusive no MTPA. A diferença é que agora os Planos de Integridade são obrigatórios e devem ser aprovados pela alta administração.

Riscos de Integridade

Em observância à previsão contida na Portaria CGU 1.089/2018, o MTPA instituiu em maio de 2018, por meio da Portaria nº 320/2018, sua Unidade de Gestão de Integridade (UGI), denominada de Comitê Técnico de Integridade - CTI, responsável pela coordenação da estruturação, execução e monitoramento do programa de integridade da Pasta.

Compõem a estrutura da Unidade de Gestão da Integridade:

- I. **Assessoria Especial de Controle Interno**, que trata do gerenciamento das ações relativas ao atendimento aos mecanismos de controle interno e externo e de fomento as ações de Governança;
- II. **Ouvidoria**, que lida com transparência, atendimento aos públicos interno e externo, participação social, desburocratização e acesso à informação, além de ser responsável pelo canal de denúncia do Órgão;
- III. **Comissão de Ética**, que é a responsável pela promoção da ética e regras de conduta para servidores no âmbito do MTPA, além de tratar de procedimentos e apuração de denúncias que envolvam aspectos éticos; e
- IV. **Corregedoria**, que trata dos procedimentos de responsabilização funcional e de terceiros.

Os Programas de Integridade devem formalizar um conjunto de medidas destinadas a prevenir, detectar, punir e remediar fraudes e atos de corrupção nos órgãos e entidades, contribuindo, assim, para a detecção e o tratamento prévio de riscos à integridade, a otimização da atuação das unidades de integridade no órgão/entidade e maior segurança na tomada de decisões. É importante ressaltar que para a concretização de todos esses objetivos é essencial o comprometimento da alta administração com o tema.

O Plano de Integridade do Ministério foi encaminhado à CGU, em 30/11/2018, e representa passo significativo na consolidação dos princípios de Governança estabelecidos no Decreto nº 9.203/2017, no âmbito desta pasta. As ações apresentadas no Plano de Integridade do MTPA englobam aquelas executadas em 2018 e definidas para o exercício de 2019, que deverão ser revisadas anualmente em um ciclo de planejamento, implementação e aprimoramento contínuos para efetivação do seu Programa de Integridade.

Tais ações pressupõem o trato das mais diversas questões organizacionais, quais sejam: aprimoramento da cultura e comportamentos; avaliação de processos e atividades; (re) definição de objetivos estratégicos e táticos adequados à missão institucional; acompanhamento de ações de auditoria; planos de corregedoria e de ouvidoria; avaliação da efetividade dos controles internos; avaliação de maturidade ética da instituição, mapeamento e gestão dos riscos de integridade, entre outros.

As ações apresentadas são direcionadas a todos os agentes públicos em exercício neste Ministério, sendo que, em um segundo momento, pretende-se que também atinjam, no que couber, os órgãos e entidades vinculados, fornecedores e outras organizações públicas ou privadas que se relacionem com o MTPA.

Em 2018 o CTI apresentou os seguintes projetos e produtos:

- ✓ Plano de Integridade do MTPA;
- ✓ Revisão do fluxo de Tratamento de Nepotismo;
- ✓ Campanha sobre Assédio Moral.



- ✓ Revisão do Fluxo de Conflito de Interesses;
- ✓ Elaboração de dois Códigos de conduta

complementares ao Código de Ética do MTPA (a publicar);

- ✓ Revisão do Fluxo de Tratamento de Denúncias;
- ✓ Elaboração de Minuta de Portaria que Dispõe sobre o tratamento de denúncias e disciplina a sua tramitação no âmbito do Ministério (em fase final de revisão);
- ✓ Proposta à ASCOM de campanha institucional sobre Nepotismo;
- ✓ Proposta à ASCOM de campanha sobre Conflito de Interesses.
- ✓ Identificação de riscos para a Integridade e suas medidas de tratamento.
- ✓ Campanha sobre Assédio Moral, veiculada de maio a agosto/2018 no âmbito do Ministério, disponibilizou orientações sobre o tratamento adequado de situações que possam configurar o assédio moral no ambiente de trabalho, esclarecendo dúvidas e indicando, inclusive, os canais para solicitação de informações ou registro de denúncias.
- ✓ A Cartilha de Orientações, Normas e Procedimentos sobre Assédio Moral foi publicada no Canal do Servidor (Intranet). O êxito da campanha despertou o interesse de outros órgãos da Administração Pública Federal, como o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação - MCTIC e a Empresa Brasil de Comunicação - EBC, que solicitaram a cessão dos materiais produzidos para veiculação naqueles Órgãos.



O reconhecimento pela promoção dos valores éticos entre os agentes públicos e pela prevenção de desvios de conduta atrelados ao assédio moral superou as fronteiras do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, tendo sido a Campanha sobre Assédio Moral vencedora do IV Concurso de Boas Práticas na Gestão Ética – Categoria A.

A premiação do IV Concurso de Boas Práticas na Gestão Ética foi entregue no dia 24 de novembro de 2018, durante a realização do XIX Seminário Ética na Gestão, promovido anualmente pela Comissão de Ética Pública da Presidência da República – CEP/PR, em que a ação foi apresentada aos participantes do evento. Na ocasião, a Comissão de Ética da Companhia Docas do Rio de Janeiro, a Comissão de Ética da Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Comissão de Ética da Secretaria da Receita Federal do Brasil e a Comissão de Ética da Eletronuclear solicitaram a cessão dos materiais produzidos para veiculação naqueles órgãos.

No âmbito do MTPA, com relação à gestão de riscos, é necessária a adoção de ações objetivando à melhoria na condução dos processos internos, com vistas ao aprimoramento das práticas de gestão de riscos associadas às diversas atividades desenvolvidas.

Os modelos institucionais adotados ao longo da constituição histórica da Administração Pública ainda prevalecem nas práticas de gestão atuais e condicionam as mudanças a um processo de transição, motivados por experiências e adequações, até que novas ferramentas de gestão sejam estabelecidas.

O Ministério passa por um processo de construção de novas práticas de gestão, subsidiadas na gestão por competências e em novos modelos de trabalho. Assim, gradativamente, tem-se adotado novas iniciativas que convergem para a consecução de modelos que visam à adoção de ações de controle de riscos de natureza preventiva e saneadoras.

Nesse sentido, a definição da Política de Gestão de Riscos, conforme Portaria nº 353/2017, a instituição das instâncias de Governança, Portaria nº 442/2018 e a criação do Comitê Técnico de Integridade, Portaria nº 320/2018, demonstram a concretização das ações no âmbito do Ministério na busca contínua da implementação da Gestão de Riscos, com ênfase nos riscos associados à Integridade.

Controles Internos

A AECl, desde 2015, passou a concentrar as demandas dos órgãos de controle direcionadas ao MTPA e recebidas pelas diversas unidades organizacionais do Ministério.

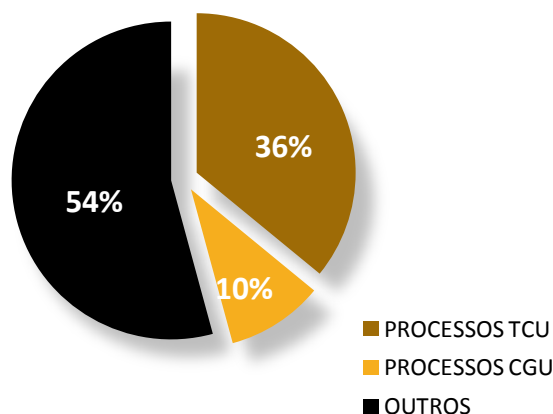
Dessa forma, o acompanhamento, tanto do recebimento, quanto das respostas às demandas passou a ter um maior controle e avaliação prévia de suficiência e qualidade da manifestação. O quadro a seguir, apresenta o atual fluxo das demandas recebidas.

- 1 • **Ministro; Secretário Executivo; Secretários:** recebimento da demanda dos Órgãos de Controle e envio para a AECl.
- 2 • **AECl : 2.1)** Monitoramento preventivo dos processos TCU/CGU. **2.2)** Analisa; articula com as vinculadas e áreas técnicas; define prazo de atendimento; monitora os prazos de atendimento.
- 3 • **Área técnica:** recebe e processa informação; informa para AECl necessidade de prazo adicional; encaminha resposta para consolidação da AECl com dois dias úteis de antecedência.
- 4 • **AECl:** consolida a resposta; faz interlocução com Órgãos de Controle Externo e Áreas Técnicas; responde no prazo diretamente para TCU/CGU. Nos casos necessários, envolve GM e SE.

Destaca-se do quadro apresentado, a rotina de, além do recebimento e envio formal das demandas às áreas responsáveis pela demanda, o trabalho contínuo de alinhamento e articulação no junto a essas áreas no tocante à qualidade e suficiência técnica da resposta a ser enviada. Esse trabalho envolve o monitoramento contínuo, o gerenciamento dos prazos e o alinhamento com o gestor responsável.

No exercício de 2018, no âmbito da AECl foram acompanhados no Sistema Eletrônico de Informações SEI, 651 processos. Considerando que cada processo passa, no mínimo, 02 vezes pela AECl, considera-se então que foram realizadas mais de 1.300 análises pela equipe técnica.

DEMANDAS EM 2018



As informações relevantes são repassadas às autoridades internas e vinculadas, sempre que se mostrar necessário.

Como rotina instituída, toda semana, às quartas-feiras, a AECl se faz presente na sessão Plenária da Corte de Contas.

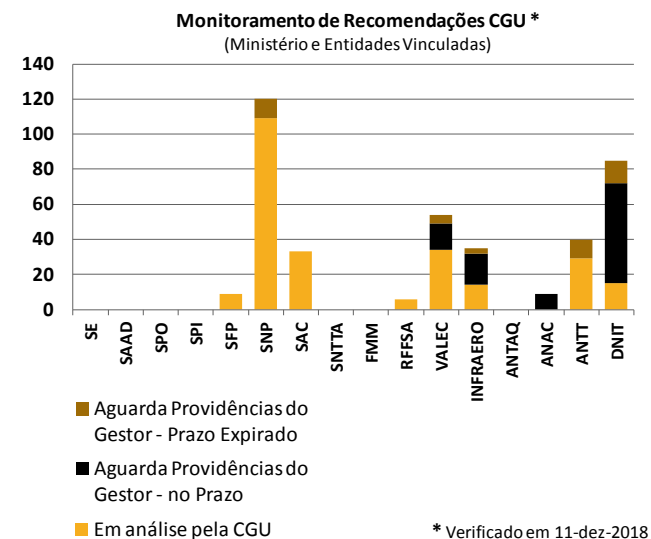
Da mesma forma, junto à CGU, a AECl também adota esta prática, bem como, via de regra, participa das reuniões iniciais de abertura de trabalhos de auditoria e das de Busca Conjunta de Soluções.

O Monitor, sistema desenvolvido pela Controladoria-Geral da União (CGU), permite o acompanhamento online das recomendações realizadas no âmbito do Sistema Transportes (Ministério e entidades vinculadas), por meio das ações de auditoria e fiscalização.

A ferramenta proporciona um trabalho de rápida comunicação entre a CGU e os órgãos e entidades, com facilidade de acesso ao processo em tempo real.

Assim que a recomendação é cadastrada pela equipe da CGU, o gestor responsável registra as suas ações e providências, bem como envia documentos comprobatórios.

A seguir, é apresentado o gráfico-resumo das situações das recomendações expedidas ao Sistema Transportes, monitoradas no exercício de 2018.



Identificação dos Riscos de Integridade

Identificação dos Riscos de Integridade

Causa e Medidas de Tratamento

Processo	Descrição do Risco	Causa	Medida de Tratamento
Dispensa de licitação	Fraude na contratação	Inobservância das normas legais e técnicas; Falha nos controles e despreparo do agente responsável; Má fé	1. Revisão de normas internas e capacitação
Licitação	Fraude na contratação	Falta de conferência da documentação apresentada pelas empresas; Formação de cartel; edital direcionado; Sobrepeço, entre outros	1. Capacitação; 2. Melhoria dos controles e acompanhamento contínuo
Reunião entre agentes Públicos do MTPA com terceiros Participação de agente público do MTPA em Eventos Nacionais	Conflito de Interesses - Relacionamento com Terceiros Conflito de Interesses - Participação em Eventos Nacionais Conflito de Interesses - Participação em Eventos Internacionais	Perigo de vazamento de informação privilegiada; Agente assumir posição que não é a do órgão	1. Edição de Código de Conduta.
Nomeação de Cargos e Contratações	Nepotismo	Ausência de procedimento de verificação de laços de parentesco das pessoas nomeadas, contratadas ou designadas com autoridade máxima do órgão ou com os ocupantes de cargos em comissão ou funções de confiança.	1. Campanhas internas de conscientização e prevenção. 2. Aprimoramento dos controles

Identificação dos Riscos de Integridade

Causa e Medidas de Tratamento

Processo	Descrição do Risco	Causa	Medida de Tratamento
Nomeação de Cargos em Comissão e de Confiança	Ineficiência Gerencial	Falta de descrição de requisitos mínimos e vedações para ocupação de cargos podem acarretar prejuízos a Administração	1. Desenvolvimento da gestão por competência
Tempo de Ocupação nos Cargos de Gestores	Cooptação e acomodação funcional	Por não haver tempo de mandato e número máximo de reconduções para os cargos de direção e assessoramento, alguns controles e métodos de trabalhos podem perder vigor e eficácia ao longo do tempo	1. Desenvolvimento de normativo que preveja a rotatividade obrigatória dos ocupantes dos cargos
Conduta de agente público	Assédio Moral ou Sexual	Falta de orientação e esclarecimentos acerca do tema	1. Campanhas preventivas
Finalização de Contratos	Fiscalização Ineficiente	Ausência de capacitação Falta de controle do número de contratos por servidor Falta de acompanhamento do gestor de contrato; entre outros	1. Capacitação 2. Adequação do número de contratos ao número de fiscais 3. Rotatividade dos fiscais 4. Aprimoramento dos controles
Segurança da Informação	Integridade da Informação	Falta de ações permanentes de monitoramento de acesso a sistemas e pastas da rede. Longos períodos sem tora de senhas	1. Atualização permanente dos softwares de monitoramento da rede

4.

RESULTADOS DA GESTÃO

Declaração do Secretário-Executivo



Herbert Drummond

A infraestrutura é um importante instrumento de auxílio no alcance fundamentais da República Federativa do Brasil previstos em nossa Carta Magna, em especial no que se refere a “garantir o desenvolvimento nacional” e “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais” (CF, art.3º, II e III).

A governança no âmbito do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPA) é exercida por intermédio dos mecanismos da liderança, do planejamento, da estratégia e do controle institucional, com a finalidade de nortear e monitorar a atuação das entidades e Pública, decorrente de suas funções institucionais e das políticas públicas estabelecidas na Constituição e nas leis a que estão vinculadas.

A Secretaria Executiva (SE), dentre outras atribuições regimentais, desempenha um papel fundamental no desenvolvimento da estratégia do Ministério atuando na supervisão e na coordenação das atividades dos órgãos integrantes da sua estrutura e de suas entidades vinculadas. Exerce também a função de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado dos Transportes, Portos e Aviação Civil na definição de diretrizes e na implementação de ações na área de competência do Ministério.

No que concerne aos objetivos estratégicos, a SE, em conjunto com a Secretaria de Política e Integração (SPI), detentora da competência de alinhamento de todos os planejamentos internos do MTPA, tem organizado e promovido o aperfeiçoamento contínuo da estrutura organizacional com o objetivo de melhor distribuir e segregar funções e competências.

Além disso, a Política Nacional de Transportes (PNT), institucionalizada pela Portaria nº 235, de 28 de março de 2018, é o documento de mais alto nível para o Setor de Transportes do país, em que estão estabelecidos os princípios, objetivos, diretrizes fundamentais e

instrumentos para o planejamento, implementação e operação dos sistemas de transportes.

Um dos principais desafios enfrentados pelo MTPA no exercício foi a severa restrição fiscal e o contingenciamento orçamentário, necessitando de uma nova estratégia por parte dos seus gestores no sentido de racionalizar os recursos públicos, priorizando a manutenção da infraestrutura, a conclusão de obras em fase final e a retomada de obras estratégicas para o desenvolvimento do País.

A partir das medidas adotadas pelo Governo para combater a crise, a economia brasileira voltou a crescer, fortalecida pela redução da inflação e da taxa de juros e a melhoria do ambiente de negócios.

Nesse contexto, os resultados das iniciativas adotadas pelo MTPA começaram a aparecer. Com muito diálogo, rigor fiscal e transparência foi possível destravar, retomar e intensificar obras em todo o país. Isso refletiu positivamente no setor, que experimentou avanços significativos.

A movimentação de carga de passageiros tem crescido em todos os modos de transporte, o que é um claro indicador da dinamização da economia. Com o Programa Avançar foram finalizadas obras aguardadas há muito tempo.

O setor portuário evoluiu com a entrega de obras estruturantes nos Portos de Itaquí, Fortaleza, Santos e Rio Grande, além da dragagem dos Portos do Rio de Janeiro, Vitória, Maceió, Fortaleza, Paranaguá e hidrovias do Madeira e Paraguai.

Na aviação, a Infraero retomou as obras do Aeroporto de Macapá e a concluiu os terminais aeroportuários de Vitória e Rio Branco. O Programa de Aviação Regional foi reformulado e já tem primeiras entregas, como o Aeroporto de Jericoacoara.

Com relação ao modo ferroviário, retomou-se a construção da Ferrovia Norte-Sul (FNS) e da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL). Atualmente, o trecho entre Porto Nacional (TO) a Anápolis (GO), com 855 quilômetros, já está concluído pela Valec; e, de Ouro Verde (GO) até Estrela D'Oeste (SP), o trecho de 682 quilômetros está com 96,5% de avanço físico.

Nas concessões, o novo modelo concebido no Programa Avançar Parcerias é uma realidade e apresentou sucesso nos leilões dos Aeroportos de Fortaleza, Salvador, Florianópolis e Porto Alegre; de 8 terminais portuários e na prorrogação antecipada de outros 8 terminais portuários. Além disso, formatou-se uma carteira com mais 59 projetos que serão ofertados à iniciativa privada nos próximos meses.

Em maio deste ano teve início a greve dos caminhoneiros, que durou aproximadamente 10 dias e paralisou serviços como fornecimento de combustíveis, distribuição de alimentos e insumos médicos.

Durante a greve o Governo Federal se mobilizou diariamente em um Gabinete de Crise, com efetiva participação da SE, com líderes do movimento e depois de dias de negociações chegaram a um acordo. Foi empreendido um hercúleo esforço para atender as reivindicações dos caminhoneiros. Desde então, o Governo vem adotando medidas administrativas, coercitivas e punitivas necessárias ao fiel cumprimento das normas editadas.

Diante de tudo o que foi feito e dos desafios que foram superados, o ano de 2019 se inicia com uma perspectiva bastante promissora para o setor de transportes.

O Brasil ainda tem muitas carências para desenvolver sua infraestrutura logística, mas com as bases que foram firmadas e com a consolidação do planejamento integrado, os investimentos estão acontecendo e poderão ser intensificados, a iniciativa privada voltou a investir e a movimentação de cargas e passageiros está crescendo.

O próximo Governo herdará um rol de projetos atrativos, já modelados e estruturados que poderão ser leiloados em 2019. Mas para continuar avançando, há alguns desafios que precisam ser enfrentados, tais como:

- **Ampliar a participação da iniciativa privada na manutenção da infraestrutura;**
- **Repactuar os contratos de concessão que ainda estão desequilibrados e retomar os investimentos, como é o caso da Ferrovia Transnordestina;**
- **Aprofundar diálogo com os órgãos de controle para destravar obras públicas e viabilizar novos investimentos em concessões existentes;**
- **Modernizar os normativos referentes ao licenciamento ambiental, indígena e lei das licitações;**
- **Aperfeiçoar a governança da gestão e intensificar a desburocratização de procedimentos;**
- **Ampliar a participação do transporte ferroviário e aquaviário nos fluxos de longa distância.**

Ante o exposto, e consubstanciado pelas declarações de conformidade dos gestores responsáveis pelas unidades do MTPA, DECLARO satisfatórias as declarações fornecidas pelas áreas para o exercício, a legalidade dos atos e a eficácia, eficiência e economicidade da gestão do MTPA para viabilizar e concretizar os objetivos estratégicos de gestão pública em alinhamento com o plano estratégico institucional.

Capítulo 4. Resultados da Gestão

Objetivos Estratégicos Considerados no Relatório

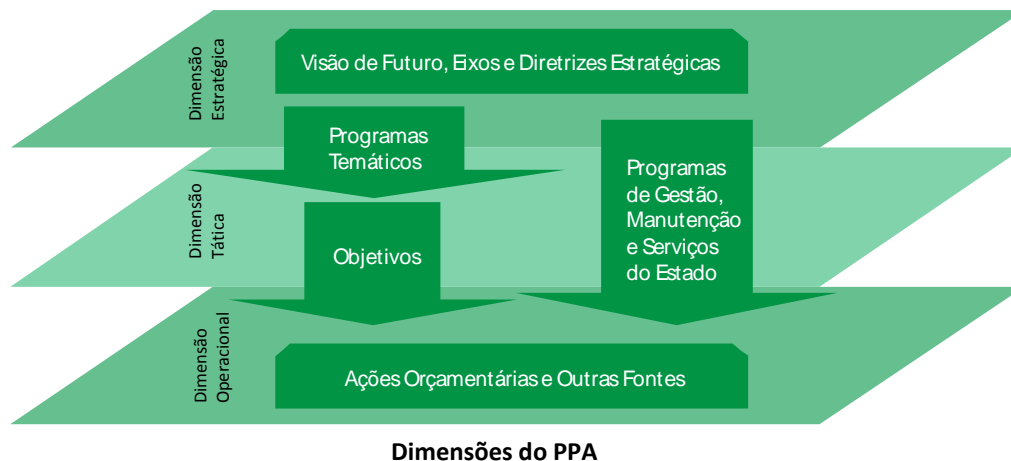
Em decorrência de um processo recente de revisão da estrutura regimental e das competências dos órgãos da administração pública federal direta, por conta de reformas administrativas profundas resultantes de mudanças governamentais, não houve tempo necessário para que muitas entidades iniciassem e ultimassem a revisão dos seus novos planejamentos estratégicos.

Foi o que ocorreu com este Ministério, conforme mencionado no final do Capítulo Planejamento Estratégico. Desta forma, espera-se nova definição acerca dos objetivos estratégicos e da cadeia de valor, alinhada ao disposto no Decreto nº 9.676, de 2 de janeiro de 2019.

Para fins desta prestação de contas, os objetivos estratégicos considerados são os estabelecidos no PPA – Plano Plurianual 2016-2019, relativos aos programas temáticos de Aviação Civil, de Transporte Terrestre e de Transporte Aquaviário, uma vez que já foram estabelecidos os indicadores de desempenho quantificados e alinhados aos objetivos e metas por parte da Administração Pública, com a colaboração de técnicos dos órgãos específicos e singulares deste Ministério.

É importante destacar também que o PPA retrata, de certa forma, os compromissos de campanha do governante. A sociedade, por meio desta Lei, pode confirmar se o governo está cumprindo os compromissos firmados durante o período eleitoral. Portanto, pode-se afirmar que o PPA cria valor público, uma vez que valor público pode ser pensado como a interação do governo com o cidadão, para oferecer respostas efetivas às demandas da sociedade, transformando a realidade na entrega de resultados.

O PPA, a partir do ciclo de 2016-2019, tornou-se um instrumento mais estratégico. Os Programas Temáticos refletem as prioridades dos planos setoriais e o diálogo com a sociedade e suas entidades representativas. O Plano, agora, indica os meios para a implementação das políticas públicas, bem como orienta taticamente a ação do Governo para a consecução dos objetivos pretendidos. Nesse sentido, o PPA estrutura-se nas dimensões estratégicas, táticas e operacional, conforme figura abaixo:



No final deste Capítulo serão apresentados, também, os principais programas e projetos/iniciativas, além da perspectiva para os próximos exercícios.

Capítulo 4. Resultados da Gestão

Resultados alcançados frente aos objetivos estratégicos

Aviação Civil

O Programa Temático de Aviação Civil, contemplado no PPA 2016-2019, procura endereçar os principais desafios do setor mediante o estabelecimento de objetivos, metas e iniciativas voltados para a adequação da capacidade de processamento de aeronaves, passageiros e cargas à demanda existente e futura; a ampliação da oferta do serviço de transporte aéreo regular de passageiros e cargas; a promoção da segurança da aviação civil; a promoção de desenvolvimento institucional, regulatório e técnico; e ao aprimoramento da eficiência e da segurança operacional do setor.

Indicadores do Programa de Aviação Civil

Indicadores	Unidade de Medida	Referência		Acompanhamento			
		Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice
Movimentação de aeronaves na aviação regular e não regular (exceto Aviação Geral)	Milhões de unidade	31/12/2014	2,02	31/12/2017	1,74	31/12/2018	1,77
Movimentação de carga aérea na aviação regular e não regular (exceto Aviação Geral)	Milhões de toneladas	31/12/2014	1,49	31/12/2017	1,41	31/12/2018	1,61
Movimentação de passageiros na aviação regular e não regular (exceto Aviação Geral)	Milhões de unidade	31/12/2014	215,45	31/12/2017	206,16	31/12/2018	215,04
Percentual de atrasos superiores a 30 minutos	%	31/12/2014	7,95	30/11/2017	6,80	31/12/2018	7,50
Percentual de atrasos superiores a 60 minutos	%	31/12/2014	3,36	30/11/2017	2,86	31/12/2018	2,90
Percentual de Cancelamento	%	31/12/2014	11,95	30/11/2017	10,78	31/12/2018	2,65
Tarifa aérea nominal	R\$	30/06/2014	319,76	30/11/2017	336,25	30/09/2018	351,14

Fonte: Siop/Janeiro de 2018.

Em relação ao ano de 2017, nota-se uma evolução nos indicadores relacionados à movimentação de:

- Passageiros, que registrava o índice de 206,16 milhões de pessoas movimentadas em 2017, passando ao patamar de 215,04 milhões em 2018;
- Aeronaves, que atingiu 1,77 milhão de aeronaves em 2018, frente a 1,74 em 2017;
- Carga aérea, tendo sido transportados, em 2017, 1,41 milhão de toneladas e, em 2018, 1,61 milhão de toneladas. Destaca-se ainda a melhora no índice relacionado ao percentual de cancelamento de voos, o qual possuía, em novembro de 2017, valor de 10,78, passando para 2,65 em novembro de 2018.

Avaliação dos objetivos e metas

Adequação da Infraestrutura Aeroportuária

Tendo em vista o grande crescimento do setor de aviação civil nos últimos anos e a demanda de passageiros projetada, há uma crescente pressão sobre a infraestrutura aeroportuária disponível no País.

Assim, com o objetivo de realizar os investimentos necessários, em curto prazo, para viabilizar uma infraestrutura moderna, ágil e competitiva e atender à demanda, com crescimento acentuado à época, foram concedidos dez grandes aeroportos entre 2011 e 2017 (São Gonçalo do Amarante/RN, Brasília/DF, Guarulhos/SP, Viracopos/SP, Galeão/RJ, Confins/MG, Fortaleza/CE, Salvador/BA, Porto Alegre/RS e Florianópolis/SC) nos quais foram investidos, até 2018, R\$ 13,8 bilhões (valores nominais), sendo que os investimentos totais estimados para todos os períodos de concessão são de mais de R\$ 32 bilhões (valores nominais) para esses aeroportos.

Em 2018, em continuidade a esse processo, foi lançado o edital de licitação da 5ª rodada de concessões do setor, que inclui 12 aeroportos divididos em três blocos. A concessão de aeroportos é tratada na Iniciativa “007B - Fomento dos investimentos privados na infraestrutura aeroportuária”.



Fonte: SAC

Noutra frente, foram realizados, em conjunto com o Comando da Aeronáutica (COMAER), os rezoneamentos civis/militares dos aeroportos de Recife, Vilhena, Guarujá (BAST), Alcântara (CLA) e, como resultado, houve um significativo acréscimo e disponibilização de áreas civis para o desenvolvimento dos projetos de expansão dessas infraestruturas.

Destaca-se ainda a celebração, no período de 2015 a 2018, de um total de 267 (duzentos e sessenta e sete) convênios de delegação da exploração de aeroportos regionais, firmados pela União com os estados e municípios com o intuito de estabelecer ou dar continuidade a parcerias entre os entes federativos para o desenvolvimento e gestão dessas infraestruturas.

E, como a atual legislação possibilita aos entes delegatários da União a exploração indireta por meio de concessão à iniciativa privada, foram realizados 15 (quinze) processos de concessão para exploração aeroportuária, compreendendo os seguintes aeroportos:

- i) Comandante Rolim Adolfo Amaro – Jundiaí/SP (SBJD);
- ii) Arthur Siqueira – Bragança Paulista/SP (SBBP);
- iii) Amarais – Campinas/SP (SDAM);
- iv) Gastão Madeira – Ubatuba/SP (SDUB);
- v) Itanhaém – SP (SDIM);
- vi) Caldas Novas – GO (SBCN);
- vii) Zona da Mata – Goianá/MG (SBZM);
- viii) Comandatuba – Una/BA (SBTC);
- ix) Barreiras – BA (SNBR);
- x) Caravelas – BA (SBCV);
- xi) Teixeira de Freitas – BA (SNTF);
- xii) Ilhéus/Bahia – Jorge Amado – Ilhéus/BA (SBIL);
- xiii) Novo Aeroporto de Vitória da Conquista – BA (SSVC);
- xiv) Paracatu – MG (SNZR) e
- xv) Bartolomeu Lisandro – Campos dos Goytacazes - RJ (SBCP), sendo que este último se encontra em processo de licitação.

Com o intuito de possibilitar o crescimento da aviação geral mediante implantação e exploração de infraestruturas privadas por parte de seus proprietários, o Decreto nº 7.871, de 21 de dezembro de 2012, regulamentou a modalidade de exploração aeroportuária denominada “autorização”, assim como definiu como passíveis de delegação por essa modalidade a exploração de aeródromos civis públicos destinados exclusivamente ao processamento de operações de serviços aéreos privados, de serviços aéreos especializados e de táxi-aéreo.

Em consequência, no período de 2015 a 2018, foram editadas 7 (sete) portarias ministeriais, as quais tiveram por finalidade a aprovação de Planos de Outorgas Específicos para exploração, sob a modalidade autorização, de aeródromos civis públicos, de:

- i) Cascavel/CE (Arvoredo Fly-in);
- ii) Campo Grande/MS (Teruel Ipanema Estância);
- iii) Igaratinga/MG (São Pedro);
- iv) Novo Hamburgo/RS (Aeroclube de Novo Hamburgo);
- v) São Paulo/SP (Helicentro Bandeirantes)
- vi) Mogi das Cruzes/SP (Horii Mineradora); e
- vii) Balsa Nova/PR (J Malucelli).

Capítulo 4. Resultados da Gestão

Com o crescimento do setor de aviação civil, surgem demandas regionais e necessidade de acesso a localidades não cobertas pela aviação regular. Nesse sentido, foi então formatado o Programa de Aviação Regional, o qual é tratado por uma meta e por uma iniciativa do Objetivo 0083 e visa conectar o Brasil e levar desenvolvimento e serviços sociais a lugares distantes dos grandes centros – como é o caso da Amazônia Legal.

Atualmente, o Programa de Aviação Regional possui em seu escopo 58 aeroportos classificados como prioritários ao recebimento de recursos federais. Nesse Programa, informa-se que, até o final de 2018, foram finalizados 115 projetos, bem como foram considerados como concluídos e adequados cinco aeroportos em 2018. Ressalta-se ainda a entrega de 18 equipamentos AVSEC (*Aviation Security*), sendo 16 do tipo pórtico e 2 do tipo Raio-x.

Como um dos resultados das ações citadas acima, verifica-se, em relação ao primeiro ano do PPA, uma ampliação da capacidade da rede de aeroportos no transporte de passageiros e no processamento de cargas.

Nesse sentido, a capacidade anual de processamento de passageiros passou de 386.616.000 (2016) para 397.285.000 (2018), já superando a meta estabelecida para o período do Plano. Também foi observada uma expansão da capacidade de processamento de cargas da rede de aeroportos, a qual passou de 2,21 milhões de toneladas (2016) para 2,26 milhões (2018), representando 94,17% da meta para o período do Plano.

Para compatibilizar a demanda por transporte aéreo projetada com a evolução da infraestrutura aeroportuária e aeronáutica necessária para atendê-la, foi instituída, por

meio da Portaria MTPA nº 537/2018, o Plano Aeroviário Nacional (PAN), o qual foi publicado em novembro de 2018. Com a publicação do Plano, considera-se que a meta prevista já foi alcançada.

Adotando a premissa da qualidade dos serviços ofertados e a consideração de que a opinião dos passageiros é que deve orientar as decisões dos agentes responsáveis pelo transporte aéreo, a SAC realiza pesquisa de satisfação do usuário, na qual é avaliada a experiência do passageiro em diversos itens de infraestrutura, atendimento e serviços, bem como monitora o desempenho de diferentes processos aeroportuários, como check-in, inspeção de segurança, restituição de bagagens, dentre outros, nos principais aeroportos do país.

Evolução da satisfação geral do passageiro



Capítulo 4. Resultados da Gestão

Aumento da Oferta de Transporte Aéreo

Neste objetivo, verifica-se que, ao fim de 2016, chegou-se a 742 rotas servidas por transporte aéreo regular de passageiros e cargas, 763 rotas em 2017 e 785, em 2018. O número de aeroportos atendidos por transporte aéreo regular de cargas e passageiros, em 2016, era de 111, em 2017, 110, e, ao final de 2018, chegou-se a 133 aeroportos.

Os motivos para a variação no número de operações são diversos, pois as empresas concessionárias de serviços aéreos possuem liberdade para operar voos para os destinos que as convier, de acordo com o §1º do Art. 48 da Lei nº 11.182/2005.

Dentre as medidas para aumentar a oferta do serviço de transporte aéreo está o Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional (PDAR), instituído pela Lei nº 13.097/2015 e que autoriza a subvenção econômica para voos que tenham origem ou destino em um aeroporto classificado como regional. Entretanto, a implementação desse Programa depende ainda de regulamentação da referida Lei.

Destaca-se também a publicação da Medida Provisória nº 863/2018, que amplia o limite de participação de capital estrangeiro com direito a voto em empresas aéreas brasileiras de 20% (vinte por cento) para até 100% (cem por cento).

A proposta elimina ainda a exigência de que seus administradores tenham de ser brasileiros. Dentre os resultados esperados a partir da abertura do setor aéreo ao capital estrangeiro, incluem-se o aumento da competição e a desconcentração do mercado doméstico, o aumento da quantidade de cidades e rotas atendidas pelo transporte aéreo regular, a redução do preço médio das passagens, o aprimoramento de técnicas gerenciais e a incorporação de novas tecnologias no processo de gestão das empresas, a diversificação de serviços e produtos e uma melhor conectividade da malha aérea doméstica com voos internacionais.

Apesar de produzir efeitos jurídicos imediatos, a Medida Provisória nº 863 ainda precisa ser apreciada pelas Casas

do Congresso Nacional para se converter definitivamente em lei ordinária.

Outra iniciativa que poderá contribuir para o aumento da oferta de transporte aéreo é a política de ampliação e liberalização de Acordos sobre Serviços Aéreos (ASA), que teve continuidade em 2018 e que visa aumentar a conectividade e a mobilidade internacional.

Promoção da Segurança do Transporte Aéreo

A segurança do transporte aéreo pode ser dividida em dois tipos: segurança operacional ou de voo (safety) e proteção contra atos de interferência ilícita (security). No que se refere a segurança do transporte aéreo, em termos quantitativos, o Governo Federal fiscalizou, no ano de 2018, 47.226 itens relativos à regulação econômica, infraestrutura aeroportuária, operações aéreas e aeronavegabilidade.

Além disso, vale ressaltar que a Agência Nacional de Aviação Civil-ANAC realiza a denominada “Ação Nacional de Aviação Civil”, que compreende um conjunto de eventos, promovidos conforme a demanda dos regulados e a estratégia da Agência, para fomentar o cumprimento consciente dos requisitos regulamentares e aprimorar a cultura da segurança no setor, como também reduzir a assimetria de informações entre as partes envolvidas. Em 2018, foram realizados 37 eventos, com a participação de 1.425 pessoas.

Em termos do aprimoramento do arcabouço normativo e, conseqüentemente, promoção de melhoria na qualidade regulatória, em 2018 foram realizadas as seguintes ações pela ANAC: edição de 30 novas normatizações, alteração de 75 normativos vigentes e revogação de 22 normas.

Por fim, essas ações contribuíram para a redução da média móvel da taxa de acidentes aeronáuticos com fatalidade em operações regulares, por 1 milhão de decolagens. No ano de 2007, o índice Brasil estava em 1,48. O valor caiu para 0,19 no ano de 2015 e alcançou taxa zero em 2016, mantendo-se nesse valor em 2017 e 2018, o que representa um excelente resultado para o setor aéreo brasileiro.

Desenvolvimento Institucional, Regulatório e Técnico da Aviação Civil

Em vista da crescente demanda do setor de aviação civil e para se alcançar os níveis internacionais de requerimento de funcionamento desse importante segmento econômico, o investimento na capacitação de recursos humanos é primordial. Tanto na formação inicial de profissionais, como na atualização e formação continuada dessas pessoas, com vistas a garantir a qualidade e a segurança dos serviços aéreos.

Dentre os programas previstos para promover o desenvolvimento técnico da aviação civil brasileira, estão o “Programa de Treinamento para Profissionais de Aeroportos Regionais – TREINAR” e o Programa Bolsa Piloto, além do incentivo e desenvolvimento de estudos e projetos para o planejamento e gestão dos recursos humanos da aviação civil.

Destaca-se que, desde 2016, foram capacitados 663 profissionais, sendo 248 em 2016, 120 em 2017 e 295 em 2018.

Em relação à elaboração de estudos e projetos para o planejamento e gestão da aviação civil, informa-se que foi finalizado o Termo de Execução Descentralizada entre o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), cujo objeto foi a realização de estudos e pesquisas visando ao apoio no diagnóstico e planejamento do sistema aeroportuário do país e na estruturação do planejamento da Pasta.

No decorrer dos trabalhos, foram elaborados 834 documentos técnicos, que englobam estudos específicos de aeroportos, relatórios de metodologia de análises e diversas bases de dados, além do desenvolvimento de sistemas computacionais.

Capítulo 4. Resultados da Gestão

Em termos de transparência e acesso à informação, a ANAC adotou algumas medidas, dentre as quais se destacam:

- i. realização de diversas audiências públicas; e
- ii. criação da newsletter mensal “ANAC informa”, de séries de cartilhas e de publicações técnicas especializadas.

Aprimoramento da Eficiência e Modernização da Navegação Aérea

Em atenção à meta relacionada ao desenvolvimento do marco regulatório para as aeronaves remotamente pilotadas, em 2017 foi atualizada a ICA 100-40, que dispõe sobre Sistema de Aeronaves Remotamente Pilotadas e o Acesso ao Espaço Aéreo Brasileiro, do Departamento de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (DECEA), e houve também a publicação do RBAC-E 94, Requisitos Gerais para Aeronaves não Tripuladas de Uso Civil, da ANAC, no qual constam requisitos quanto à fabricação, manutenção, operação, licença e habilitação do operador e proprietários dos equipamentos. Dessa forma, considera-se que a meta prevista para o plano foi alcançada.

No intuito de difundir os normativos e procedimentos, foi assinado, em 2018, Termo de Execução Descentralizada – TED com a Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP para elaboração e disseminação de curso EAD que envolve a capacitação de agentes das forças policiais brasileiras, não apenas sobre atuação nos casos de drones, mas também Risco Baloeiro, Aerodesportos e Risco Aviário. Essa ação de capacitação está prevista no âmbito do Objetivo 0086.

Para fortalecer e ampliar a malha de aeroportos regionais, têm sido implementadas diversas ações para dotar os aeroportos brasileiros de equipamentos adequados à prestação dos serviços necessários para garantir a segurança operacional. Nesse sentido, estão sendo implantados equipamentos de Auxílio à Navegação Aérea que garantirão maior segurança, acessibilidade,

regularidade e economicidade à operação dos aeródromos selecionados, impulsionando o transporte aéreo.

Assim, em 2017, foram implantados equipamentos de navegação aérea em seis aeroportos do Programa de Aviação Regional. Também foi formalizado um Termo de Execução Descentralizada (TED) com o COMAER para implantação, até 2020, de Estações Meteorológicas de Superfície Automáticas (EMS-A) em 34 aeroportos e sistema ILS em dois aeroportos.

Dessa forma, ao final de 2018, foram implantados equipamentos de navegação aérea em 24 aeroportos dos 40 previstos na meta 005T, sendo seis em 2017, conforme mencionado acima, e 18 em 2018, resultando no atingimento de 60% da meta.

Transporte Terrestre

O Programa de Transporte Terrestre foi organizado com a finalidade de fazer frente aos principais desafios enfrentados pelo setor. Para tanto, está baseado em quatro pilares principais: a cobertura da malha, a capacidade das rodovias e ferrovias, a eficiência e a segurança do transporte terrestre.

A extensão da malha rodoviária pavimentada federal no Brasil atualmente é de 65,3 mil km de rodovias, de um total de aproximadamente 120 mil quilômetros, entre planejadas, não pavimentadas e pavimentadas.

No modo ferroviário, a extensão da malha em operação no Brasil é de 29.075 km, sendo a densidade da malha de 3,41 km de ferrovias em operação por 1.000 km². O grande desafio de médio e longo prazo, do programa transporte terrestre, é ampliar a cobertura dos modais ferroviários e rodoviários para compatibilizá-los à crescente demanda de cargas e passageiros. Quanto à eficiência do transporte, no modal ferroviário, a velocidade média de percurso dos trens tem buscado se adequar aos desempenhos internacionais.

No modo rodoviário, está prevista a manutenção permanente de 100% da malha rodoviária, e a implantação de sinalização também em 100% das rodovias sob a administração federal, Isso representa um marco importante para o setor, contribuído para melhorar a eficiência e conseqüentemente a segurança, refletindo na diminuição do número de acidentes nas rodovias federais.

No PPA 2016-2019, foram estabelecidos indicadores que poderiam ser influenciados diretamente pelos esforços da política pública desta Pasta. Dessa forma, foram definidos os seguintes indicadores para o Programa de Transporte Terrestre:

Indicadores do Programa de Transporte Terrestre

Indicadores	Unidade de Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Valor
Acidentes rodoviários em estradas federais	unidade por ano	31/12/2014	181.272	30/11/2018	62.834
Carga transportada no modal ferroviário, por Km	Milhão TKU -Tonelada por Quilômetro Útil	31/12/2013	298.616	31/12/2018	407.299
Densidade da malha ferroviária em operação	Km de ferrovia/1000 km ²	31/12/2014	3,23	31/12/2018	3,41
Densidade da malha rodoviária federal	Km de rodovia federal/1000 km ²	30/03/2015	8,9	30/11/2018	7,51
Índice de acidentes ferroviários	Acidentes/ milhão.trens.km)	31/12/2013	12	31/12/2018	10,73
Malha Ferroviária Concedida	km	31/12/2016	29.072	31/12/2018	29.075
Malha rodoviária federal pavimentada	km	30/03/2015	64.395,6	30/11/2018	53.605,4
Malha rodoviária não-concedida classificada entre bom e ótimo estado de conservação	porcentagem (%)	31/12/2014	60	31/12/2018	50,5
Número de vítimas em acidentes rodoviários em estradas federais	unidade por ano	31/12/2014	100.396	31/12/2018	81.662
Número de vítimas fatais em acidentes rodoviários em estradas federais	unidade por ano	31/12/2014	8.227	31/12/2018	5.251
Produção de Transporte no modal ferroviário de cargas	milhões de toneladas	31/12/2016	503.804	31/12/2018	569.871
Tempo médio de interdição das rodovias federais	hora	30/06/2015	9,45	31/12/2018	33,03
Velocidade média de percurso dos trens	km/h	31/12/2013	22,6	31/12/2018	21,8

Fonte: Siop/Janeiro de 2018.

Capítulo 4. Resultados da Gestão

O número de acidentes nas rodovias federais no ano de 2018 mostra que houve uma redução significativa na quantidade de ocorrências verificadas nas rodovias federais. As ações integradas realizadas pelo Governo Federal, inclusive com as intervenções diretas na área de engenharia, foram, portanto, efetivas e eficientes.

O Índice de Condição de Manutenção – (ICM), ferramenta que visa aumentar a eficiência na gestão da malha rodoviária federal e o resultado, que avaliou mais de 52 mil quilômetros de rodovias, mostrou que 77,6% das rodovias federais estão em bom/regular estado de manutenção.

A Carga transportada pelo modal ferroviário vem aumentando significativamente, saltando de um patamar de 375.239TKU em 2017 para 407.299TKU, em 2018.

OBJETIVO

Melhorar a trafegabilidade e a segurança da malha rodoviária federal não concedida, por meio da sua manutenção permanente e da melhoria da sinalização e do controle dos limites de peso e de velocidade.

Nos programas temáticos relacionados ao transporte rodoviário coube a Secretaria Nacional de Transportes Terrestre e Aquaviário – SNTTA subsidiar o Ministério na elaboração do Plano Plurianual – PPA

A manutenção, a sinalização e o controle de limites de peso e velocidade da malha rodoviária federal abrangem diversas operações que asseguram melhores condições de trafegabilidade, segurança e conforto aos usuários, com consequente redução do número e da gravidade dos acidentes, refletindo na diminuição dos custos à sociedade.

Resultado das Metas Selecionadas

Descrição da Meta 2016-2019	Unidade de Medida	Meta Prevista 2016-2019	Linha de Base	Meta Realizada Até			% da meta total 2016-2019	Instituição responsável pela apuração	Situação da Meta	Medidas a serem tomadas
				2016	2017	2018				
00IQ – Implantar e operar 23 equipamentos de medição de peso	equipamentos	23,00	0,00	0,00 Data Referência 31/12/16	0,00 Data Referência 31/12/17	29,00 Data Referência 31/12/18	126,09%	MTPA/DNIT	Meta prevista ao final do PPA já alcançada	Sem proposição de Novas Medidas;
00IR – Implantar e operar 2.500 equipamentos de controle de velocidade	equipamentos	2.500,00	0,00	3.160,00 Data Referência 31/12/16	2.916,00 Data Referência 31/12/17	2.563,00 Data Referência 31/12/18	102,52%	MTPA/DNIT	Meta prevista ao final do PPA já alcançada	Sem proposição de Novas Medidas;
03ZK – Implantar sinalização em 100% da malha rodoviária federal pavimentada (BR Legal)	%	100,00		62,00 Data Referência 31/12/16	69,00 Data Referência 31/12/17	81,00 Data Referência 31/12/18	81,00%	MTPA/DNIT	Andamento adequado	Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta;
040E – Realizar a manutenção permanente de 100% da malha rodoviária, sob a administração federal	%	100,00		90,20 Data Referência 31/12/16	88,60 Data Referência 31/12/17	89,50 Data Referência 31/12/18	89,50%	MTPA/DNIT	Andamento adequado	Sem proposição de Novas Medidas;

Fonte: Siop/Janeiro de 2018.

Implantar e operar 23 equipamentos de medição de peso

Foram reativados quatro Postos de Pesagem de Veículos nos municípios de Formosa/GO, Feira de Santana/BA, Pocinhos/PB e Araranguá/SC, que iniciaram a fiscalização do excesso de peso por verificação de nota fiscal. Além disso, estão em operação 25 Unidades Móveis Operacionais (Estática ou Dinâmica), nas seguintes regiões: Centro-Oeste (cinco); Nordeste (três); Norte (seis); Sudeste (oito) e Sul (três).

Implantação e operação de 2500 equipamentos de controle de velocidade

Estão em operação 2.563 equipamentos nos pontos críticos, ou seja, com maior incidência de acidentes, o que refletiu na redução do índice de acidentes nas rodovias federais. A meta foi superada em 2,52%, com 63 equipamentos além da previsão.

Implantar sinalização em 100% da malha rodoviária federal pavimentada (BR Legal)

O Programa BR-LEGAL consiste em implantar e manter as sinalizações horizontal e vertical, dispositivos auxiliares de segurança viária e serviços de engenharia de trânsito nas rodovias federais e veio substituir programas passados relacionados à área de sinalização e segurança rodoviária.

Em 2018 houve um acréscimo de 12% no percentual de execução da meta em relação ao ano anterior, atingindo um percentual de 81% de cobertura da malha. Ademais, foram iniciados serviços de sinalização horizontal em aproximadamente 7.287 km e de sinalização vertical em cerca de 8.300 km, além da implantação de dispositivos de segurança em 4.904 km.

Realizar a manutenção permanente de 100% da malha rodoviária, sob a administração federal

Esta meta visa assegurar melhores condições de trafegabilidade, segurança e conforto aos usuários das rodovias federais. Para tanto, foram contratados serviços de manutenção da malha rodoviária federal, pavimentada e não pavimentada. Do total previsto, estão sendo executados serviços em quase a totalidade das vias pavimentadas, com contratos variando de um ano - Conservação Tradicional - a contratos de até cinco anos – CREMA (Programa de Contratação, Restauração e Manutenção por Resultados de Rodovias Federais Pavimentadas), contemplando ações de recuperação funcional e estrutural do pavimento.

Por meio da contratação com maior prazo de vigência, o objetivo é que as empresas realizem intervenções mais duradouras, de modo a reduzir os seus custos de manutenção e aumentar a vida útil da rodovia, reduzindo a frequência das interdições dos trechos para a realização de reparos. A cobertura contratual em rodovias pavimentadas e sem pavimentação passou de 88,6% para 89,5% em 2018, representando um aumento percentual de cobertura de 0,9%.

Avaliação dos objetivos e metas

Concessão de rodovias federais e fiscalização dos serviços regulados

As principais estratégias adotadas para o alcance do objetivo foram a concessão de rodovias federais e a fiscalização dos serviços de transporte rodoviário regulados. Tanto as concessões como a fiscalização estão alinhadas ao princípio da economicidade (artigo 70 da Constituição Federal - CF/88) e trazem contribuições relevantes para a melhoria da qualidade do transporte rodoviário no país.

Foi lançado em julho de 2018 o edital para concessão do trecho rodoviário das BR-101/290/386/448/RS, Rodovia de

Integração do Sul - RIS. O leilão deste trecho foi realizado em 1º de novembro de 2018 e a assinatura do Contrato foi realizada dia 11 de janeiro de 2019.

Com relação à duplicação das rodovias concedidas, foram duplicadas em 2018, na Região Centro-Oeste 63,03 km, na Sudeste 7,58 km totalizando 70,61 km.

Atualmente existem 55 pontos de fiscalização eletrônica que possuem equipamento com capacidade de captura de imagens e reconhecimento automático de caracteres de placas veiculares, sistemas de laços indutivos para classificação de veículos comerciais de transporte de cargas ou de passageiros e de veículos particulares. O sistema também possui antenas de captação RFID (Radio Frequency Identification – Identificação por Rádio Frequência) para identificação redundante dos veículos comerciais, com obrigatoriedade de tagueamento.

O Canal Verde Brasil, por meio de sistemas de fiscalização eletrônica, efetuou até dezembro/2018 um total de 61 milhões de registros de passagem de veículos, proporcionando 89.556 sugestões de autuação. O Canal Verde contribui significativamente para fiscalização dos serviços de transporte regulados pela ANTT. Além disso, esse sistema está sendo utilizado pelas Secretarias Estaduais de Fazenda com o intuito de combater a sonegação fiscal do ICMS, por meio do Operador Nacional dos Estados – ONE.

Com relação aos benefícios gerados pelo projeto ao transporte rodoviário, destacamos a redução do Custo Brasil, a otimização da cadeia logística e o aumento da eficiência das frequências das viagens em escala decorrente da ininterrupção da viagem para procedimentos gerais de fiscalização do veículo, não somente de transporte, mas de trânsito e tributária. O sistema também é utilizado para evitar filas no porto de Santos, verificando os veículos que ainda não tem agendamento e levantando ações para mitigar os problemas gerados pelo excesso de fluxo.

Duplicação de rodovias e construção de terceiras faixas

O Governo Federal tem buscado priorizar os investimentos destinados à melhoria das condições de fluxos de cargas e passageiros, de forma a eliminar pontos de estrangulamento em eixos rodoviários, propiciar o desenvolvimento de regiões, facilitar o escoamento da produção agroindustrial e promover a integração nacional.

O processo de adequação de capacidade refere-se, à melhora nas condições de tráfego de uma rodovia, que pode vir tanto por meio de uma duplicação como pela construção de terceiras faixas, viadutos e outras obras similares. Com isso, visando atender às demandas decorrentes do crescimento populacional, do aumento da frota de veículos, da ascensão na produção agroindustrial e dos decorrentes fluxos de cargas, tanto internamente como para exportação, foram executados em 2018 um total de 129,39 Km referentes à adequação de rodovias.

Construção de contornos, anéis e travessias urbanas rodoviárias

Este objetivo visa contribuir para desviar o tráfego intermunicipal para fora das regiões com maior adensamento populacional, e pela implementação de travessias urbanas, que, embora atravessem os municípios, o fazem de forma segregada, com mecanismos para a redução dos impactos no tráfego local e na qualidade de vida da população.

Dentre os empreendimentos nesta categoria em andamento em 2018, destaca-se o rodoanel de São Paulo, uma rodovia com acesso restrito que contornará a Região Metropolitana num distanciamento de 20 a 40 km do centro do município. A sua extensão total será de 177 km, interligando os grandes corredores de acesso à metrópole: Anhanguera, Bandeirantes, Castelo Branco, Raposo Tavares, Régis Bittencourt, Imigrantes, Anchieta, Ayrton Senna, Dutra e Fernão Dias.

Construção e pavimentação da malha rodoviária federal

O Governo Federal tem investido na construção de novas rodovias de modo a aumentar a abrangência da rede de transportes, reduzindo os custos e trazendo conforto e bem-estar à população. As obras de construção têm como principais benefícios aumentar a capacidade de tráfego, promover o desenvolvimento econômico e reduzir o número de acidentes na malha rodoviária federal do Brasil.

Em busca de alcançar esse objetivo, em 2018 foram construídos ou implantados 330,17 Km de trecho rodoviário, perfazendo um total neste PPA de 668,61 Km.

Expansão da malha ferroviária federal

Para promover a expansão da malha ferroviária federal por meio da construção de novas ferrovias, conexões ferroviárias e acessos, foi dado prosseguimento, em 2018 nas seguintes ferrovias: na Extensão Sul da Ferrovia Norte-Sul foram executados 0,1% de infraestrutura, 0,4% de superestrutura e 0,5% de obras de arte especiais. O avanço físico acumulado de todo o trecho é de 97,6% de infraestrutura, 89,2% de superestrutura e 93,2% de obras de arte especiais.

Com relação à Ferrovia de Integração Oeste-Leste, prossegue a implantação do trecho Ilhéus/BA – Caetité/BA (FIOL I) com as seguintes execuções: 2,2% de infraestrutura, 2,5% de superestrutura e 7,2% de obras de arte especiais. O avanço físico acumulado de todo o trecho é de 83,5% de infraestrutura, 72,5% de superestrutura e 88,7% de obras de arte especiais.

No que se refere ao trecho Caetité/BA – Barreiras/BA (FIOL II) foram executados 7,2% de infraestrutura, 3,2% de superestrutura e 10,2% de obras de arte especiais. O avanço físico acumulado de todo o trecho é de 28,8% de infraestrutura, 14,2% de superestrutura e 43,7% de obras de arte especiais.

Foi dado continuidade à política de fortalecimento das concessões de transportes ferroviário em 2018, com o lançamento do Edital de Leilão que visa Subconceder 1537,0 km da ferrovia Norte Sul, que ligará Porto Nacional/TO a Estrela D'Oeste/SP, integrando uma conexão entre os portos de Itaqui/MA e Santos/SP.

O valor mínimo de outorga (valor que a empresa vencedora deverá pagar à União) é de R\$ 1,353 bilhão. O governo ainda prevê investimentos de R\$ 2,8 bilhões durante o período concedido. O novo concessionário será responsável por explorar e prestar o serviço público de transporte ferroviário, além de garantir a manutenção e conservação da infraestrutura durante 30 anos.

Ordenação do tráfego nos perímetros urbanos

O Governo Federal tem buscado ordenar o tráfego nos perímetros urbanos por meio de construção de contornos, de anéis e de variantes ferroviários, além de outras intervenções.

A meta do objetivo é realizar 03 adequações ferroviárias em perímetro urbano, sendo elas: Adequação de Barra Mansa/RJ, Adequação Ferroviária em São Carlos/SP e Adequação Ferroviária em Juiz de Fora/MG.

O empreendimento de Barra Mansa/RJ está em fase de contratação da obra das unidades habitacionais para conclusão das desapropriações pendentes.

O empreendimento de Juiz de Fora/MG está com obras em andamento no ritmo planejado. A revisão do projeto executivo do empreendimento de São Carlos/SP foi concluída e encontra-se em análise, para posterior aprovação e licitação da obra.

Manutenção e concessão de ferrovias federais

O objetivo de ampliar a oferta de serviços aos usuários e melhorar a infraestrutura ferroviária por meio da manutenção e da concessão de ferrovias federais busca atender uma demanda ainda reprimida por transporte ferroviário, necessária e capaz de dar respostas a vários setores, entre eles o industrial e o do agronegócio.

Foi mantido em 2018, o avanço das atividades de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, em toda a extensão do Tramo Central da Ferrovia Norte Sul, englobando de Anápolis/GO a Porto Nacional/TO e a continuidade das atividades elencadas em 2016 quando se iniciaram as atividades de manutenção de todo o trecho.

Em 2018, o Governo Federal realizou duas audiências públicas visando colher subsídios, com vistas ao aprimoramento dos estudos para a prorrogação do prazo de vigência contratual da concessionária Estrada de Ferro Carajás e Estrada de Ferro Vitoria-Minas. Enviou também, os estudos que tratam do pedido de prorrogação da Concessionária Rumo Malha Paulista ao Tribunal de Contas da União. Os pedidos de prorrogação antecipados visam aumentar os investimentos nas malhas existentes, e ainda ampliar a oferta dos serviços aos usuários.

Promover a construção, manutenção e conservação de estradas vicinais destinadas, à integração com rodovias federais, estaduais e municipais.

As estradas vicinais são vias normalmente não pavimentadas, geralmente municipais, que são usadas como principais conexões entre as áreas rurais e os centros urbanos. Este objetivo foi inserido no ano de 2017 no PPA 2016-2019 e necessita de um planejamento estruturado considerando aspectos como VDM (Volume Diário Médio de veículos); desenvolvimento sustentado; competitividade; factibilidade e situação da pista.

A metodologia a ser adotada possibilitará a seleção das estradas vicinais com prioridade em receber intervenções, através do sistema que estrutura o modelo de decisão, gerenciando os dados e permitindo a votação e análise dos critérios de avaliação de forma clara e transparente, com base nos dados coletados.

Através da Portaria Nº 416, DE 1 DE JUNHO DE 2018 (DOU 04/06/2018 Seção 1 PG 75), foi delegada ao DNIT a execução orçamentária do Objetivo 1170 - Promover a construção, manutenção e conservação de estradas vicinais destinadas à integração com rodovias federais, estaduais e municipais que integra o Programa 2087 - Transporte Terrestre, atribuído ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

Em 2018, não houve execução do objetivo em função da falta de competência regimental e projetos estruturados de estradas vicinais.

Transporte Aquaviário

O Programa Transporte Aquaviário foi estruturado para dar uma visão integrada das políticas públicas voltadas à ampliação dos serviços relacionados a esse tipo de transportes no Brasil e, assim, elenca ações que, no período de 2016-2019, possam fazer frente aos principais desafios do setor.

Diante desse cenário, foram formulados objetivos voltados à adequação da capacidade portuária às demandas de carga e passageiros, ao aprimoramento da governança e da gestão do setor portuário, à melhoria da produtividade do sistema e à promoção da sustentabilidade ambiental das áreas hidroviárias e dos portos organizados.

No PPA 2016-2019, foram estabelecidos indicadores que poderiam ser influenciados diretamente pelos esforços da política pública desta Pasta. Dessa forma, foram definidos os seguintes indicadores para o Programa Transporte Aquaviário:

Indicadores do Programa de Transporte Aquaviário

Indicadores	Unidade de Medida	Fonte de Informação	Referência		Valor Apurado 2018		Polaridade
			Data	Índice	Data	Índice	
Quantidade de carga movimentada (em toneladas) por hora – Combustíveis Minerais	Toneladas/hora	ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários: Painel Estatístico Aquaviário, disponível em http://web.antaq.gov.br/Anuario/ .	31/12/2017	658,2	31/12/2018	830,2	Quanto maior melhor
Quantidade de carga movimentada (em toneladas) por hora – Minérios, Escórias e Cinzas	Toneladas/hora	ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários: Painel Estatístico Aquaviário, disponível em http://web.antaq.gov.br/Anuario/ .	31/12/2017	2.962,6	31/12/2018	3.930,4	Quanto maior melhor
Quantidade de carga movimentada (em toneladas) por hora - Soja	Toneladas/hora	ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários: Painel Estatístico Aquaviário, disponível em http://web.antaq.gov.br/Anuario/ .	31/12/2017	534,4	31/12/2018	651,1	Quanto maior melhor
Quantidade de contêineres movimentados por hora	Unidade/hora	ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários: Painel Estatístico Aquaviário, disponível em http://web.antaq.gov.br/Anuario/ .	21/12/2014	40,95	31/12/2018	51,7	Quanto maior melhor
Tempo médio de espera para atracação – Combustíveis Minerais	Hora	ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários: Painel Estatístico Aquaviário, disponível em http://web.antaq.gov.br/Anuario/ .	31/12/2017	46,6	31/12/2018	38,4	Quanto menor melhor
Tempo médio de espera para atracação (Contêineres)	Hora	ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários - Painel Estatístico Aquaviário - http://web.antaq.gov.br/Anuario/	31/12/2014	12,2	31/12/2018	7,9	Quanto menor melhor
Tempo médio de espera para atracação – Minérios, Escórias e Cinzas	Hora	ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários: Painel Estatístico Aquaviário, disponível em http://web.antaq.gov.br/Anuario/ .	31/12/2017	60,6	31/12/2018	88,8	Quanto menor melhor
Tempo médio de espera para atracação – Soja	Hora	ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários: Painel Estatístico Aquaviário, disponível em http://web.antaq.gov.br/Anuario/ .	31/12/2017	50,4	31/12/2018	56,6	Quanto menor melhor
Variação de movimentação de carga de navegação interior	%	ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários - Painel Estatístico Aquaviário da ANTAQ - http://web.antaq.gov.br/anuario/	31/12/2015	0,19	31/12/2018	4,1	Quanto maior melhor
Variação percentual de movimentação de carga de longo curso	%	ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários - Painel Estatístico Aquaviário da ANTAQ - http://web.antaq.gov.br/anuario/	21/12/2014	4,3	31/12/2018	2,3	Quanto maior melhor
Variação percentual na movimentação de cargas de cabotagem	%	ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários - Painel Estatístico Aquaviário da ANTAQ - http://web.antaq.gov.br/anuario/	31/12/2014	3,18	31/12/2018	3,7	Quanto maior melhor
Variação percentual na movimentação de cargas nos portos	%	ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários - Painel Estatístico Aquaviário da ANTAQ - http://web.antaq.gov.br/anuario/	31/12/2014	4,25	31/12/2018	2,8	Quanto maior melhor

Fonte: Siop/Janeiro de 2018.

Dentre os indicadores do Programa, destacam-se os seguintes avanços: a quantidade de contêineres movimentados por hora nos portos organizados e terminais de uso privado (TUP) aumentou para 51,70 unidades/hora em 2018, um crescimento de 26,25% em relação ao índice de referência de 40,95 unidades/hora registrado em 2014. Quanto à movimentação de cargas de minérios, escórias e cinzas foi de 3.930,4 toneladas/hora e a movimentação de cargas de soja de 651,1 toneladas/hora, representando um aumento em relação a 2017 de 32,66% e 21,83%, respectivamente.

Ao Fundo da Marinha Mercante (FMM) compete o provimento de recursos para a modernização, renovação e ampliação da frota mercante brasileira de longo curso, de cabotagem e de navegação interior e do parque nacional de estaleiros, que refletem positivamente na economia do País.

Na execução do PPA 2016 - 2019, cabe à Secretaria de Fomento e Parcerias - SFP apoiar o Ministério no alcance do objetivo descrito a seguir:

OBJETIVO

Modernizar, renovar e ampliar a frota mercante brasileira de longo curso, de cabotagem e navegação interior e o parque nacional de estaleiros, por meio de concessão de financiamento com recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM).

Este objetivo busca ampliar a participação do transporte aquaviário na matriz de transporte brasileira.

Para a superação dos desafios é necessário e fundamental a ampliação e modernização da frota mercante nacional. Para isso, o FMM tem sido instrumento central de incentivo à indústria naval brasileira, com grandes avanços obtidos, além de contribuir para o aumento da eficiência produtiva dos transportes e consequente redução dos custos dos fretes.

Aspirando ao alcance deste objetivo, foi estabelecida a meta de fomentar a construção de 10 embarcações de cabotagem (Meta 0444) e a meta de fomentar a contratação de R\$ 14 bilhões em projetos financiados com recursos do FMM (Meta 02IW).

Resultado das Metas Selecionadas

Descrição da Meta 2016-2019	Unidade de Medida	Meta Prevista 2016-2019	Linha de Base	Meta Realizada Até			% da meta total 2016-2019	Instituição responsável pela apuração	Situação da Meta	Medidas a serem tomadas
				2016	2017	2018				
021W – Fomentar a contratação de R\$ 14 bilhões em projetos (embarcações e/ou estaleiros) financiados com recursos do FMM	bilhões de reais	14,00	0,00	0,96 Data Referência 31/12/16	1,59 Data Referência 31/12/17	3,01 Data Referência 31/12/18	21,50%	MTPA/SFAT	Com medidas a serem adotadas	Articulação de atores para implementação da meta: Revisão de normativos legais e/ou regulamentação da legislação;
0444 – Fomentar a construção de 10 embarcações destinadas à cabotagem	Embarca-ções	10,00	0,00	5,00 Data Referência 31/12/16	6,00 Data Referência 31/12/17	12 Data Referência 31/12/18	120,00%	MTPA/SFAT	Meta prevista ao final do PPA já alcançada	Sem proposição de novas medidas;

Fonte: Siop/Janeiro de 2018.

Fomentar a construção de 10 embarcações destinadas à cabotagem

Em relação à cabotagem, a frota mercante brasileira foi incrementada, entre 2016 e 2018, com a conclusão da construção de cinco navios gaseiros, três petroleiros Suezmax e três Aframax, além de um navio graneleiro.

Em 2018, tivemos a construção de seis embarcações de cabotagem, todas construídas no estado de Pernambuco, na Região Nordeste, sendo uma do tipo Suezmax, de 145.800 toneladas brutas, três do tipo Aframax, de 111.430 toneladas brutas, e dois Gaseiros de 4.000 m3 construídos para a Transpetro. Das 10 embarcações previstas na meta para o período 2016-2019, doze já foram construídas, com destaque para 11 na Região Nordeste, ultrapassando assim em 20% a meta estipulada.

Fomentar a contratação de R\$ 14 bilhões em projetos (embarcações e/ou estaleiros) financiados com recursos do FMM

No ano de 2018, foi contratado R\$ 1,42 bilhão em novos projetos para construção/manutenção de embarcações/estaleiros, o que representa um acréscimo de 125% de investimentos na indústria naval em relação ao ano anterior.

Quanto à meta global de R\$ 14,0 bilhões, o realizado em 2018 representa 10,2%. Somados os financiamentos contratados em 2016 e 2017, no valor de R\$ 1,59 bilhão em projetos, atinge-se uma execução de R\$ 3,01 bilhões, representando 21,5% do total da meta.

Outras Considerações

Em relação ao volume de recursos originados do FMM e liberados dos agentes financeiros para os tomadores de empréstimos, nos anos de 2016 e 2017 foram repassados R\$ 5,16 bilhões e em 2018 R\$ 2,64 bilhões, respectivamente, totalizando R\$ 7,80 bilhões em repasses à Industria Naval Brasileira.

Sobre entregas de projetos aos operadores dos corredores logísticos, principalmente na Região Norte, foram entregues 31 embarcações de navegação interior no ano de 2018. Além disso, houve entrega de outras sete novas embarcações no setor offshore e mais 16 projetos concluídos com apoio financeiro do FMM.

Capítulo 4. Resultados da Gestão

Avaliação dos objetivos e metas

Melhoria da Navegabilidade nas Hidrovias Interiores

Foi dada continuidade aos empreendimentos na hidrovía do Rio Tietê, sendo que foram executados 20% das obras de derrocamento em Nova Avanhandava/SP e o Canal de Ibitinga está em fase de emissão de ordem de serviço.

Com relação às eclusas da hidrovía do Sul, foi finalizado o projeto da dragagem da Lagoa Mirim que se encontra em fase de ações preparatórias para sua contratação.

Manutenção e Operação da Rede de Transporte Hidroviário

A rede de transporte hidroviário de passageiros e cargas, por meio da manutenção e da operação de forma estruturada e contínua, contribui para uma melhor organização do setor de transportes e garante uma operação de navegação mais rápida e segura de passageiros e cargas.

As hidrovias do Paraguai, Paraná, Madeira, São Francisco, Mercosul e Tocantins foram mantidas, em 2018, por meio de contratos de manutenção e melhoramento de corredores hidroviários.

Foi dada continuidade em projetos visando a ampliação da rede hidroviária, como o derrocamento do Pedral do Lourenço na Hidrovía do Tocantins, nos estados do Pará e Tocantins, além dos serviços de dragagem nos passos críticos no canal de navegação do Rio Madeira, nos estados do Amazonas e Rondônia. O contrato tem vigência de cinco anos.

Foram mantidas atividades de manutenção da sinalização das hidrovias São Francisco, Paraguai, Paraná, e Sul.

Adequação da Capacidade Portuária

No exercício de 2018, os projetos de infraestrutura portuária foram priorizados, com a conclusão de importantes obras de dragagem nos Portos de Itajaí, Maceió, Fortaleza e Paranaguá, sendo uma obra para manutenção e três para aprofundamento, que contribuem para entrada de navios de maior calado nos portos e,

portanto, ampliam a capacidade instalada e os serviços oferecidos aos usuários.

Além disso, foram entregues duas importantes obras em Infraestrutura Terrestre nos Portos de Fortaleza e Santos.

A expectativa para o próximo exercício é a conclusão de mais duas obras de dragagem (Rio Grande e Santos) e o início do processo licitatório das dragagens de Recife e Cabedelo. Com relação à Infraestrutura Terrestre estima-se concluir as obras da Avenida perimetral - Margem Direita – Trecho Macuco/Ponta da Praia no Porto de Santos/SP, alinhamento e reforço do berço 4 no Porto de Itajaí/SC e construção de berço nos dolphins do Atalaia com retroárea no Porto de Vitória/ES.

Governança e Gestão do Setor Portuário

Dando continuidade à revisão do planejamento do setor, com um modelo de gestão capaz de tornar os portos rentáveis, competitivos, autossustentáveis, menos dependentes de fundos externos e mais autônomos, em atendimento à Lei 12.815/2013, da Lei 13.3013/2016 e do decreto 8945/2017, o Departamento de Gestão Modernização Portuária, Segurança e Saúde vem elaborando o planejamento setorial em conformidade com as políticas e diretrizes de logística integrada.

Fazem parte do conjunto de planejamento do setor portuário nacional: o Plano Mestre, o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) e o Plano Geral de Outorgas (PGO). Todos os instrumentos estão conectados e passam a formar um conjunto funcional.

Com os elementos de planejamento citados, somados ao artigo 3º e, principalmente, o artigo 64 da Lei 12.815/2013, tem ocorrido um crescente e importante ganho para as Autoridades Portuárias e para a União, que passaram a registrar suas demandas e os resultados relativos aos planos estratégicos das Autoridades Portuárias e da União.

A gestão por resultados vem sendo aprimorada por meio dos programas de Participação dos empregados nos Lucros - PLR, Remuneração Variável Anual - RVA dos administradores/diretores (bonificação anual) e Honorário Variável Mensal - HVM (remuneração variável em função

do desempenho dos administradores/diretores), sendo que, os indicadores de desempenho e suas metas passaram a ser formatados conforme os mesmos indicadores do PNLP, garantindo uma maior integração entre os diversos mecanismos de monitoramento e controle dos projetos e desempenhos das Autoridades Portuárias.

Tais ações resultaram em maior economia e desempenho financeiro por parte das Autoridades Portuárias, desempenhos facilmente mensuráveis e passíveis de previsão a curto e médio prazo, tornando aquelas administrações equiparáveis com os melhores benchmarks nacionais e tornando-se exemplos para as demais administrações e empresas estatais.

Logística Portuária

A melhoria da produtividade do nível de serviço dos fluxos logísticos do sistema portuário baseia-se especialmente pelo desenvolvimento e implantação de sistemas de Inteligência Logística Portuária, por exemplo, a implantação do Porto Sem Papel – PSP, que é um sistema de informação voltado à gestão portuária, que concentra as informações de diversas áreas de maneira eficiente, coordenada e transparente, reduzindo os custos e a burocracia para os usuários dos serviços portuários. O projeto virá a integrar, também, as informações de outros sistemas de inteligência, como o *Vessel Traffic Management Information System* - VTMS (Sistema de Gerenciamento e Informação do Tráfego de Embarcações) e o Portolog, que estão em fase de implantação.

Em 2018, houve expansão da implantação do sistema Porto Sem Papel em 75 Terminais de Uso Privado – TUP. Nos sistemas de logística portuária, também foram observados avanços na implantação do sistema Portolog, já em operação nos portos de Santos e Vitória, bem como sua integração com as infraestruturas da Cadeia Logística Portuária Inteligente, em conclusão no Porto de Vitória.

Prioridades da Gestão

1. Ampliação da Infraestrutura Portuária

Os portos brasileiros não têm conseguido acompanhar as demandas crescentes de uma economia exportadora em expansão. Um dos principais problemas é a falta de infraestrutura intermodal, ou seja, aquela que liga outros meios de transporte (rodoviário, ferroviário e fluvial) à rede de portos nacionais.

De acordo com levantamento feito pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), os investimentos do governo federal no transporte hidroviário caíram 77% desde 2010. Os valores destinados ao setor, que chegaram ao patamar de R\$ 1,5 bilhão no começo da década, caíram para somente R\$ 300,0 milhões em 2016.

Para atender a demanda pujante do país, precisa haver redução de custos com melhoria da eficiência portuária, que implica na integração com vasta malha ferroviária e rodoviária unindo as principais regiões do país, a exemplo de outras nações.

Também precisamos reduzir custos e prazos para embarque e desembarque. Nossa meta é atingir patamares como os da Coreia do Sul (Porto de Busan), do Japão (Porto de Yokohama) e de Taiwan (Porto de Kaohsiung).

Está planejado para 2019 o início de obras que somam R\$ 561,0 milhões, dos quais as obras de dragagem perfazem R\$ 200,0 milhões e as de infraestrutura terrestre, R\$ 361,0 milhões. Está prevista também, a conclusão de outros empreendimentos que permitirão a ampliação da infraestrutura portuária em 11,25 milhões de T/ano, 4,11 milhões de m³/ano, 250 mil TEU/ano, 13 mil passageiros/ano e 50 mil veículos/ano.

2. Ampliação da Infraestrutura Aeroportuária

No setor aeroportuário nacional, os fatores de custo, tempo e conforto atuam de modo decisivo para a escolha do meio de deslocamento preferencial da população para médias e longas distâncias. Entretanto, o índice de

crescimento sustentável do transporte aéreo do Brasil não se baseia apenas nestes fatores, uma vez que tal crescimento também depende do aumento da oferta de infraestrutura aeroportuária e aeronáutica civil, ainda insuficiente no país.

A rede aeroportuária brasileira apresenta um perfil econômico-financeiro desigual, na medida em que grande parte das receitas advém de poucos aeroportos, mantendo a relevância da participação de entes públicos na gestão e exploração da infraestrutura necessária para garantir a universalidade do transporte aéreo.

Para 2019, serão atraídos investimentos para modernização e expansão dos aeroportos e para tal se buscará modelo de maior participação privada, baseado no interesse público, reduzindo custos e elevando a eficiência, a exemplo de modelos de sucesso praticados no exterior.

3. Concessões de portos, rodovias, ferrovias e aeroportos

Nos últimos anos as concessões/parcerias tornaram-se prioridades no Ministério, mas elas são mais que isso são fundamentais para permitir a prestação de serviço público pela iniciativa privada, de modo a aumentar os investimentos, impulsionar a economia nacional, ampliar a capacidade e reduzir os custos de escoamento de produção e aprimorar a infraestrutura logística, melhorando, assim, a qualidade dos serviços e gerando empregos e renda para os brasileiros.

A Secretaria de Fomento e Parcerias vem envidando esforços no sentido de ampliar a malha rodoviária e ferroviária, bem como de modernizar e aumentar a capacidade dos terminais portuários e aeroportuários, por meio da estruturação de parcerias de investimento, em cooperação com as respectivas Secretarias Nacionais e em articulação com a Secretaria do Programa de Parcerias de Investimentos – SPPI.

Isso se dá por meio da construção e/ou modernização de trechos ferroviários e rodoviários, bem como por meio da exploração privada dos terminais portuários e aeroportuários.

No ano de 2018, foram realizadas várias iniciativas com o objetivo de estabelecer parcerias no setor de transportes, dentre elas, qualificações de empreendimentos no Programa de Parcerias de Investimentos – PPI, Audiências Públicas, publicação de editais e realização de leilões.

O Governo Federal almeja, a partir de 2019, desburocratizar, simplificar, privatizar, pensar de forma estratégica e integrada todos os setores de transportes de modo a alcançar eficiência econômica, bem-estar e melhorar a distribuição de renda, resultados que só serão atingidos por meio das privatizações, e o consequente reequilíbrio das contas públicas.

3.1 Concessões de Portos

Com o objetivo de ampliar a infraestrutura portuária aumentando a oferta de serviços, o Governo Federal adota atualmente a estratégia de priorização de licitações de terminais portuários através de arrendamentos de áreas localizadas em portos organizados. Os projetos elencados como prioritários são qualificados dentro do Projeto Crescer do Programa de Parcerias de Investimentos – PPI.

Neste sentido, em 2018, foram leiloadas cinco áreas de instalações portuárias, sendo três terminais para a movimentação e o armazenamento de gás liquefeito de petróleo no Porto de Belém/PA; um terminal para a movimentação de celulose no Porto do Itaqui/MA; e um terminal de granéis líquidos no Porto de Santos/SP. Os investimentos correspondem a aproximadamente R\$ 586 milhões para alcançar uma capacidade de 2,89 milhões de toneladas/ano.

Além disso, foi celebrado contrato de arrendamento no Porto de Santarém/PA dedicado à movimentação de granel líquido combustível, com previsão de investimentos da ordem de R\$ 18,9 milhões para alcançar uma capacidade de 41 mil T/ano.

Foram publicados quatro editais em áreas voltadas para a movimentação e armazenagem de granéis líquidos, sendo três no Porto de Cabedelo/PB; uma no Porto de Vitória/ES. Os investimentos nessas áreas somam R\$ 199,6 milhões.

Há previsão de publicação de editais para mais seis áreas, voltadas para a movimentação e armazenagem de granéis líquidos; cinco no Porto de Belém/PA; e uma no Porto de Vila do Conde/PA. Os investimentos nessas áreas somam R\$ 432,1 milhões.

Foram também realizadas audiências públicas referentes a um terminal de granéis líquidos em Santos/SP e dois terminais localizados no Porto de Suape/PE, um para a movimentação e armazenagem de contêineres e outro de veículos. Investimentos estimados em R\$ 1,32 bilhão.

3.2 Concessões de Rodovias

Um dos canais de manutenção das rodovias tem sido as concessões. O Governo Federal administra 19 concessões de rodovias, em um total de 9.224 km.

Em 2018, ocorreu o primeiro leilão de concessão rodoviária qualificada no Programa de Parcerias de Investimentos - PPI, a Rodovia de Integração do Sul – RIS, composta pelas BR-101, BR-290, BR-386 e BR-448 no Rio Grande do Sul, com extensão total de 473,0 km, com deságio de 40,5% em relação à tarifa-teto referencial.

3.3 Concessões de Ferrovias

Avanços no setor ferroviário podem conferir ao país equilíbrio da matriz de transportes do país e por consequência ganhos econômicos com a diminuição do custo logístico. A consolidação de uma malha ferroviária capaz de promover a interoperabilidade com os outros modais de transportes é condição necessária para a promoção de maiores fluxos de cargas e passageiros. As parcerias ferroviárias buscam o desenvolvimento do transporte ferroviário. Para 2019 estão previstas concessões de trechos ferroviários.

3.4 Concessões de Aeroportos

Em 2018, foi lançado o edital de licitação da 5ª Rodada de leilões do setor aéreo, que inclui 12 aeroportos divididos em três blocos:

- Bloco do Nordeste - Aeroportos de Recife/PE, Maceió/AL, João Pessoa/PB, Aracaju/SE, Campina Grande/PB e Juazeiro do Norte/CE.
- Bloco do Centro-Oeste - Aeroportos de Cuiabá/MT, Rondonópolis/MT, Alta Floresta/MT e Sinop/MT.
- Bloco do Sudeste - Aeroportos de Vitória/ES e Macaé/RJ.

Concessões programadas para 2019

Concessões de Portos

Está previsto o lançamento de 30 editais para o arrendamento/cessão de uso de terminais nos Portos de:

- Aratu/BA;
- Cabedelo/PB;
- Fortaleza/CE;
- Itaguaí/RJ;
- Itaqui/MA;
- Macapá/AP;
- Maceió/AL;
- Paranaguá/PR;
- Recife/PE;
- Rio Grande/RS;
- Santos/SP;
- São Sebastião/SP;
- Vila do Conde/PA; e
- Porto Ilha/RN.

Cujos estudos estão em fase preliminar. Também estão previstas as assinaturas de outras seis renovações contratuais para os terminais localizados nos Portos de:

- Itaqui/MA;
- Recife/PE;
- Santos/SP; e
- Santarém/PA.

Que permitirão a realização de investimentos na ordem de R\$ 722,0 milhões, representando movimentação de 3,42 milhões de T/ano.

Concessões de Rodovias

Como modelo para novas concessões rodoviárias, o Governo Federal está reestruturando a licitação do trecho da rodovia Presidente Dutra, denominado Nova Dutra, investindo em tecnologia da informação para aumentar a base de pagantes, e assim, diminuir as tarifas e ter condições de mais investimentos nas rodovias cobrando menos dos usuários.

Estão previstas novas concessões dos trechos:

- BR-364/365/GO/MG; e
- BR-101/SC.

As rodovias BR-153/282/470/SC, BR-280/SC e BR-476/153/282/480/SC/PR também integram a carteira de projetos de concessões em estudos.

Em conjunto, esses projetos totalizam aproximadamente 5,0 mil km de novas rodovias concedidas, com investimentos da ordem de R\$ 51,0 bilhões.

Estão em fase de estruturação os novos projetos de concessão das:

- BR-116/RJ/SP (atual concessão Nova Dutra);
- BR-116/RJ (atual concessão CRT); e
- BR-040/MG/RJ (atual concessão Concer).

Cujos contratos vigentes têm previsão de encerramento em março de 2021. Essas três concessões totalizam 1,5 mil km de rodovias, com investimentos estimados em R\$ 20,0 bilhões.

Concessões de Ferrovias

O primeiro trecho a ser concedido em março é o da ferrovia Norte-Sul, que ligará Porto Nacional/TO a Estrela D'Oeste/SP, integrando uma conexão entre os portos de Itaqui/MA e Santos/SP, com extensão de 1.537 km. O valor mínimo de outorga (valor que a empresa vencedora deverá pagar à União) é de R\$ 1,353 bilhão. O governo ainda prevê investimentos de R\$ 2,8 bilhões durante o período concedido. O novo concessionário será responsável por explorar e prestar o serviço público de transporte ferroviário, além de garantir a manutenção e conservação da infraestrutura durante 30 anos.

Duas outras grandes concessões devem ser realizadas ainda em 2019 ou até o início de 2020:

- Ferrovia de Integração Oeste-Leste - FIOL, de Caetitê ao Porto de Ilhéus, na Bahia, com extensão de 537,2 km; e
- Ferrogrão, de Sinop/MT ao Porto de Miritituba/PA, com extensão de 1.142 km.

Capítulo 4. Resultados da Gestão

O Governo Federal pretende promover o processo de prorrogação antecipada dos contratos de concessão, com projeção de cerca de R\$ 16,0 bilhões de investimentos na infraestrutura ferroviária concedida. O quadro abaixo demonstra a situação atual das prorrogações em andamento:

	Malha Paulista	Malha Sudeste	Malha Centro-Leste	Estrada de Ferro Vitória a Minas	Estrada de Ferro Carajás
Estudos	✓	✓	✓	✓	✓
Consulta Pública	✓			✓	✓
Relatório da Consulta Pública	✓				
Acórdão TCU					
Assinatura Termo Aditivo					

Fonte: ANTT.

Concessões de Aeroportos

Está previsto para março o leilão de 12 aeroportos, divididos em três blocos:

- **Bloco do Nordeste** - Aeroportos de: Recife/PE, Maceió/AL, João Pessoa/PB, Aracaju/SE, Juazeiro do Norte/CE e Campina Grande/PB. Esses aeroportos movimentam cerca de 13,0 milhões de passageiros/ano e apresentam investimentos previstos de R\$ 2,15 bilhões e outorga estimada de R\$ 1,67 bilhão, para um período de concessão de 30 anos;
- **Bloco do Centro-Oeste** - Aeroportos de: Cuiabá/MT, Sinop/MT, Rondonópolis/MT e Alta Floresta/MT. Esses aeroportos movimentam cerca de 3,2 milhões de passageiros/ano e apresentam investimentos previstos de R\$ 771,0 milhões e outorga estimada de R\$ 9,0 milhões, para uma concessão de 30 anos;
- **Bloco do Sudeste** - Aeroportos de: Vitória/ES e Macaé/RJ. Esses aeroportos movimentam cerca de 3,2 milhões de passageiros/ano e apresentam investimentos previstos de R\$ 592,0 milhões e outorga de R\$ 435,0 milhões, para um período de concessão de 30 anos.

Para os próximos anos, projeta-se a continuidade da política de concessões aeroportuárias, com a licitação de outros blocos, sempre conciliando, dentro de cada um desses blocos, de um lado aeroportos com viabilidade econômica capaz de gerar lucros às concessionárias e, de outro, aeroportos menos rentáveis, que tenham seus investimentos viabilizados justamente pelo retorno positivo gerado pelos seus pares economicamente mais viáveis. Em conjunto, os novos blocos devem abranger um total de 44 aeroportos, distribuídos por todas as regiões do país e com uma movimentação de cerca de 66,0 milhões de passageiros/ano.

Capítulo 4. Resultados da Gestão

Principais Programas e Projetos/iniciativas

A partir das medidas adotadas pelo Governo anterior para combater a crise institucional instalada no País, a economia brasileira recuperou-se lentamente, fortalecida pela redução da inflação, pela melhoria do ambiente de negócios, pela governabilidade e governança.

Nesse contexto, os resultados das iniciativas adotadas pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil começaram a aparecer.

Formulação e Implementação da Política Nacional de Transportes – PNT

O PNT é um projeto desenvolvido pela equipe técnica da SPI, com o objetivo de estabelecer os princípios, objetivos, diretrizes fundamentais e instrumentos voltados ao planejamento e implementação das ações e práticas do Setor de Transportes do Governo Federal.

A formulação da PNT teve como pressuposto a participação de setores governamentais e da sociedade, e buscou alcançar outras políticas nacionais setoriais, nos segmentos de planejamento, desenvolvimento social, econômico, ambiental, integração e defesa. Em síntese, a Política Nacional de Transportes encontra-se dividida em dois documentos básicos:

- i. o Livro de Estado, peça da política pública de mais alto nível do Setor de Transportes brasileiro, estabelecendo os princípios, objetivos, diretrizes fundamentais e instrumentos a serem cultivados e defendidos pelo setor, de modo a fazerem parte de toda e quaisquer ações executadas pelo Ministério e suas entidades vinculadas e;
- ii. o Caderno das Estratégias Governamentais, contendo as estratégias e ações prioritárias para o Setor de Transportes em dado contexto temporal, estando sujeito a revisões contextuais.

Por sua importância e objetivando lograr a máxima legitimação, a PNT foi convertida em ato infralegal, estando oficializada por meio da Portaria nº 235, de 28 de março de 2018. Para maiores informações acessar o link: <https://www.infraestrutura.gov.br/component/content/article/113-politica-e-planejamento-de-transportes/7368-pnt.html>



Livro de Estado e Caderno das Estratégias Governamentais da PNT

Corredores Logísticos Estratégicos – CLE

O CLE é um projeto desenvolvido pelos técnicos da SPI, em parceria com órgãos de governo e sociedade, e tem o objetivo de obter uma visão diagnóstica e panorâmica, do ponto de vista da logística e do transporte, para os escoamentos dos principais produtos da economia brasileira.

Em 2018, foram publicados três relatórios que contemplam o diagnóstico e análise das rotas de escoamento do complexo de minério de ferro, de veículos automotores e do complexo da cana-de-açúcar (açúcar e etanol).

O projeto além de subsidiar a elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas voltadas ao setor de transportes, abordará temas estratégicos relacionados ao transporte de passageiros, integração e segurança nacional. Para maiores informações acessar o link: <https://www.infraestrutura.gov.br/component/content/article/113-politica-e-planejamento-de-transportes/7395-cle.html>



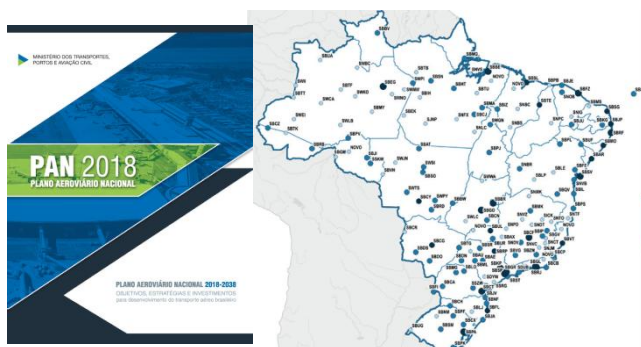
Volumes dos Corredores Logísticos Estratégicos publicados em 2018

Plano Aeroviário Nacional (PAN) 2018 -2038

Diante de uma demanda por transporte aéreo que dobrou nos últimos dez anos, é essencial que o poder público e os demais atores do sistema de transporte aéreo planejem suas ações conciliadas com as projeções de crescimento e desenvolvimento social do País.

Por isso, o Plano Aeroviário Nacional (PAN) tem o papel de consolidar as ações de planejamento para o setor de transporte aéreo. O PAN, instituído pela portaria nº 537, de 21 de novembro de 2018, demonstra as necessidades de evolução da infraestrutura aeroportuária e aeronáutica para compatibilização com a movimentação projetada.

Os cenários desenvolvidos baseiam-se no alcance dos objetivos de acessibilidade, conectividade, eficiência e desenvolvimento da rede com o menor custo possível. Além disso, o PAN traz as principais estratégias governamentais para outros objetivos do setor, como a segurança, a qualidade dos serviços, a facilitação aos passageiros, a garantia dos direitos dos usuários, a minimização dos impactos ao meio ambiente e o desenvolvimento técnico e institucional do transporte aéreo brasileiro. Para maiores informações acesse o link: http://www.transportes.gov.br/images/AVIACAO_CIVIL/PAN/PAN2018_ebook.pdf



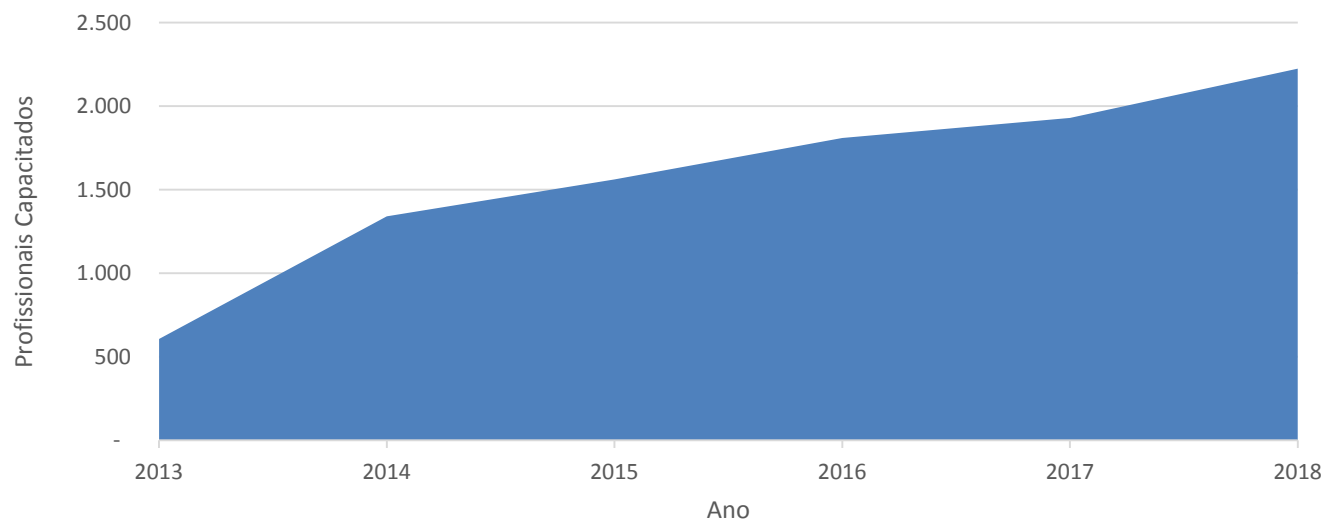
PLANO AEROVIÁRIO NACIONAL (PAN) 2018 -2038

Promover o Desenvolvimento Institucional e Técnico do Setor de Aviação Civil

Em vista da crescente demanda do setor de aviação civil e para se alcançar os níveis internacionais de requerimento de funcionamento desse importante segmento econômico, o investimento na capacitação de recursos humanos é primordial. Tanto na formação inicial de profissionais, como na atualização e formação continuada dessas pessoas, com vistas a garantir a qualidade e a segurança dos serviços aéreos. Desse modo, a SAC vem adotando ações voltadas diretamente à capacitação, como o Programa TREINAR e a concessão de bolsas para formação de pilotos, além do incentivo e desenvolvimento de estudos e projetos para o planejamento e gestão dos recursos humanos da aviação civil.

Contando com parceiros de renome nacional e internacional, os programas de formação e capacitação da SAC resultaram, desde 2016, em 2.225 (dois mil, duzentos e vinte e cinco) profissionais em 187 (cento e oitenta e sete) aeroportos, conforme demonstrado no gráfico a seguir.

Evolução de Profissionais Capacitados
2013 a 2018



Prover Serviços de Navegação Aérea – NAV Brasil

Historicamente, a provisão dos serviços de navegação aérea no Brasil esteve parte sob a responsabilidade do Departamento de Controle do Espaço Aéreo – DECEA e parte sob a responsabilidade da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero. O DECEA é o órgão central do Sistema de Controle do Espaço Aéreo. Com o aumento da movimentação de aeronaves no espaço aéreo brasileiro dos últimos anos, bem como com as projeções de crescimento da indústria do transporte aéreo, o Governo Federal vem discutindo os aspectos regulatórios do setor de navegação aérea de forma a atender a demanda futura com segurança, eficiência, modernização tecnológica e sustentabilidade dos 22 milhões de quilômetros quadrados

sob sua responsabilidade.

Nesse contexto, foi publicada a Medida Provisória (MP) nº 866, de 20 de dezembro de 2018, que criou a sociedade empresária estatal NAV Brasil, vinculada ao Comando da Aeronáutica, marcando não só o atendimento às diretrizes emanadas pela Organização Internacional de Aviação Civil (OACI) de segregação entre as responsabilidades de prover, regular e fiscalizar os serviços de navegação aérea, atualmente desempenhadas pelo Comando da Aeronáutica, mas também a unificação dos dois principais agentes prestadores deste serviço. A MP que deu origem à estatal encontra-se em apreciação pelo Congresso Nacional.

Espera-se que tal rearranjo resulte em ganhos como

especialização no core business para melhoria da eficiência, agilidade e qualidade na prestação do serviço não só da NAV Brasil, como também da Infraero. Outras vantagens latentes são a unificação dos planos de investimento no parque tecnológico de instalações e auxílios à navegação aérea de forma a garantir os maiores níveis de segurança, capacidade, racionalização de processos e procedimentos, alocação mais eficiente de recursos e sustentabilidade financeira.

Assim sendo, a NAV Brasil contará com a experiência da Infraero e do DECEA e abrigará as instalações, equipamentos e o corpo técnico das duas instituições.



Medida Provisória autoriza o Poder Executivo a constituir a empresa NAV Brasil Empresa preservará a qualidade e a segurança dos Serviços de Navegação Aérea prestados pela Infraero

Ações Socioambientais

O **Comitê Socioambiental Permanente - COSAP** é um importante espaço de diálogo criado no âmbito do Ministério dos Transportes Portos e Aviação Civil - MTPA. Tem o objetivo de coordenar e supervisionar as iniciativas, ações, projetos, planos e programas de implementação das Diretrizes Socioambientais da Pasta, a fim de assegurar a integração com suas entidades vinculadas, além de possibilitar uma gestão socioambiental sustentável, efetiva e integrada para os empreendimentos de transportes.

É um órgão colegiado, composto por representantes do Ministério, suas vinculadas e EPL que trabalham na gestão socioambiental de empreendimentos federais de transportes.

Com a consolidação desse espaço, temas relevantes estão sendo tratados e outros já encaminhados para 2019 como:

- Desburocratização do procedimento de Declaração de Utilidade Pública para fins de supressão de vegetação no bioma Mata Atlântica e em Área de Preservação Permanente em Terminal de Uso Privado
- Estabelecimento de diretrizes de custos de serviços socioambientais em projetos de infraestrutura em transportes
- Avaliação do passivo ambiental do Ministério, relativo às áreas de plantio compensatório, visando a indicação de alternativas de solução conjunta

O Seminário trouxe o tema A Convenção 169 da OIT e os Empreendimentos de Infraestrutura em Transportes . O evento promoveu o debate acerca do direito de consulta livre, prévia e informada dos povos indígenas e tribais nos empreendimentos de transportes.

Contou com a participação de representantes do governo, de organismo internacional, do mercado, do Ministério Público, do Poder Judiciário, da academia e de outras instituições. Para maiores informações acessar o link:

<https://www.viavivamtpa.com.br/>



II Seminário Socioambiental em Infraestrutura de Transportes

Passé Livre - Desburocratização

Buscando cada vez mais atender às necessidades dos cidadãos, houve um grande avanço com a regulamentação da requisição eletrônica do benefício de que trata o Passé Livre Interestadual para pessoas com deficiência, reduzindo significativamente a burocracia e permitindo ao requerente a solicitação por meio do sítio eletrônico <http://portal.infraestrutura.gov.br/passelivre/>.

Para permitir que o público alvo pudesse ter acesso à requisição eletrônica do benefício, também foram feitas expressivas atualizações no portal desta Pasta, enriquecendo-o com mais informações e com comunicação voltada às pessoas com deficiência, com destaque para funcionalidades que envolvem a Linguagem Brasileira de Sinais - LIBRAS, para os deficientes auditivos, dentre outras melhorias visuais.

Após reformulação do sítio eletrônico, o Ministério recebeu reconhecimento internacional, em 4 de setembro de 2018, com o maior prêmio na categoria Government & Citizen Engagement (Governo e Envolvimento do Cidadão) do World Summit Awards 2018, evento realizado em São Paulo.

A maior premiação de conteúdo digital do mundo, com a participação de inscritos de vários países.



Passé Livre Interestadual - Pessoas com Deficiência

Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE

Em 26 de setembro de 2018 foi realizado o Seminário CIDE, cujo objetivo principal foi alinhar com os representantes de cada Unidade da Federação os procedimentos de preparação dos Programas de Trabalho 2019, os quais deveriam ser apresentados ao MTPA até o dia 31 de outubro, conforme previsão legal. Como resultado do evento foi possível observar uma melhora na qualidade das informações apresentadas nos respectivos Programas de Trabalho, o que possibilitou a realização das análises técnicas e publicações de maneira mais célere.

Outra ação que merece destaque é a elaboração de proposta de revisão e atualização da Portaria MT 228, de 11/10/2007, que estabelece procedimentos para a apresentação de informações pelos Estados e pelo Distrito Federal, em decorrência da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001. Tal proposta objetiva modernizar os procedimentos existentes, bem como suprir lacunas regulamentares que foram observadas a partir da aplicação do instrumento vigente ao longo dos últimos dez anos.

Por fim, destaca-se a elaboração de proposta de Medida Provisória com vistas a complementar a Lei nº 10.336/2001, para solucionar as pendências existentes na execução dos programas de trabalho a cargo das Unidades da Federação, com recursos da CIDE Combustíveis.

Instrumento de Planejamento do Setor Portuário

Planos Mestres

Publicados em 2018

- São Francisco do Sul
- Paranaguá e Antonina
- Vila do Conde e Belém
- Santarém
- Santana
- Porto Velho
- Itaqui
- Imituba
- Itajaí
- São Sebastião
- Cabedelo

Versão final para análise interna

- Santos
- Salvador e Aratu
- Natal
- Areia Branca
- Ilhéus

Versão preliminar

- Suape e Recife
- Maceió
- Vitória e Barra do Riacho
- Forno

Iniciadas as atualizações dos planos dos complexos portuários

- Porto Alegre
- Estrela
- Fortaleza e Pecém
- Manaus
- Laguna

Realizada visita nos complexos

- Rio de Janeiro e Niterói
- Itaguaí
- Angra dos Reis
- Rio Grande
- Pelotas

Plano Nacional de Logística Portuária

Em 2018, foi realizado o monitoramento das metas e indicadores propostos pelo PNLP-2015, bem como a atualização anual da projeção de demanda e alocação de cargas.

Planos de Desenvolvimento e Zoneamento

Foram aprovados e publicados em 2018 os PDZs dos portos:

- Porto de Salvador e Aratu-Candeias;
- Porto de Vila do Conde
- Porto de Santarém
- Porto do Recife

Plano Geral de Outorgas

R\$ 5,8 milhões

Valor executado em 2018

R\$ 17,56 milhões

Valor total do investimento

Em 2018, foi celebrado com a Universidade Federal de Santa Catarina novo Termo de Execução Descentralizada tendo por objeto a “Elaboração de Estudos Afetos ao Planejamento e à Gestão de Outorgas Portuárias e à Sustentabilidade de Sistemas de Inteligência Logística Portuária”, com duração total de 30 meses.

A partir dessa nova cooperação, serão atualizados a Base de Dados Eletrônica e Georreferenciada; o Guia de Procedimentos Internos para Outorgas Portuárias e o Manual do Investidor em Outorgas Portuárias, além do desenvolvimento de metodologias para análises sobre pleitos de outorgas e a proposição de modelos sustentáveis para a manutenção e a evolução dos sistemas de inteligência logística, como VTMS - Vessel Traffic Management Information System (gestão da informação do tráfego aquaviário) e PORTOLOG (agendamento e sequenciamento de veículos que acessam os portos públicos).

As primeiras entregas dessa nova parceria serão feitas em 2019.

Perspectiva para os Próximos Exercícios

O Ministério superou grandes desafios para o cumprimento de suas obrigações constitucionais. A situação encontrada nos exercícios anteriores era complexa e extremamente grave, conjugando, severa restrição fiscal e orçamento contingenciado, associado a uma carteira de investimentos com patamar muito superior à disponibilidade orçamentária e financeira, obras paralisadas, judicializadas e inacabadas no país inteiro.

A estratégia foi de racionalizar os recursos públicos, priorizando a manutenção da infraestrutura, a conclusão de obras com elevado grau de execução e a retomada de obras estratégicas nos corredores de exportação, nos eixos de integração nacional.

Todavia, os desafios foram superados, sendo que os próximos exercícios despontam com uma perspectiva bastante promissora para o setor de transportes. O Brasil ainda tem muitas carências para desenvolver sua infraestrutura logística, mas com as bases que foram firmadas e com a consolidação do planejamento integrado, os investimentos estão acontecendo e poderão ser intensificados.

A iniciativa privada voltou a investir e a movimentação de cargas e passageiros está crescendo. O Ministério da Infraestrutura e suas vinculadas iniciou o ano, saneado e sem dívidas.

Embora, o Orçamento 2019 esteja no mesmo patamar de 2018, priorizou-se a manutenção da infraestrutura e o atual Governo recebeu uma carteira de obras públicas contratadas e relevantes que poderão ter continuidade imediata, inclusive com previsão de entrega, como é o caso:

- da BR-163/PA;
- a Ponte de Abunã/RO;
- trechos duplicados da BR-101 no Nordeste, da BR-381/MG, da BR-163/364/MT, da BR-163/PR;
- a Ponte do Guaíba/RS;
- o Derrocamento do Pedral de Nova Avanhandava/SP;
- além de diversos terminais hidroviários e aeroportos regionais.

As concessões/parcerias são fundamentais para permitir a prestação de serviço público pela iniciativa privada, de modo a aumentar os investimentos, impulsionar a economia nacional, ampliar a capacidade de produção, reduzir os custos de escoamento e aprimorar a infraestrutura logística, para melhorar, assim, a qualidade dos serviços e gerar empregos e renda para os brasileiros.

O Governo herdou um rol de projetos, atrativos, já modelados e estruturados que poderão ser leiloados em 2019. Mas para continuar avançando, há alguns desafios que precisam ser enfrentados:

- Ampliar a participação da iniciativa privada na manutenção da infraestrutura;
- Repactuar os contratos de concessão que ainda estão desequilibrados e retomar os investimentos, como é o caso da Ferrovia Transnordestina;
- Aprofundar diálogo com os órgãos de controle para destravar obras públicas e viabilizar novos investimentos em concessões existentes;
- Modernizar os normativos referentes ao licenciamento ambiental, indígena e lei das licitações;
- Aperfeiçoar a governança da gestão e intensificar a desburocratização de procedimentos; e
- Ampliar a participação do transporte ferroviário e aquaviário nos fluxos de longa distância.

5.

ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO

Declaração da Subsecretária de Planejamento e Orçamento



Ana Maria Almeida Brito

A Subsecretaria de Planejamento e Orçamento - SPO atua como Órgão Setorial do Sistema Federal de Orçamento fazendo a interlocução entre a Administração Direta e Indireta com a Secretaria Federal de Orçamento. Além disso, faz parte do seu rol de contatos com o Órgão Central a Secretaria de Desenvolvimento e Infraestrutura – SDI, a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP, assim como a Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda – STN/MF.

Integra a estrutura da Secretaria Executiva do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, conforme Decreto 9.000 de 08 de março de 2017. Suas competências foram estabelecidas pela Portaria MTPA nº 441 de 03 de julho de 2018, que institui o novo Regimento Interno no MTPA, e incluem, em seu Art. 144, abaixo transcrito:

“Art. 144. À Subsecretaria de Planejamento e Orçamento - SPO compete:

I - planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas aos Sistemas Federais de Planejamento e Orçamento, de Administração Financeira e de Contabilidade, no âmbito do Ministério;

II - promover a articulação com os órgãos centrais dos sistemas federais referidos no inciso I do caput, informar e orientar os órgãos do Ministério quanto ao cumprimento das normas técnicas estabelecidas;

III - desenvolver, no âmbito do Ministério, as atividades de acompanhamento e execução orçamentária, financeira e contábil, e do plano plurianual;

IV - acompanhar, por meio de relatórios gerenciais, a execução orçamentária, financeira e contábil e plano plurianual;

V - monitorar e promover a avaliação de demandas de recursos orçamentários e financeiros;

VI – analisar e acompanhar as atividades relacionadas ao programa de dispêndios globais e orçamento de investimento, subsidiando os processos de alocação de recursos;

VII - supervisionar e monitorar a análise e a avaliação do comportamento das despesas programadas, propondo medidas necessárias para as correções das eventuais distorções identificadas; e

VIII - propor medidas para aperfeiçoar o acompanhamento e a avaliação da execução orçamentária e financeira do Ministério.”

A Pasta preza pelo bem público, assim como pelo bem estar da sociedade Brasileira, e se pauta na legislação vigente, bem como nas boas práticas da administração pública, buscando eficiência na alocação de recursos orçamentários e financeiros, se posicionando ponto de apoio e parceira às vinculadas do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

Além disso, a Subsecretaria tem como missão manter tanto orçamento quanto os limites orçamentários e financeiros equilibrados e distribuídos entre as unidades orçamentárias de forma a permitir a maior execução possível, conforme planejamento e capacidade de cada um, seja na elaboração das peças orçamentárias, seja nas alterações orçamentárias.

Diante do exposto, e, considerando as dificuldades fiscais pelas quais o país passa, a variação de contingenciamento ao longo do ano, os cancelamentos orçamentários em favor de outros órgãos, o exercício de 2018 foi desafiador, porém logrado com êxito, já que a execução atingiu percentuais que se aproximam do total disponibilizado.

DECLARO, portanto, que as informações aqui disponibilizadas atendem aos requisitos de conformidade e confiabilidade, as quais foram extraídas dos Sistemas vigentes na administração federal, tais como, SIOP, SIAFI, TESOURO GERENCIAL, SICONV.

Capítulo 5. Alocação de recursos e áreas especiais de gestão

Gestão Orçamentária e Financeira

Os dados orçamentários e financeiros explicitados a seguir abrangem, exclusivamente, os Órgãos da Administração Direta do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil – MTPA e os Fundos vinculados, a saber: a) Fundo da Marinha Mercante – FMM; e b) Fundo Nacional da Aviação Civil - FNAC.

O conteúdo deste tópico exclui a Reserva de Contingência, por se tratar de dotação orçamentária sem especificação de gasto, mas engloba a remuneração paga ao Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDES para aplicação dos recursos do FMM (Plano Orçamentário 008/Unidade Orçamentária 71104 – Remuneração dos Agentes Financeiros - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda) e as operações oficiais de créditos computadas na UO 74904 – Recursos sob Supervisão do FMM.

Evolução dos Gastos

R\$ milhões

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA (a)	2017			2018			VARIÇÃO em R\$ (h) = g-d	VARIÇÃO em % (i) = g/d - 1
	EMPENHADO (b)	LIQUIDADO (c)	PAGO (d)	EMPENHADO (e)	LIQUIDADO (f)	PAGO (g)		
39101 - DIRETA	4.055,38	3.665,38	3.662,60	4.050,46	3.505,16	3.270,49	-392,11	-11%
39901 - FMM	190,20	140,93	140,93	47,83	12,17	12,16	-128,77	-91%
71104 - Remuneração de Agentes Financeiros	51,02	47,02	47,02	37,91	37,91	37,91	-9,11	-19%
74904 - Recursos sob Supervisão do FMM	2.297,62	2.297,62	2.297,62	3.327,09	3.327,09	3.327,09	1.029,47	45%
39902 - FNAC	2.966,77	2.821,22	2.820,92	1.260,76	1.107,26	1.106,69	-1.714,23	-61%
TOTAL	9.560,99	8.972,17	8.969,10	8.724,04	7.989,58	7.754,35	-1.214,76	-14%

Fonte: Tesouro Gerencial (11.03.2019)

Conforme demonstrado acima, os pagamentos realizados em 2018 apresentaram variações, em relação ao exercício anterior, as quais foram motivadas, principalmente, pelos seguintes fatos:

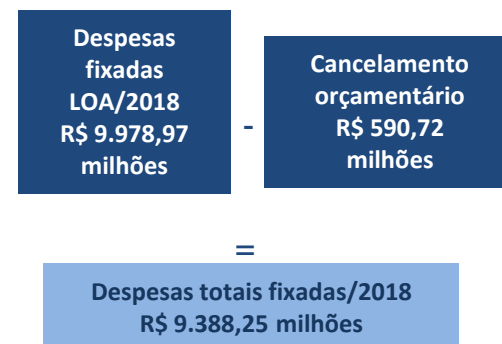
FMM: Redução do número de sentenças judiciais transitadas em julgado relacionadas ao ressarcimento das Empresas Brasileiras de Navegação. No tocante à UO 74904, registre-se a expansão dos financiamentos no segmento da Marinha Mercante e da indústria naval em decorrência do aprimoramento dos ritos processuais para as concessões das referidas operações.

FNAC: A integralização de capital à Infraero em 2018 foi muito inferior à efetivada em 2017, ano em que foi necessário um aporte de capital no aeroporto internacional do Galeão – RJ e nos demais aeroportos concedidos, cujos valores totalizaram, respectivamente, a cifra de R\$ 1.653,1 milhões e de R\$ 492,0 milhões, perfazendo o montante de R\$ 2.145,1 milhões, de forma a evitar a redução da participação acionária daquela Empresa nas Sociedades de Propósito Específico – SPEs.

Detalhamento das Despesas / 2018

A LOA/2018, inicialmente, consignou aos órgãos da Administração Direta do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil-MTPA dotação orçamentária no total de R\$ 4.534,19 milhões. Para os Fundos vinculados, foram alocados R\$ 5.444,77 milhões, sendo R\$ 3.828,03 milhões destinados ao Fundo da Marinha Mercante – FMM e R\$ 1.616,74 milhões ao Fundo Nacional de Aviação Civil – FNAC.

Com a soma desses números, apurou-se dotação orçamentária inicial da ordem de R\$ 9.978,97 milhões, posteriormente, redimensionada para R\$ 9.388,25 milhões, em virtude da incidência de cancelamentos no valor de R\$ 590,72 milhões, conforme demonstrado no quadro abaixo.



Fonte: Siop (18.02.2019)

Capítulo 5. Alocação de recursos e áreas especiais de gestão

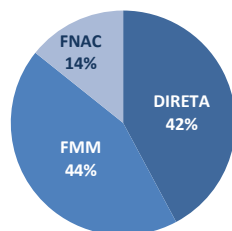
Finalidade dos Recursos

As despesas autorizadas pela LOA /2018 podem ser assim segregadas:

1 – Despesas da Administração Direta: gastos relacionados à manutenção do Ministério em suas atividades meio e finalísticas.

2 – Despesas dos Fundos FMM e FNAC: gastos voltados para promoção do desenvolvimento da indústria de construção e reparação naval brasileira, bem como para reforma, construção, reaparelhamento e manutenção da infraestrutura aeroportuária.

Valores Pagos 2018



Contingenciamento Orçamentário

Em decorrência do Decreto 9.276, de 2 de fevereiro de 2018, as programações da Administração Direta do MTPA sofreram restrição para execução em patamar equivalente a 25% do montante consignado na LOA/2018. Essa limitação perdurou até a metade do exercício e afetou o cumprimento de parte dos gastos previstos para o período. Tal quadro levou a Unidade a realizar reprogramações orçamentárias, no sentido de atender obrigações contratuais e viabilizar a continuidade de serviços essenciais. Também integraram o rol das medidas mitigadoras:

- Interrupção/adiamento de obras de reforma e melhoria predial;
- Reprogramação das contratações e da execução dos contratos em andamento, na área finalística;
- Racionalização de despesas administrativas, exemplificadas a seguir:
 - Unificação dos contratos de aluguel das extintas Secretarias de Portos e de Aviação Civil;
 - Implementação do sistema TaxiGov, gerando economia nas despesas de transporte funcional; e
 - Implementação do Almoxarifado Virtual, o que gerou economia nas despesas de material de consumo.

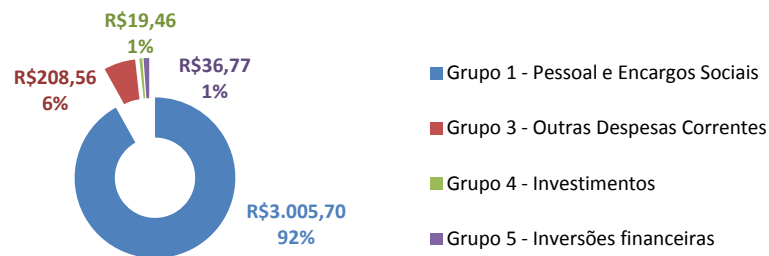
Quanto aos Fundos Vinculados ao MTPA, não houve contingenciamento no exercício, vez que o Limite de Empenho disponibilizado foi equivalente à totalidade da dotação autorizada (LOA/2018 + créditos).

Despesas da Administração Direta

Gastos com pessoal, custeio, Investimentos e Inversões Financeiras - abrangem gastos com o funcionamento das chamadas atividades a) Finalísticas: sistemas de carga e cadeia logística inteligentes, gestão de tráfego de navios e atendimento portuário unificado, estudos, projetos e obras de infraestrutura; e b) Administrativas: serviço de apoio às atividades finalísticas.

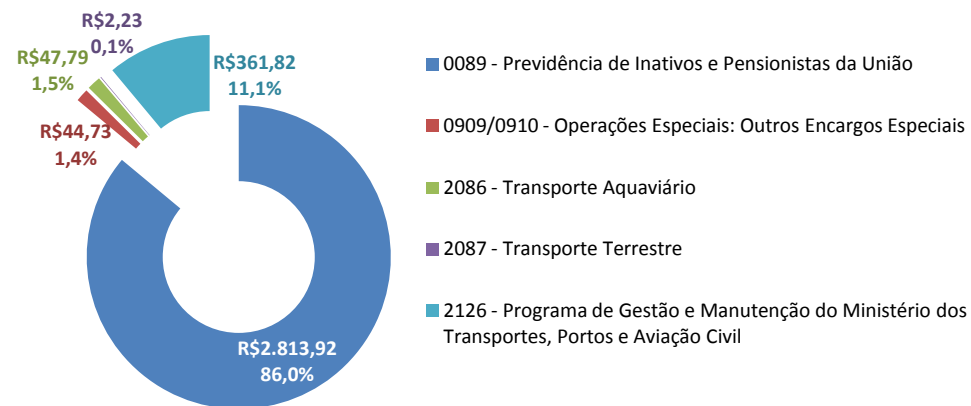
Detalhamento das despesas da Administração Direta por Grupo de Natureza de Despesa:

Grupo de Despesa 2018 - R\$ milhões



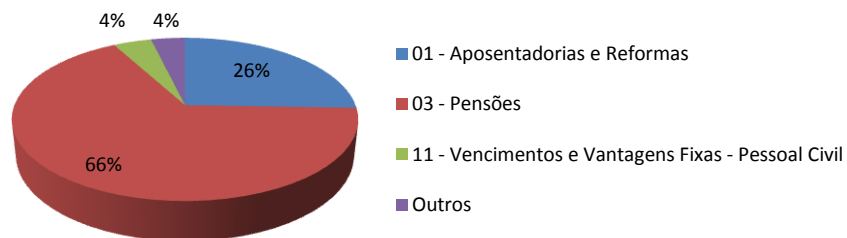
Detalhamento das despesas da Administração Direta nos Programas do Plano Plurianual:

Programas Administração Direta 2018 - R\$ milhões



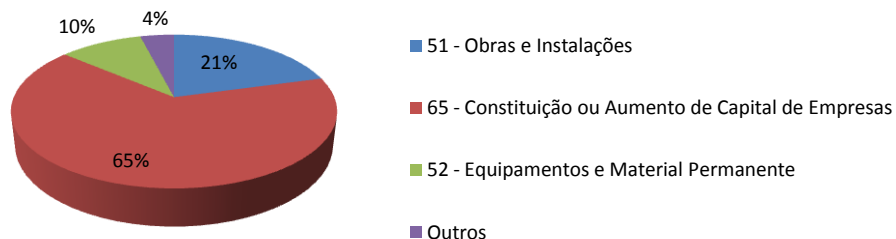
Valores pagos – Administração Direta

Grupo 1 - Pessoal e Encargos Sociais, por Elemento de Despesa



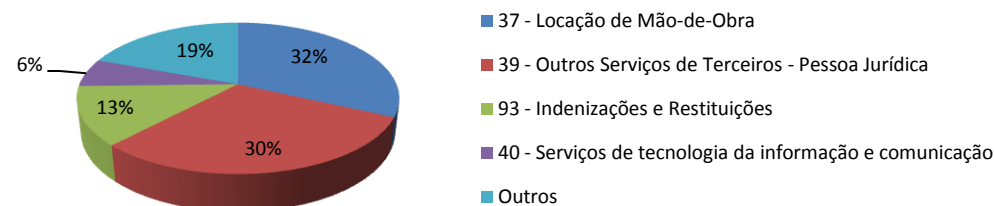
Pessoal e Encargos Sociais - 92% destinaram-se às despesas com aposentadorias e pensões, seguida de 4% com o pessoal ativo.

Grupo 4 - Investimentos e Grupo 5 – Inversões, por Elemento de Despesa



Investimentos e Inversões Financeiras - 65% pagos nessas rubricas (R\$ 36,77 milhões) referem-se a valores aportados pela União a título de participação no capital das empresas estatais federais. A execução direta de obras e instalações representou 21% dos pagamentos, e se deu, principalmente, na manutenção, melhoria e ampliação da infraestrutura dos portos públicos.

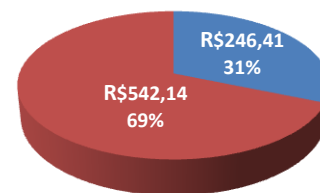
Grupo 3 - Outras Despesas Correntes, por Elemento de Despesa



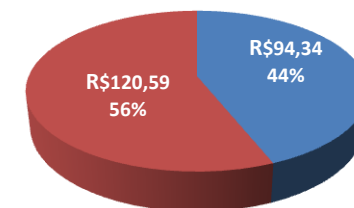
Custeio – Os pagamentos nessa rubrica totalizaram R\$ 208,56 milhões, sendo 6% com sistemas informatizados e 30% com contratos de funcionamento da unidade, prestação de serviços de manutenção e operação da estrutura física patrimonial da sede e demais imóveis, que dão apoio às atividades finalísticas e administrativas do MTPA. As despesas com locação de mão de obra atingiram 32%, notadamente a prestação de serviços de apoio administrativo e secretariado necessários à execução de atividades acessórias aos serviços vinculados a esta Pasta e à reestruturação da força de trabalho, considerando a fusão de novas unidades (extintas Secretaria de Portos da Presidência da República – SEP/PR e extinta Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República – SAC/PR).

No tocante às despesas discricionárias, ou seja, os gastos sujeitos à conveniência e à oportunidade do gestor público, a Administração Direta do MTPA pagou R\$ 94,34 milhões relativos ao Plano de Aceleração do Crescimento – PAC, programa de empreendimentos do Governo Federal, e R\$ 120,59 milhões para as demais despesas, contra uma dotação orçamentária líquida de R\$ 542,14 milhões e R\$ 246,41 milhões, respectivamente, conforme representação abaixo.

Administração Direta - Dotação atualizada 2018 - R\$ milhões



Administração Direta - valores pagos - R\$ milhões



■ Demais despesas discricionárias ■ PAC

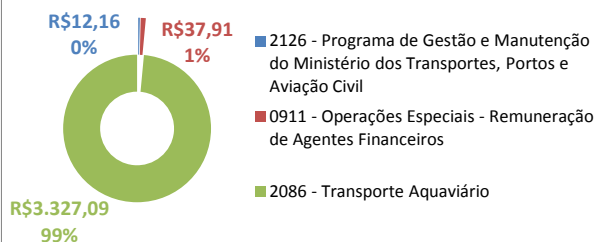
■ PAC ■ Demais

Despesas dos fundos – Valores Pagos

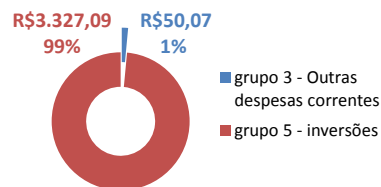
Despesas do Fundo da Marinha Mercante - FMM - R\$ 3.377,16 milhões

Custeio e Inversões Financeiras abrangem gastos com o funcionamento das atividades a) Finalísticas: financiamentos à Marinha Mercante e à Indústria Naval, ressarcimento às empresas brasileiras de navegação; e b) Administrativas: serviço de apoio às atividades finalísticas.

Execução por Programa - R\$ milhões



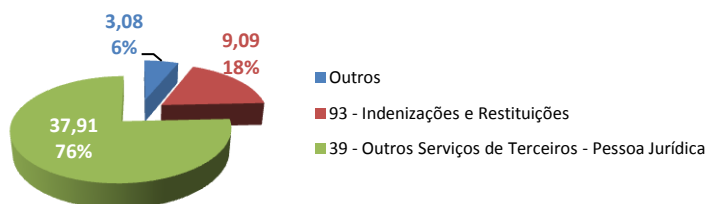
Execução por Grupo de Despesa - R\$ milhões



O FMM na distribuição por grupo/elemento de despesas:

Custeio: R\$ 50,07 milhões, sendo 76% remuneração do agente financeiro para aplicação dos recursos, 18% ações judiciais de ressarcimento às Empresas Brasileiras de Navegação, entre outras despesas; e 6% serviços administrativos e demais despesas necessárias para atendimento das atividades finalísticas.

Grupo 3 - Outras Despesas Correntes

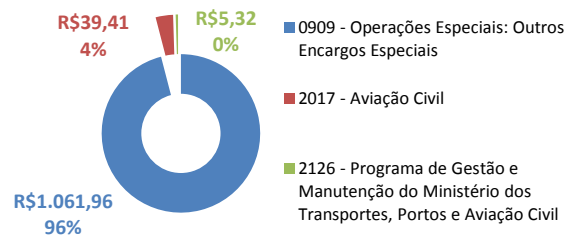


Inversões: operações de financiamento e encargos delas decorrentes, à Marinha Mercante e à Indústria de Construção e Reparação Naval.

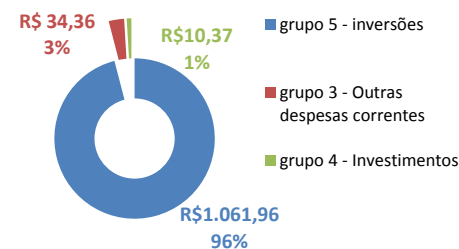
Despesas do Fundo Nacional de Aviação Civil – FNAC - R\$ 1.106,69 milhões

Custeio e Investimentos e Inversões Financeiras gastos com o funcionamento das atividades a) Finalísticas: adequação de aeroportos, execução de obras aeroportuárias, aportes de Capital nas Sociedades de Propósito Específico (SPE); b) Administrativas: apoio às atividades finalísticas, capacitação e gestão para o desenvolvimento da Aviação Civil. Do montante pago, R\$ 1.094,15 milhões se referem às despesas do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

Execução por Programa – R\$ milhões

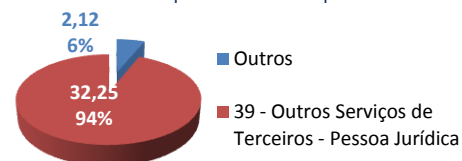


Execução por Grupo de Despesa - R\$ milhões



O FNAC na distribuição por grupo/elemento de despesas:

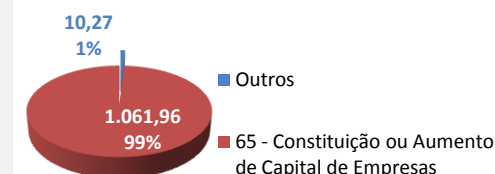
Grupo 3 - Outras Despesas



Custeio R\$ 34,36 milhões, sendo 94 % para fomento a escolas, centros de treinamento de profissionais da aviação civil e capacitação direta.

Investimentos e Inversões: 99% referem-se aos aportes de recursos na Infraero para participação nas SPEs e para suas atribuições na infraestrutura aeroportuária. Outros: destinados aos aeródromos e aeroportos regionais.

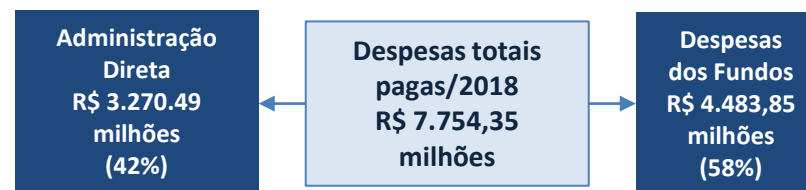
Grupo 4 - Investimentos e grupo 5 - Inversões



Capítulo 5. Alocação de recursos e áreas especiais de gestão

Desempenho orçamentário e financeiro 2018

Em síntese, a Administração Direta do MTPA e os Fundos vinculados receberam dotação orçamentária líquida no valor de R\$ 9.388,25 milhões. Desse total, foram empenhadas R\$ 8.724,04 milhões e pagas despesas no montante de R\$ 7.754,35 milhões, o que significa uma efetiva realização de 82,6% em relação ao montante orçado na LOA/2018.



Fonte: Siop (07.03.2019)

Além dos pagamentos efetivados com os recursos autorizados na LOA/2018, também foram feitos pagamentos com recursos provenientes de orçamento de exercícios anteriores, denominados restos a pagar.

Os pagamentos de despesas a cargo dos órgãos da Administração Direta do MTPA, efetuados com base nas dotações orçamentárias da LOA/2018 (execução de 80%), alcançaram o valor de R\$ 3.270,49 milhões e os oriundos de dotações de exercícios anteriores somaram a quantia de R\$ 556,97 milhões, totalizando R\$ 3.827,46 milhões em valores pagos no ano de 2018.

Com relação aos Fundos, o Fundo da Marinha Mercante do MTPA pagou R\$ 3.377,16 milhões com base nas dotações orçamentárias da LOA/2018 (execução de 87%) e R\$ 1,75 milhões oriundos de restos a pagar, totalizando R\$ 3.378,91 milhões. Já o Fundo Nacional de Aviação Civil pagou R\$ 1.106,69 milhões com as dotações orçamentárias da LOA 2018 (execução de 79%) e R\$ 46,55 milhões à conta de restos a pagar, chegando a um total de R\$ 1.153,24 milhões pagos em 2018.

Restos a pagar

Execução dos restos a pagar

R\$ Milhões

Unidade Orçamentária (a)	2017		2018		Variação em R\$ (f) = e - c	Variação em % (g) = e/c - 1
	RESTOS A PAGAR INSCRITOS LIQUIDOS (b)	RESTOS A PAGAR PAGOS (c)	RESTOS A PAGAR INSCRITOS LIQUIDOS (d)	RESTOS A PAGAR PAGOS (e)		
39101 - DIRETA	1.226,14	435,35	1.016,64	554,55	119,20	27%
39901 - FMM	6,88	6,88	45,55	1,75	(5,14)	-75%
62901 - FNAC	382,87	270,43	111,07	31,50	(238,93)	-88%
39902 - FNAC	0,00	0,00	145,51	46,55	46,55	0%
Total	1.615,89	712,66	1.318,76	634,34	(78,32)	-11%

Restos a Pagar cancelados no decorrer do exercício de 2017 R\$ 23,75.

Restos a Pagar cancelados no decorrer do exercício de 2018 R\$ 165,36.

INSCRITOS LIQUIDOS 2017	1.615,89
INSCRITOS LIQUIDOS 2018	1.318,76
REDUÇÃO EM 2018	-18%

Principais Desafios e Ações Futuras

Desafios:

- Ampliar a alocação de recursos para atendimento de investimentos prioritários.
- Aprimorar a gestão orçamentária e financeira produzindo e disponibilizando informação integrada e de qualidade.
- Assegurar transparência na gestão orçamentária
- Intensificar a eficiência na gestão dos empreendimentos e na utilização dos recursos públicos.

Ações futuras:

- Aperfeiçoar as normas operacionais visando à padronização de procedimentos e fluxos processuais nas áreas de: pagamento, diárias e passagens, prestações de contas, conformidades de gestão e contábil, e reconhecimento de dívida de exercícios anteriores;
- Dar continuidade às atividades de racionalização de despesas administrativas;
- Promover a melhoria e a padronização dos processos de contratação de bens e serviços;
- Divulgar os resultados alcançados com as medidas de racionalização de despesas implementadas.

Capítulo 5. Alocação de recursos e áreas especiais de gestão

Gestão de Pessoas

1. Conformidade Legal

Na consecução das suas atividades, a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas do Ministério da Infraestrutura – COGEP busca sempre observar os regramentos das normas legais e infralegais, em especial a Lei n. 8.112/90 e respectiva regulamentação, além das orientações provenientes do então Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, hoje Ministério da Economia.

Para tanto, a COGEP mantém em sua estrutura a Coordenação de Acompanhamento de Normas e Orientação Técnica - COTEC, que tem dentre suas atribuições o monitoramento contínuo de atos legais e jurisprudência administrativa referentes à gestão de pessoas, bem como a eventual solicitação de dúvidas das demais unidades acerca da sua aplicação.

47 Diplomas Normativos

1 Lei	6 Decretos
6 Portarias	3 Instruções Normativas
5 Notas Informativas	18 Notas Técnicas
1 Orientação Normativa	3 Pareceres
2 Entendimentos Jurisprudenciais	3 Ofícios-Circulares

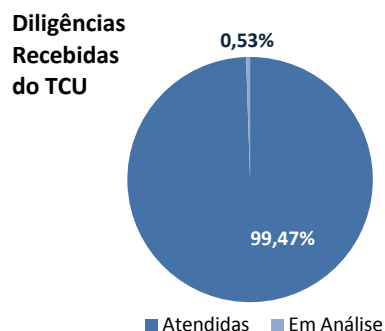
Apontamentos dos Órgãos de Controle

No ano de 2018 os órgãos de controle enviaram 1.501 casos de inconsistências/desconformidades pelo Sistema e-Pessoal, tendo todos eles sido devidamente analisados e finalizados.

Além disso, foram também atendidas 13 (treze) notificações do TCU referentes a aposentadorias, restando pendentes outras 8 (oito) por força de decisões judiciais em ações movidas pelos interessados.

Em relação ao controle interno demandado pelas Trilhas de Auditoria de Pessoal da Controladoria-Geral da União

(CGU), não houve em 2018 nenhuma inconsistência apontada. Encontram-se pendentes apenas 32 inconsistências dos anos de 2015 a 2017 – equivalendo a 1% do total – as quais dependem de algum posicionamento ou determinação judicial para serem solucionadas.



Indicadores de Conformidade

Todos os servidores desta Pasta disponibilizaram suas respectivas declarações de bens e renda para fins de avaliação da sua evolução patrimonial, na forma da Lei nº 8.730/93.

Do mesmo modo, todos os atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria e reforma, relativos ao pessoal desta Pasta foram regularmente registrados no Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões – SISAC, conforme determinado no art. 2º da Instrução Normativa TCU 55/2007.

Quanto aos atos de concessão de pensão emitidos em 2018, de um total de 810, estão pendentes de inclusão no SISAC 271 atos.

Não obstante, informamos que foram atendidas ainda 194 demandas recebidas da Ouvidoria e 330 do e-SIC, na forma da Lei n. 12.527/11.

Por fim, no ano de 2018 não houve registro de dano ao erário no âmbito deste Ministério.

Canais de atendimento

Foram atendidas diversas solicitações recebidas nos núcleos de Recursos Humanos nos Estados (atendimento pessoal) e pela Central de Relacionamento (atendimento telefônico).



Principais demandas atendidas:

- Recadastramento;
- Tramitação de processos e documentos;
- Denúncias ou reclamações ;
- Plano de saúde;
- Inclusão/ exclusão de beneficiários de aposentadoria/pensão;
- Isenção de imposto de renda;
- Comprovante de rendimentos;
- Cadastramento de senhas para SIAPENET;
- Pagamento de exercícios anteriores; e
- Programa Passe Livre.

Também foram atendidas 194 demandas recebidas da Ouvidoria e 330 do e-SIC, na forma da Lei n. 12.527/11.

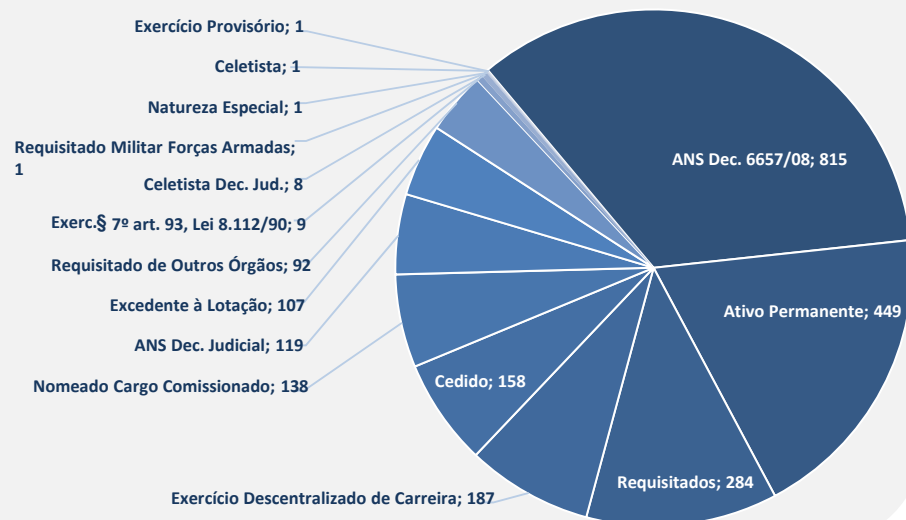
2. Avaliação da Força de Trabalho

O Quadro de Pessoal do Ministério da Infraestrutura encontra-se defasado e envelhecido: a idade média dos seus servidores e empregados públicos supera os 55 anos, dos quais mais da metade já tem plenas condições para aposentadoria.

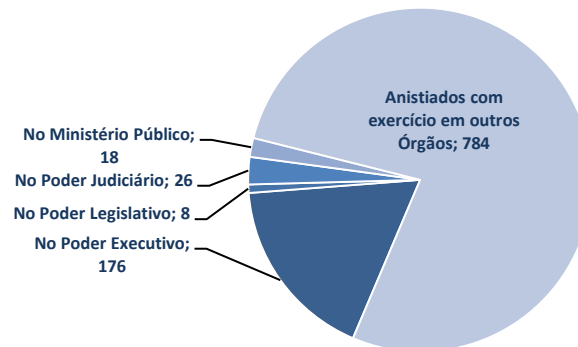
Essa situação se dá pelo alto índice de evasão da força de trabalho, agravada pelo longo período sem reposição de pessoal, já que os últimos ingressos de servidores se deram nos concursos de 1994 e 2010.

A par disso, esta Pasta não dispõe de servidores temporários, eis que sua necessidade de recomposição não se enquadra nos requisitos estabelecidos pela Lei n. 8.745/93, que dispõe sobre as contratações excepcionais e temporárias no serviço público.

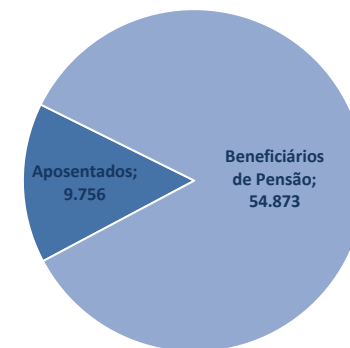
Distribuição do Quadro de Pessoal por Situação Funcional - Ativos



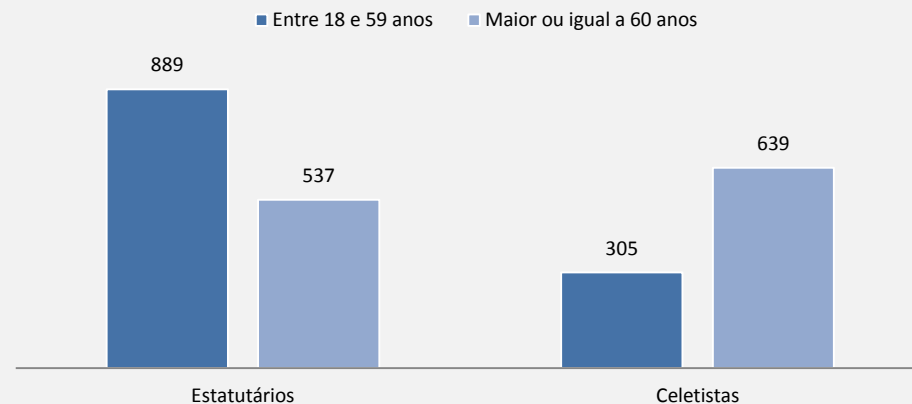
Em exercício fora do Ministério



Distribuição - Inativos



Distribuição do Quadro por Faixa Etária



♀
580 Estatutários
143 Celetistas

♂
846 Estatutários
801 Celetistas

Capítulo 5. Alocação de recursos e áreas especiais de gestão

3. Estratégias de Recrutamento e Alocação de Pessoas

Como visto, os últimos ingressos de servidores se deram no ano de 2010, em quantidade muito aquém da demandada à época.

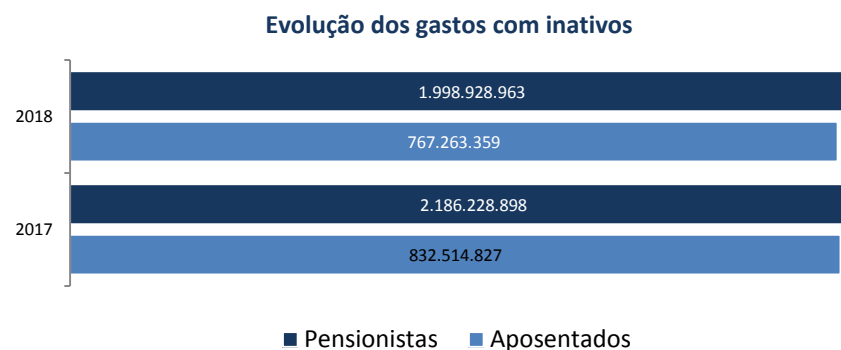
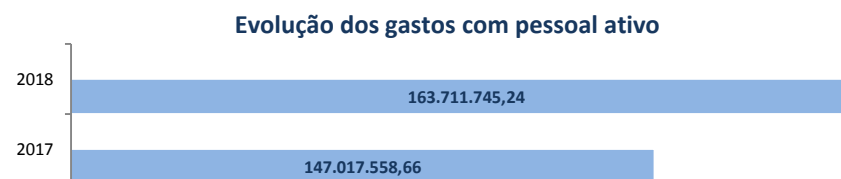
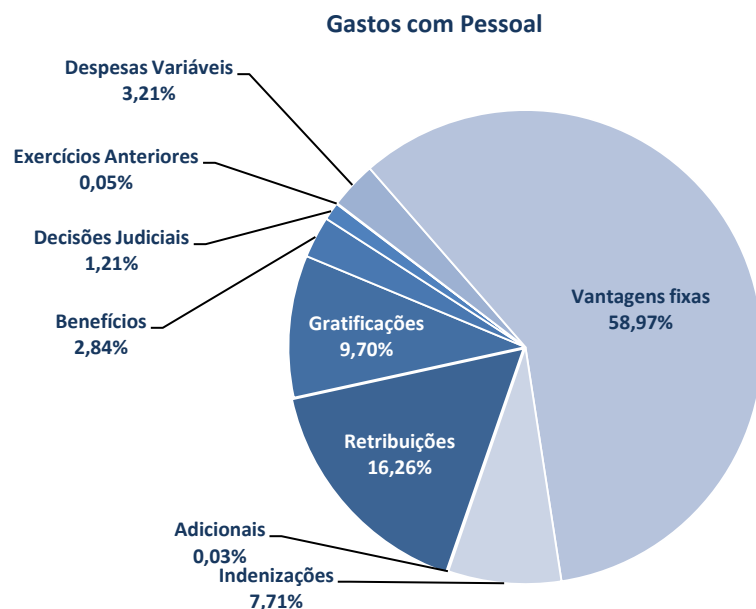
Desde então, os sucessivos pedidos de realização de concurso público para provimento de vagas foram recusados pelo Poder Executivo.

No ano de 2018 o provimento de vagas encontrou óbice também na proibição trazida pelo art. 109, IV e V do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com a redação que lhe foi dada pela Emenda Constitucional n. 95, 15 de dezembro de 2016.

Com isso, não houve ingresso de grande volume de servidores de uma só vez, de modo que a eventual alocação por requisição, movimentação interna ou outras circunstâncias pôde ser analisada e promovida caso a caso, de acordo com o perfil do interessado e necessidade das unidades.

4. Detalhamento da Despesa de Pessoal

O gasto com despesas de pessoal ativo no exercício de 2018 foi da ordem de 163 milhões de reais, dos quais quase 60% equivalem a vencimentos e vantagens fixas. Já o gasto com pessoal inativo supera os dois bilhões de reais.



5. Avaliação de Desempenho

A Portaria n. 145 de 22 de junho de 2011 regulamenta o processo de Avaliação de Desempenho para fins de pagamento da gratificação de desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – GDPGPE, no âmbito do Ministério da Infraestrutura e obedece aos critérios e procedimentos gerais contidos no Decreto n. 7.133/10. Atualmente, a referida Portaria está em processo de revisão para atualização.

A Avaliação de Desempenho é realizada anualmente e refere-se ao ciclo avaliado que compreende o período de 1º de outubro a 30 de setembro do ano subsequente. A avaliação é realizada na modalidade 360 graus, sendo a pontuação final composta pela avaliação propriamente dita somada à porcentagem referente ao atendimento das metas individuais definidas para o corrente ciclo.

O processo de avaliação atualmente é totalmente informatizado, sendo processado por um sistema desenvolvido internamente chamado SIADRI. Em conjunto com Coordenação de Tecnologia da Informação, estão sendo desenvolvidas melhorias no sistema, com previsão de conclusão para julho de 2019.

Gratificação de Desempenho

Ao longo do exercício foi realizado o 9º Ciclo de Avaliação da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (GDPGPE), no qual foram avaliados 649 servidores em exercício no Ministério ou cedidos a outros órgãos. Com isso, houve a efetiva participação de todos os servidores aptos para avaliação, eliminando-se todas as inconsistências até então existentes.



Estágio Probatório

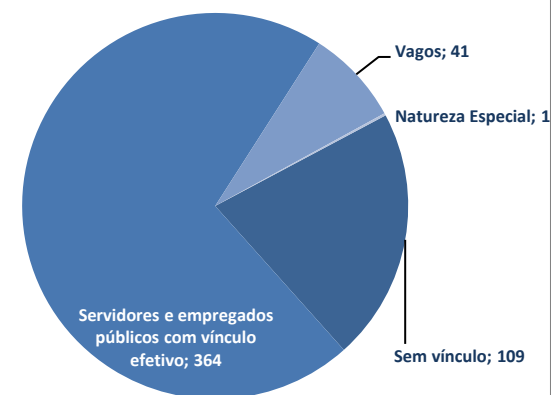
No exercício de 2018, 9 (nove) servidores foram submetidos, em suas respectivas fases, à avaliação de desempenho de estágio probatório, dentre os quais 4 (quatro) obtiveram a homologação de seus resultados finais. No mesmo período, 10 (dez) servidores adquiriram a estabilidade.

Essa clientela foi integrada ao Quadro de Pessoal efetivo desta Pasta em consequência da extinção da Secretaria de Portos pela Medida Provisória n. 726, de 12 de maio de 2016, convertida na Lei n. 13.341/16, que transferiu ao então Ministério dos Transportes 36 servidores em processo de estágio probatório, dos quais trinta já adquiriram a estabilidade.

Cargos de Direção e Assessoramento

Dos 515 cargos gerenciais deste Ministério, 364 encontram-se ocupados por servidores/empregados com vinculação efetiva com a Administração Pública, equivalendo a 70,6% do total, de que trata o Decreto nº 9.000, de 08 de março de 2017.

Ocupação de Cargos de Direção e Assessoramento DAS, FCPE e NE



6. Capacitação

Estratégia e Números

Para as ações de capacitação e de desenvolvimento de pessoas no exercício de 2018, inicialmente foi disponibilizado o orçamento de R\$ 168.180, o qual foi suplementado primeiro em R\$ 200.000 e posteriormente em mais R\$ 32.800. Ao final do exercício, contudo, foi promovida a anulação de R\$ 12.145 para atender necessidades orçamentárias de outras Pastas, assim totalizando R\$ 388.835.

Não obstante essas restrições orçamentárias, foram executadas ações de capacitação visando ao incremento no grau de satisfação e desempenho dos servidores, colaboradores e estagiários integralmente executando o valor disponibilizado com a contratação de cinquenta e cinco eventos educacionais dentre cursos, seminários, palestras e workshops.



Dentre essas ações, destacamos a parceria firmada com a Assessoria Especial de Controle Interno (AECI), que resultou no curso “Boas Práticas de Governança e Gestão no MTPA”, voltada à alta gestão do Ministério, que reuniu instrutores de alto conhecimento integrantes de órgãos como a Agência Brasileira de Inteligência (Abin), o Tribunal de Contas da União (TCU), o então Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG) e o Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU).

Para os demais gestores, foi realizada a segunda etapa do Programa de Desenvolvimento de Líderes (PDL), visando ao aperfeiçoamento com foco na gestão de resultados para promoção de maior eficiência e efetividade no desempenho das atividades de chefia.

No âmbito do Programa de Educação Básica (Proeb), foram ofertadas aos servidores e colaboradores aulas de alfabetização e reforço escolar com foco nas provas do Exame Nacional para Certificação de Jovens e Adultos (Encceja) e no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Além disso, tivemos cursos dos idiomas inglês e espanhol para 162 alunos, com turmas abrangendo desde o nível básico até o avançado.

Neste ano publicamos também a Portaria n. 4.081, de 11 de dezembro de 2018, que instituiu a Política de Desenvolvimento de Ações Educacionais (PDAE), buscando desenvolver os conhecimentos, habilidades e atitudes do corpo de pessoal do órgão.

Principais destaques:

- Boas Práticas de Governança e Gestão no MTPA (Público alvo: DAS 4 e 5)
- Programa de Desenvolvimento de Líderes – PDL (Público alvo: DAS 1e 2)
- Programa Qualidade de Vida no Trabalho – PQVT (Circuito Saúde e ginástica laboral)
- Programa de Estágio – parceria Centro de Integração Empresa-Escola – Ciee
- Programa de Educação Básica – Proeb (Alfabetização, reforço escolar e preparação Enem)
- Cursos de idiomas (inglês e espanhol)

Participantes:

- Boas Práticas - 118
- PDL 50 PQVT - 450
- Ciee - 200
- Proeb - 78
- Idiomas - 162

7. Principais Desafios e Ações Futuras

Desafios

Como visto, os maiores desafios a serem enfrentados pela Gestão de Pessoas são o quadro envelhecido e a falta de reposição de pessoal. Desde 1987 houve apenas duas oportunidades de ingresso de servidores por concurso público, sendo que a última ocorreu há quase uma década.

Essa situação é ainda agravada pela perspectiva de um grande volume de aposentadorias a curto prazo: analisando o número de servidores que percebem abono de permanência, verifica-se a possibilidade de redução de cerca de 50% do quadro em razão de aposentadorias já neste ano de 2019.

Ações Futuras

Para o ano de 2019 a perspectiva é de incremento na modernização na gestão de pessoas, com a digitalização de todo o acervo funcional dos servidores/empregados ativos e inativos, com a consequente inclusão do acervo no Assentamento Funcional Digital (AFD).

Será também dado prosseguimento ao projeto de instalação de ponto eletrônico para controle da frequência do corpo funcional, assim minimizando erros materiais e facilitando a busca, pesquisa e localização das informações relacionadas à assiduidade.

Do mesmo modo, a COGEP fez a proposta de aquisição de Sistema Informatizado de Gestão de Pessoal para gerenciar atividades relacionadas a pessoal, cadastro, pagamento, avaliação de desempenho, capacitação e desenvolvimento funcional.

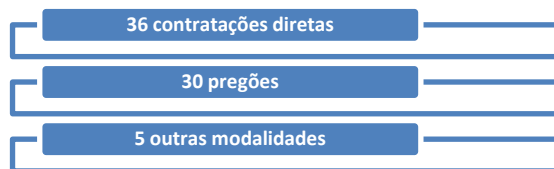
A implantação desse sistema trará agilidade no tratamento de toda a matéria relacionada à gestão de pessoas, que hoje é gerenciada por planilhas e sistemas variados sem interface entre si.

A exemplo de outros órgãos e entidades da Administração Pública, está em curso o projeto de implementação do Teletrabalho neste Ministério, providência que deve trazer grande incremento na produtividade e qualidade de vida dos servidores.

Capítulo 5. Alocação de recursos e áreas especiais de gestão

Gestão de Licitações e Contratos

Processos de contratação em 2018



Gestão de contratos subrogados (extintas SAC e SEP): **19 contratos**

Unidades contratantes do Ministério = **3 UASGs**

Total de pagamentos em contratações relativas a custeio e investimentos em 2018: R\$ 175,8 milhões (Fonte: SIAFI)

Gastos por Finalidade		
Tecnologia da Informação	Funcionamento administrativo	Outros (Despesas finalísticas / imobilizado / publicidade institucional)
R\$ 28 milhões	R\$ 120,7 milhões	R\$ 27,1 milhões

Funcionamento Administrativo - Detalhamento	
Locação de imóveis	R\$ 10,0 milhões
Energia e água	R\$ 2,2 milhões
Apoio Técnico-Administrativo	R\$ 82,5 milhões
Vigilância e Brigada	R\$ 5,6 milhões
Limpeza	R\$ 3,8 milhões
Manutenção de Bens móveis e imóveis	R\$ 6,0 milhões
Locação de máquinas	R\$ 1,5 milhões
Passagens	R\$ 1,6 milhões
Outros (Telecomunicações, material de consumo, demais serviços)	R\$ 7,5 milhões

Principais tipos de contratações diretas:

Finalidade	Objeto	Contratada	Valor
Contratação de remanescente de licitação	Serviço de bombeiro civil (brigadista)	Capital Service	R\$ 1.393.957,93
Tecnologia da Informação	Manutenção software ASI	Link Data Informática	R\$ 447.200,00
Outros	Confecção de credenciais Passe Livre	Casa da Moeda do Brasil	R\$ 235.000,00
	Publicação de matéria no DOU	Imprensa Nacional	R\$ 100.000,00

Contratações mais relevantes:

Destacam-se as contratações relativas ao funcionamento administrativo do Ministério, bem como à capacitação técnica especializada, serviços de apoio administrativo, vigilância, bombeiro brigadista, limpeza e manutenção predial.

Fornecimento de equipamentos, suporte e garantia da infraestrutura da rede de alta performance e manutenção de ambiente de dados digitais estão entre as contratações relevantes referentes à Tecnologia da Informação – TI.

Justificativas referentes às contratações:

Garantir infraestrutura do ambiente de dados digitais, segurança das informações e atualização das soluções de processamento de dados.

Oferecer infraestrutura física adequada ao funcionamento das atividades institucionais do Ministério.

Qualificação profissional de servidores para desempenho de atividades especializadas, relacionadas a atividades finalísticas.

Conformidade legal:

- Dentre as contratações efetuadas, os principais enquadramentos são:
- Contratação de empresa remanescente: artigo 24 , inciso XI da Lei nº 8.666/1993.
- Contratações de baixo valor (até R\$17.600,00): artigo 24 , inciso II da Lei nº 8.666/1993.
- Inexigibilidade de Licitação nº 02/2018, enquadrada no artigo 25 caput da Lei nº 8.666/1993.
- Pregão Eletrônico: Lei nº 10.520/2002 e Decreto nº 5.450/2005
- Regime Diferenciado de Contratações: Lei nº 12.462/2011.

Objetivos estratégicos:

As boas práticas da gestão de licitações e contratos visam criar condições para que os objetivos estratégicos finalísticos possam ser plenamente trabalhados e alcançados e dessa forma prestar apoio para que o Ministério da Infraestrutura atinja sua missão institucional.

Desafios, fraquezas e riscos na gestão de licitações e contratos:

O planejamento das contratações públicas do Ministério da Infraestrutura é um grande desafio uma vez que trata-se da fase mais sensível e que irá nortear todas as fases seguintes das contratações. Assim, a qualificação do pessoal assume uma grande importância no andamento dos processos, inclusive, em decorrência das recorrentes mudanças da legislação na gestão de licitações e contratos.

Capítulo 5. Alocação de recursos e áreas especiais de gestão

Gestão Patrimonial e Infraestrutura

Investimentos em infraestrutura e equipamentos	
Tecnologia da Informação	R\$ 9,9 milhões
Mobiliário e Peças não Incorporadas a Imóveis	R\$ 4,4 milhões
Total	R\$ 14,3 milhões

Desfazimento de ativos

O Ministério realizou em 2018, 5 (cinco) processos de desfazimento de ativos na modalidade de CESSÃO. Entre eles, destacam-se equipamentos e informática, mobiliário de escritório e veículos, sendo favorecidos órgãos vinculados, além de autarquias federais.

- Demais processos de desfazimentos de ativos = 245
- Valor total dos desfazimentos de ativos = R\$ 383 mil.

Despesas com Locações

Despesas	Exercício 2017	Exercício 2018
Gastos com Locação de Imóveis	R\$ 9,2 milhões	R\$ 10,0 milhões
Gastos com Locação de Maquinas e Equipamentos	R\$ 1,5 milhões	R\$ 0,28 milhão

Obs: O aumento de gastos com locação de imóveis em 2018 deve-se, principalmente, pela transferência das Secretarias de Portos e de Aviação Civil, que ocupavam edifícios distintos e foram alocados num mesmo endereço. Entretanto, houve um período de readequações físicas dos antigos imóveis, gerando a continuidade de pagamento de aluguel dos imóveis desocupados.

Mudanças e desmobilizações relevantes

Com relação a mudanças e desmobilizações realizadas no âmbito deste Ministério, temos a destacar a da mudança das sedes das Secretarias de Portos e de Aviação Civil para o Edifício Montes, localizado no endereço SHCSW - EQSW 301/302, Lote nº 1 - Setor Sudoeste - Brasília/DF. Nessa ação foi reutilizado todo o mobiliário existente em cada uma das Secretarias e, ainda, em atendimento ao princípio da economicidade, reutilizados aqueles modelos de divisórias compatíveis com a estrutura da nova edificação.

Gestão da Tecnologia da Informação

1. Conformidade Legal da Gestão de TI

Para garantir a conformidade legal da gestão de TI, o Ministério da Infraestrutura – Minfra, analisa e implementa um grande conjunto de orientações estabelecidas ou referenciadas pelo Governo Federal, órgãos de controle, Ministério da Economia, Órgão Central do Sistema de Administração de Recursos de Tecnologia da Informação (SISP), Secretaria de Governo Digital – SGD, Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República – GSI/PR, padrões internacionais para a manutenção dos serviços de TI, além de obedecer às normas estabelecidas em seus normativos internos, assim assegurando a conformidade legal da gestão de TI.

2. Modelo de Governança de TI

O Modelo de Governança de TI do MINFRA, tem como principais instâncias o Comitê Governança Digital do MINFRA – CGD/MINFRA e o Comitê Executivo de Tecnologia da Informação – CETIT/MINFRA. O Comitê tem como objetivos propor e aprovar políticas relativas à Tecnologia da Informação, estabelecer mecanismos para a comunicação e institucionalização, além de monitorar e acompanhar sistematicamente estas políticas.

A figura 1 abaixo ilustra as ações realizadas pelo CGD em 2018 e a figura 2 os objetivos e a composição do CETIT.

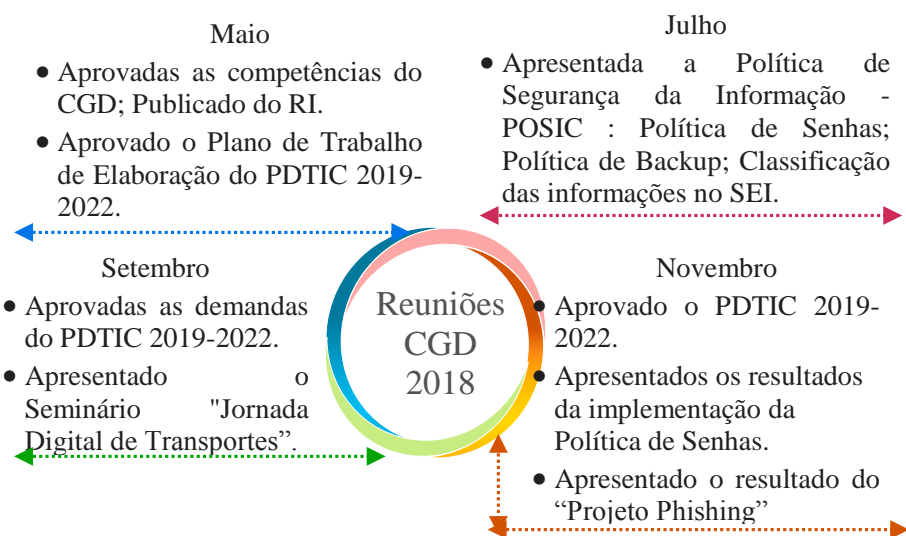


Figura 1



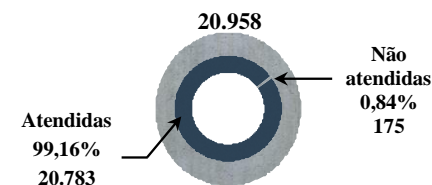
Figura 2

Dando continuidade as ações de governança, segue a lista dos indicadores de desempenho da CGTI em 2018.

2.1 - Garantir a entrega de 60% das demandas autorizadas ao usuário final (sistemas):

Totalizaram 139 demandas da área de Sistemas. Destas, foram atendidas 115 (82,8%);

2.2 - Solicitações de Serviços para a área de Infraestrutura de TI:



2.3 - Identificar e implantar o plano de Continuidade de Negócio:

Projeto apresentado para Alta Administração do Ministério da Infraestrutura em 2015, porém está suspenso temporariamente por falta de recursos orçamentários.

Capítulo 5. Alocação de recursos e áreas especiais de gestão

2.4 - Implementar a governança de TI

A CGTI tem aprimorado a sua Governança de TI por meio da execução de ações, conforme resultado do último levantamento de governança de TI realizado pelo TCU em 2016:

Macro-ação	Status
Reuniões trimestrais do Comitê de Governança Digital - CGD	Concluído
Construção do plano Diretor de Tecnologia da Informação com participação efetiva de todas as áreas do Ministério	Pendente
Contratações alinhadas as PDTI	Concluído
Elaboração e aprovação Plano de Contratações de TI	Concluído
Promover maior integração com as áreas de negócio do Ministério da Infraestrutura	Em andamento

2.5 - Aprimorar e institucionalizar o processo de aquisição de bens e serviços de TI:

CGTI projetou a execução de 4 (quatro) macro-ações relacionadas com o Processo de Bens e Serviços de TI.

Nesse cenário, foram concluídas três macro-ações (75%) das quatro previstas, conforme pode ser observado na tabela a seguir.

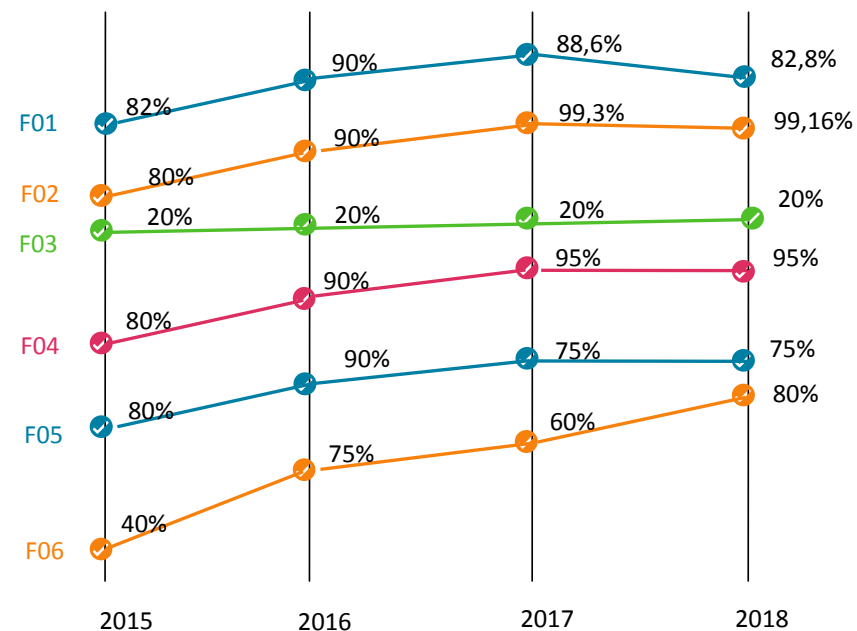
Macro-ação	Status
Mapeamento do Processo de Contratação de TIC	Concluído
Publicação do Processo de Contratação de TIC	Pendente
Revisão dos templates de Contratação de TIC	Concluído
Publicação dos Normativos, Guias e Templates de Contratação de TIC no Portal da CGTI	Concluído

2.6 - Aprimorar as políticas de segurança da TI segundo o GSI:

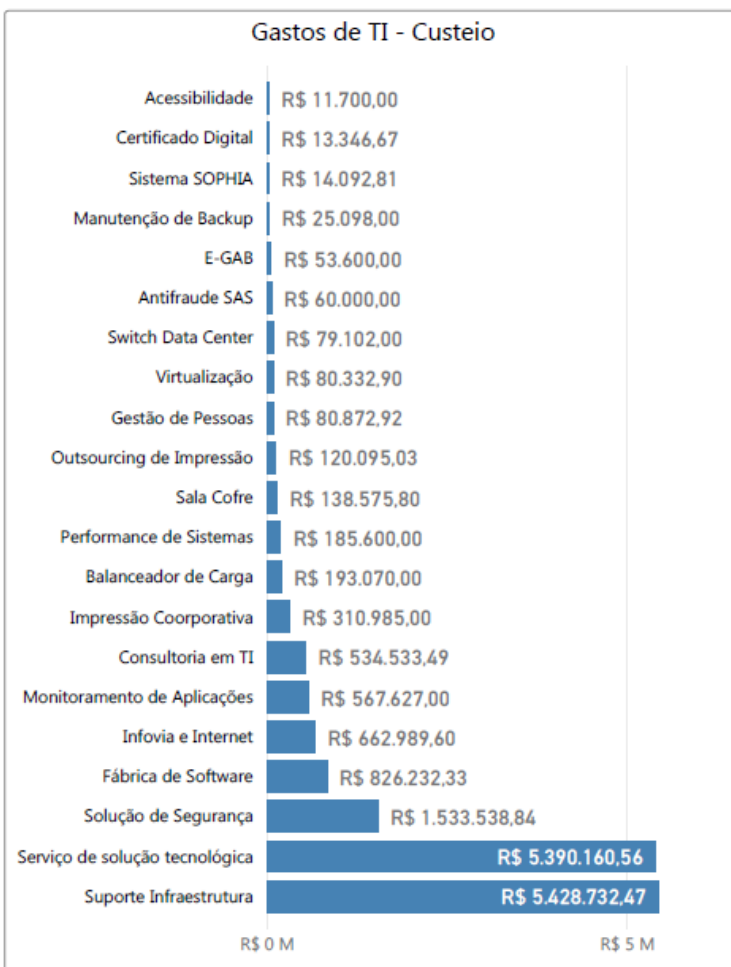
Projeto apresentado para Alta Administração do Ministério da Infraestrutura em 2015, porém está suspenso temporariamente por falta de recursos orçamentários.

Ação de Aprimoramento	Status	Observação
Revisão da Política de SIC	Concluída	Portaria GM nº922 de 25/10/2017
Instituição do Comitê de SIC	Concluída	Portaria GM nº921 de 25/10/2017
Designação do Gestor de SIC	Concluída	Portaria GM nº920 de 25/10/2017
Norma Complementar de Uso dos Recursos de TI e Política de Senhas	Concluída	Norma Complementar elaborada e apreciada pela Subsecretaria de Assuntos Administrativos
Norma Complementar de Backup	Planejado	A iniciar em janeiro de 2019

Acompanhamento da evolução dos indicadores de desempenho no período de 2015 à 2018:

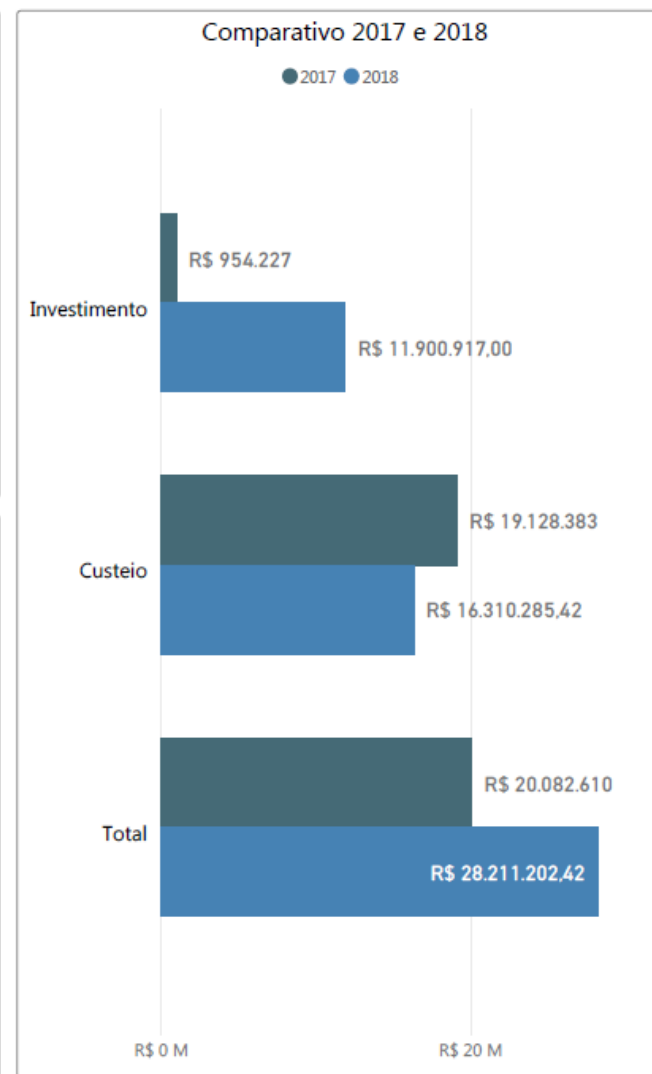
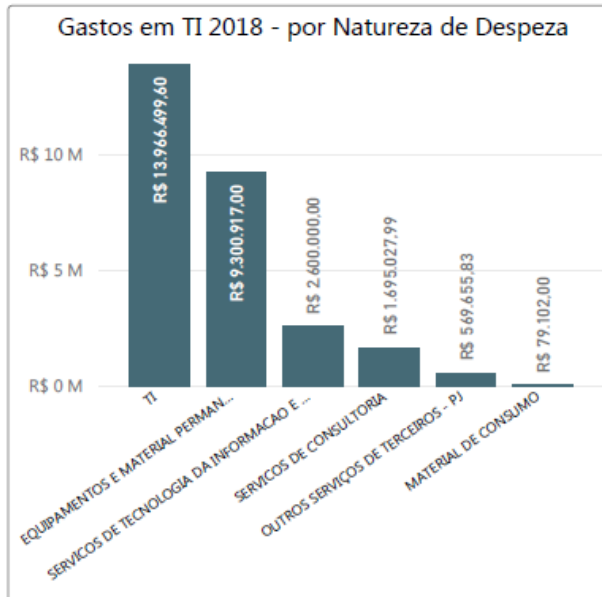
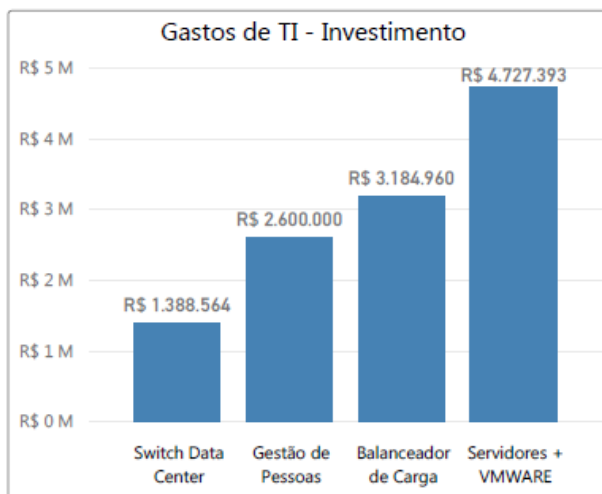


3. Montante dos Recursos Aplicados em TI



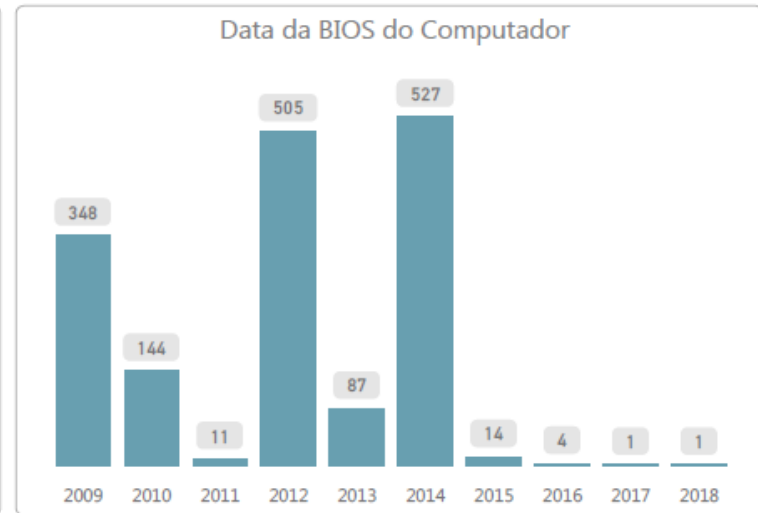
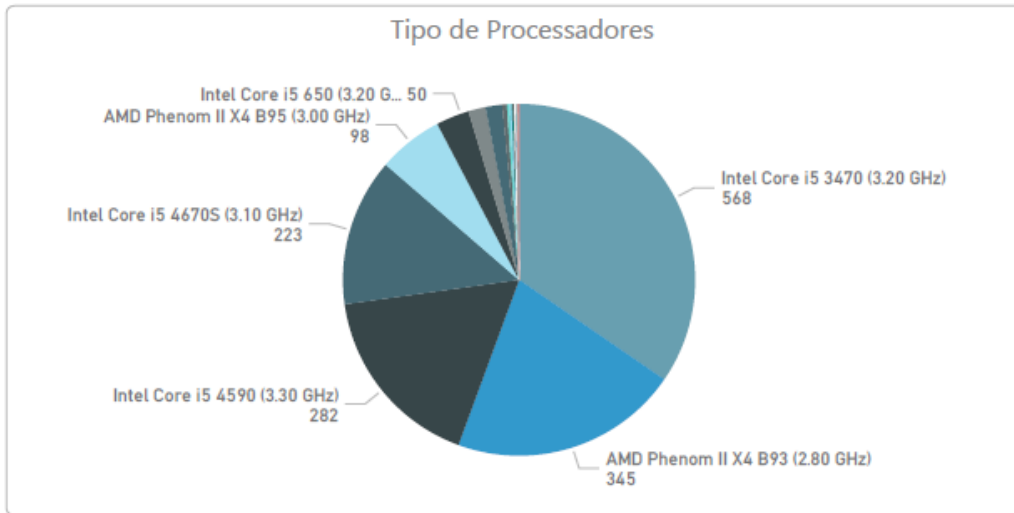
Valor total Empenhado em Recursos de TI - 2018

R\$ 28.211.202,42

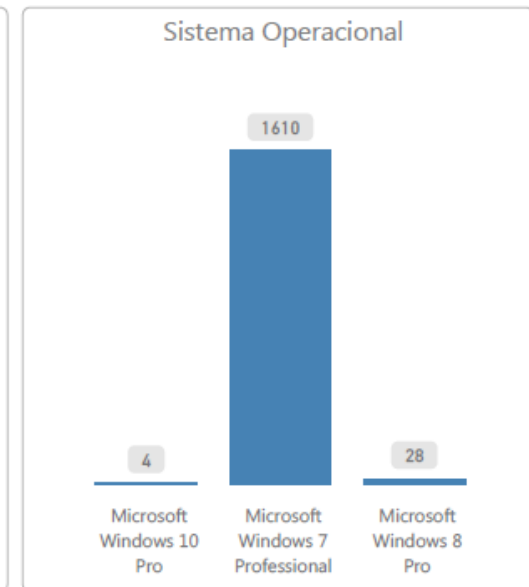
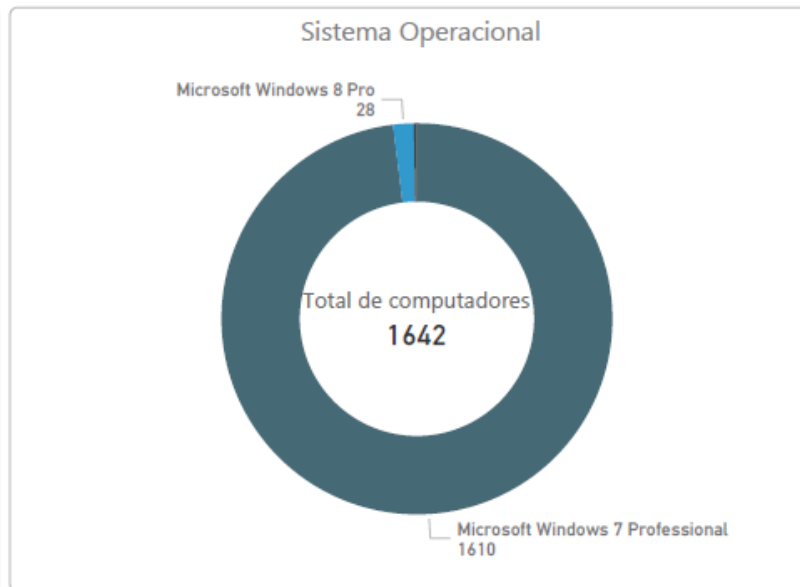


Valores Empenhados

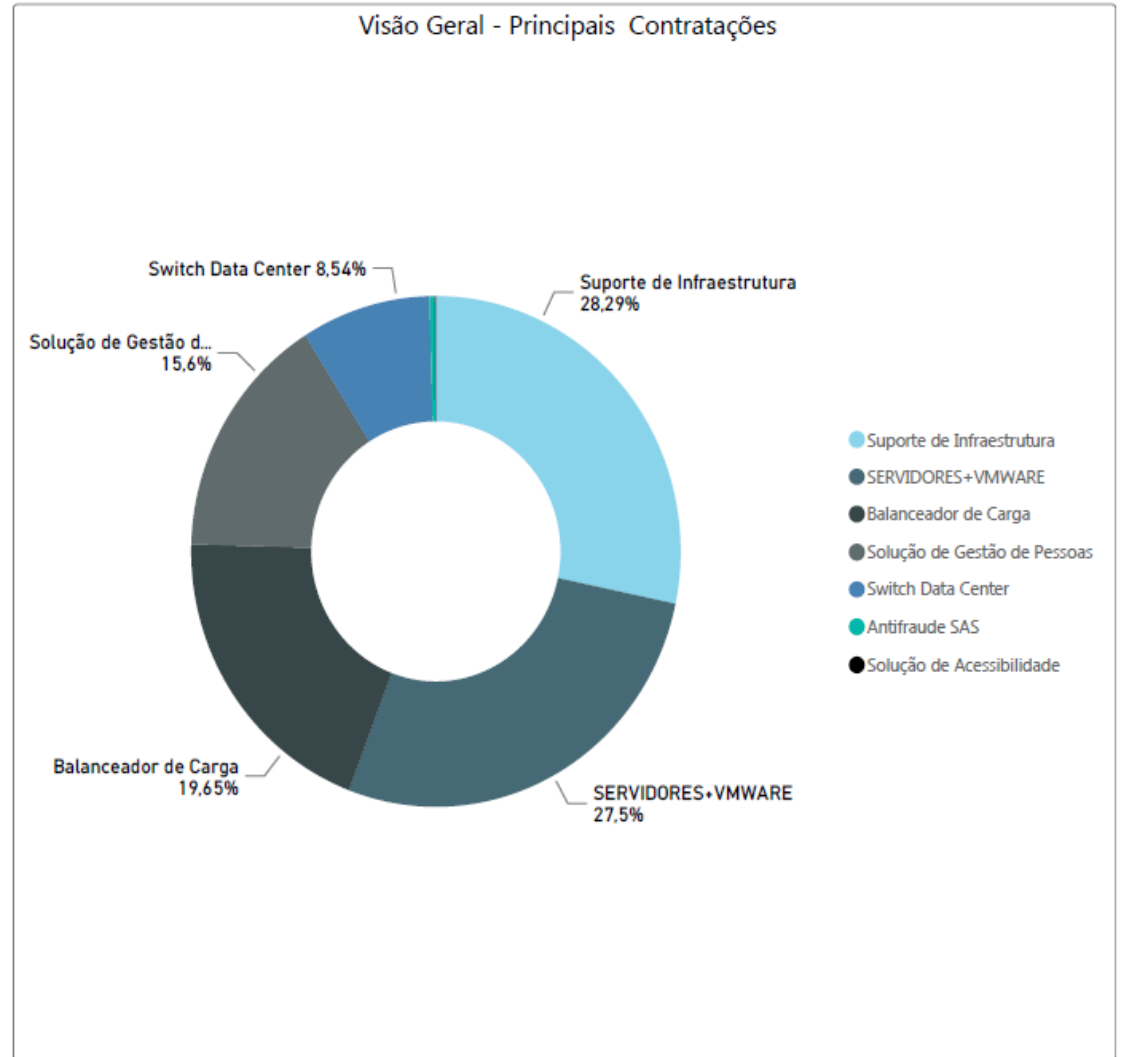
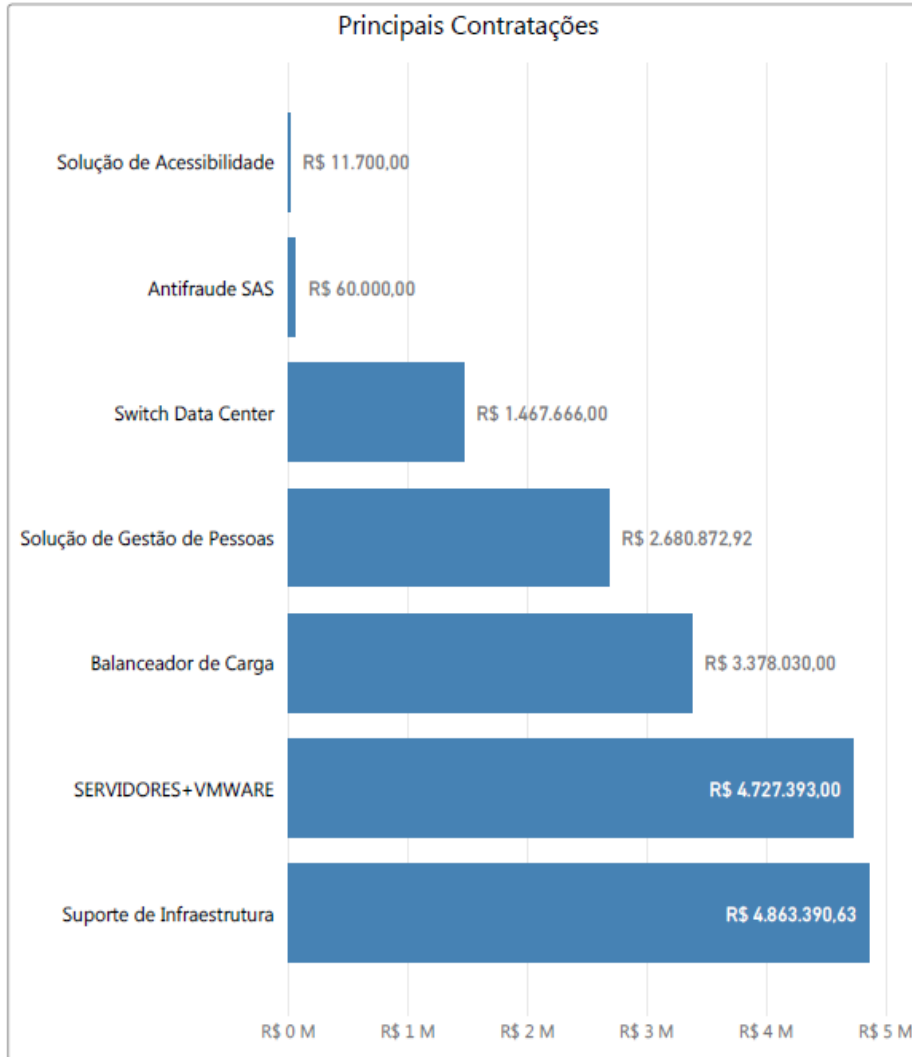
Visão Geral dos Microcomputadores do MInfra



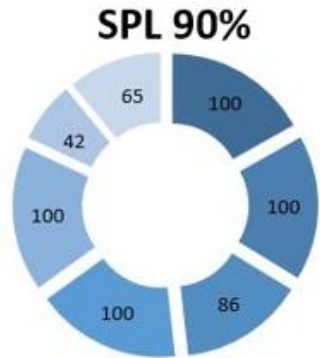
- Tipo de processador**
- AMD Phenom II X3 B73 (2.80 GHz)
 - AMD Phenom II X4 B93 (2.80 GHz)
 - AMD Phenom II X4 B95 (3.00 GHz)
 - AMD Phenom(tm) II X4 B93 Processor (2.79 GHz)
 - AMD Phenom(tm) II X4 B95 Processor (2.99 GHz)
 - Intel Core 2 Quad Q9505 (2.83 GHz)
 - Intel Core i5 3320M (2.60 GHz)
 - Intel Core i5 3470 (3.20 GHz)
 - Intel Core i5 4300U (1.90 GHz)
 - Intel Core i5 450M (2.40 GHz)
 - Intel Core i5 4570 (3.20 GHz)
 - Intel Core i5 4590 (3.30 GHz)
 - Intel Core i5 4670S (3.10 GHz)
 - Intel Core i5 4670T (2.30 GHz)
 - Intel Core i5 650 (3.20 GHz)
 - Intel Core i5 7200U (2.70 GHz)
 - Intel Core i7 3820 (3.60 GHz)



4. Contratações mais relevantes de recursos de TI



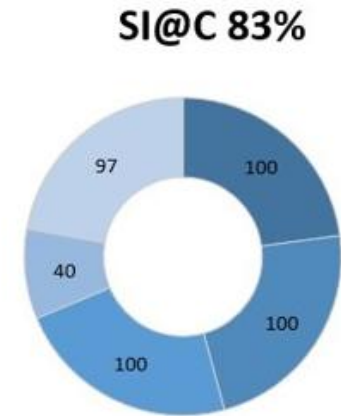
5. Principais Iniciativas (sistemas e projetos) e resultados na Área de TI por Cadeia de Valor



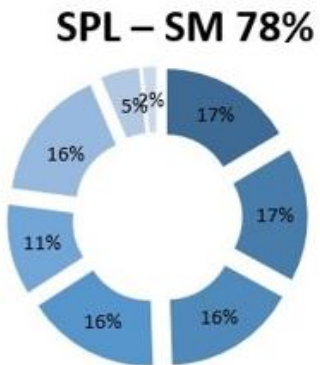
- Módulos
- Mód.I - Projeto - Benef.
 - Mód.II - Projeto
 - Mód.III - SCEPL
 - Mód.III - SCEPL - mobile
 - SPL - Mobile - Android
 - SPL - Mobile - IOS



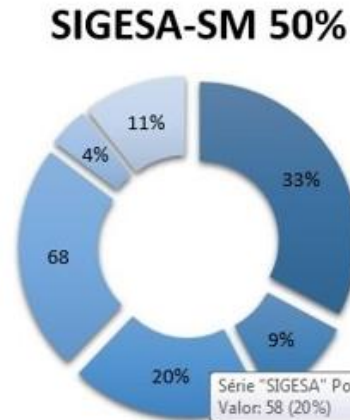
- Módulos
- Mód. I
 - Mód. II
 - Mód. III 1°
 - Mód. III 2°



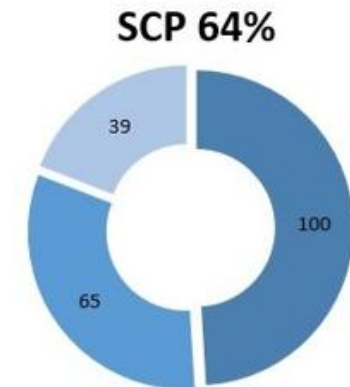
- Módulos
- Mód.I
 - Mód.II
 - Mód.III
 - Mód.IV
 - SM OS2654



- Solicitação de Mudança
- SM3 - OS27729
 - SM1 - OS2723
 - SM8 - OS2889
 - SM2 - OS2726
 - SM4 - OS2748
 - SM5 - OS2750
 - SM6 - OS2771
 - SM7 - OS2884



- Solicitação de Mudança
- SM1 - OS2740
 - SM3 - OS2891
 - SM2 - OS2847
 - SM4 - OS2896
 - SM5 - OS2925
 - SM6 - OS2890



- Solicitação de Mudança
- Iniciação
 - Mód. I
 - Mód. II

6. Capacitações da Área de TI



Curso	Horas/ Aula	Capacitados
SAS	36 h/a	Edison Moreira de Carvalho Felipe Torres da Silva e Souza Lino José de Figueiredo Neto Ciro Tadeu Costa Salomão
Gestão por Resultados efetivos	20h/a	Clayton Luiz Matias Borges Julio César Ferreira da Silva Nelson Gonçalves Rezende Rafael Ferreira Bittencourt Viviane Fleury Veiga
Programa de desenvolvimento de Líderes	28h/a	Felipe Torres da Silva e Souza Rafael Ferreira Bittencourt
Gerenciamento de Projetos	24 h/a	Viviane Fleury Veiga
Treinamento SNOW	6 h/a	Julierme Rodrigues da Silva Julio César Ferreira da Silva Rafael Ferreira Bittencourt Viviane Fleury Veiga

7. Principais Projetos de Segurança da Informação



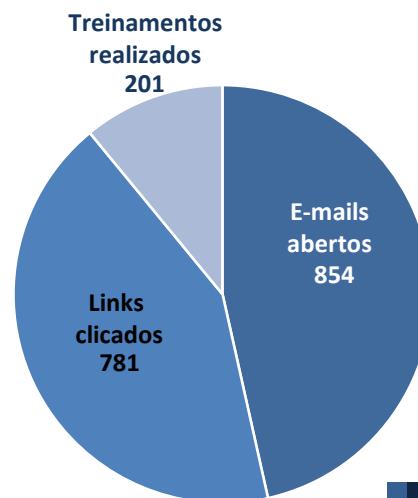
MTPA por meio da nº 2729, de 29 de Agosto de 2018, designou os integrantes do Comitê de Segurança da Informação e Comunicações.

O MTPA também Publicou a Norma Complementar de Uso de Recursos de TI e Política de Senhas, como forma de disciplinar as atividades inerentes ao uso dos recursos de Tecnologia da Informação (TI), definindo a política de senhas e uso de recursos de TI para todos os usuários no âmbito do Ministério da Infraestrutura.

Em Novembro de 2018, foi realizada uma campanha de Phishing para conscientização acerca das técnicas de fraude online para roubar senhas e demais informações pessoais. Esta ação da área de tecnologia da informação vislumbrou educar os colaboradores do Ministério da Infraestrutura sobre os perigos da engenharia social (manipulação psicológica de pessoas para a execução de ações ou a divulgação de informações confidenciais).

8. PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

- Implantação de um projeto de Inteligência Artificial no Ministério da Infraestrutura.
- Atualização do parque computacional;
- Contratação de solução Microsoft;
- Contratação de Oracle;
- Manutenção da Sala Cofre;
- Implantação do projeto de Outsourcing de Impressão;
- Integrar as iniciativas de TI e cadeia de valores com as áreas do MINFRA;
- Proporcionar aos colaboradores do MINFRA um ambiente onde possam realizar suas atividades de forma remota. Permitindo mais agilidade; e
- Publicação do PDTI;
- Aprimorar Normativos de Segurança da Informação.



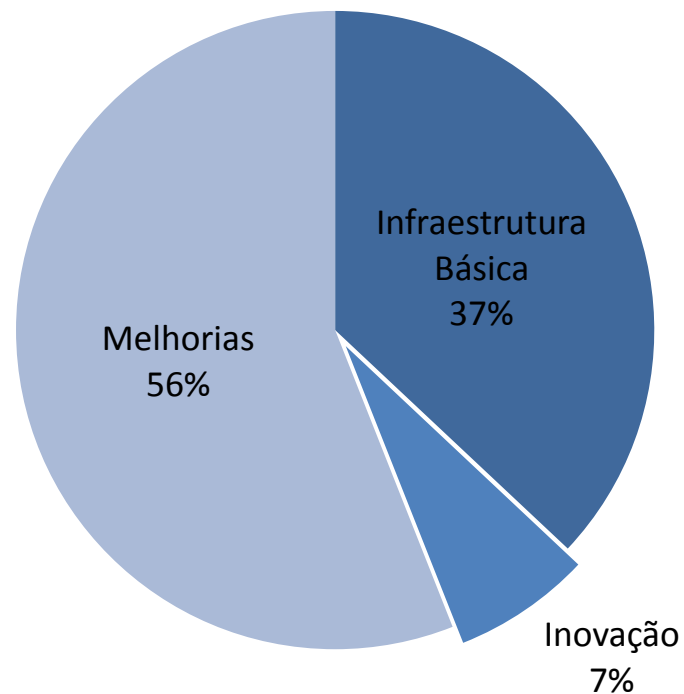
9. PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (PDTI)

O PDTIC representa um instrumento de gestão para a execução das ações de TI da organização, possibilitando justificar os recursos aplicados em TI, minimizar o desperdício, garantir o controle, aplicar recursos naquilo que é considerado mais relevante e, por fim, melhorar o gasto público e o serviço prestado ao cidadão.

Em 2018 foi realizada a elaboração do novo PDTIC com vigência de 2019 a 2022, durante elaboração do Plano contamos com a participação incondicional de todas as Unidades do Ministério, com isso foi possível obter maior efetividade no desenvolvimento das ações na área de Tecnologia da Informação - TI, de forma a rever e replanejar as ações de TI do Ministério da Infraestrutura a curto, médio e longo prazo, com uma visão alinhada à estratégia da Instituição. Gerando um total de 134 (cento e trinta e quatro) demandas das áreas finalísticas.



Necessidades de TI



Sustentabilidade Ambiental

Critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições:

No âmbito da gestão interna desta Pasta, são adotados critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e contratação de obras e serviços, em acordo com o previsto na IN SLTI/MPOG n.º 01/2010, de 19/01/2010.

Todos os editais para aquisições de bens e contratação de obras e serviços preveem os “critérios de sustentabilidade”, conforme modelos disponibilizados pela AGU, em conformidade com o Decreto nº 7.746/2012.

Além do mais, são adotadas práticas diárias de sustentabilidade e racionalização dos gastos em processos de aquisição de bens, na contratação de serviços ou obras, além de realizar ações com vistas à economia da manutenção e operacionalização predial, redução do consumo de energia e água, utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.

Redução de resíduos poluentes

Realiza-se, também, a separação dos resíduos recicláveis descartáveis, conforme determinado no Decreto nº 5.940/2006, de 25/10/2006, a fim de proceder à destinação adequada dos resíduos.

Entre as ações realizadas para a redução de resíduos poluentes, cabe destacar:

O Ministério possui metodologia para o descarte de lâmpadas e de outros resíduos perigosos (pilhas, baterias e material eletrônico) em recipientes apropriados para coleta realizada por meio de empresas especializadas.

Foram implantadas ações para a separação adequada de resíduos sólidos nos edifícios sob a jurisdição do Ministério (papel, copos e metais).

Consumo de copos descartáveis:

Não houve aquisição de copos descartáveis nos exercícios de 2017 e 2018. Portanto, foram utilizados copos de vidro para consumo de água nas estações de trabalho e reuniões. O estoque de copos descartáveis existente foi utilizado para atender visitantes e descartados em sua totalidade com destinação à reciclagem.

Quantidade de copos destinados à reciclagem (pacotes com 100 unidades): 7.944 unidades

Ações para redução do consumo de recursos naturais

A. Energia elétrica (consumo em kWh)

- 2017 – 2.125.793
- 2018 – 2.148.031 (acréscimo de 1,04% em relação à 2017)

Embora houve um aumento do público fixo na Sede do Ministério em 2018, o consumo de energia elétrica manteve-se praticamente estável, devido à rotina implementada de desligamento de equipamentos de ar condicionado, computadores e luzes ao final do expediente.

B. Água e Esgoto (consumo em m3)

- 2017 – 12.281
- 2018 – 11.506

São utilizadas torneiras automáticas em todos os banheiros dos edifícios sob a jurisdição do Ministério. Foram, também, adotadas práticas de manutenção hidráulica e preventiva para evitar o desperdício de água. Economia gerada em 2018: 775 m³

C. Papel (consumo em resmas)

- 2016 – 7.308
- 2017 – 4.586
- 2018 – 4.929

Ressalta-se que, em comparação com o ano de 2016, em 2018 houve uma redução de 32,5% no consumo de papel. Essa redução demonstra a efetiva economia com a implantação do Sistema Eletrônico de Informações - SEI e a tramitação de documentos eletrônicos.

Reduzir

Reutilizar

Reciclar

6.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Declaração dos Contadores

Declaração da Contadora Geral



Ivana Maria Botelho Taveira Oliveira

A Coordenação de Contabilidade, de acordo com o Decreto nº 9000 de 08/03/2017, compõe a estrutura da Coordenação-Geral de Finanças e Contabilidade - CGFC, da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – SPO da Secretaria Executiva do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, que conforme artigo 8º, inciso II, compete promover a articulação com o Órgão Central do Sistema de Contabilidade Federal.

A Conformidade Contábil das demonstrações contábeis é realizada por esta Coordenação de acordo com os procedimentos descritos no Manual SIAFI e tem como objetivo assegurar a fidedignidade e a confiabilidade das informações constantes no sistema onde são executados os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Governo Federal, o SIAFI.

Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas e Declaração dos Contadores responsáveis

Os Balanços Financeiro, Patrimonial, Orçamentário, Demonstrações das Variações Patrimoniais, Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido extraídos do Sistema Integrado da Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, do órgão Ministério dos Transportes Portos e Aviação Civil – MTPA, contém as unidades vinculadas abaixo relacionadas:

- Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas – COGEP
- Coordenação-Geral e Recursos Logísticos – CGRL
- Fundo da Marinha Mercante – FMM
- Fundo Nacional de Aviação Civil – FNAC
- Rede Ferroviária Federal S.A – Inventariança – RFFSA
- Subsecretaria de Assuntos Administrativo – SAAD
- Secretaria Nacional de Aviação Civil – SAC
- Secretaria Nacional de Portos – SNP
- Subsecretaria de Planejamento e Orçamento-Setorial – SPO

Declaração do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2018, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial das unidades da COGEP, CGRL, RFFSA, SAAD, SAC e SPO, EXCETO no tocante a SNP, no qual apresentou as seguintes ressalvas:

- 1) 642 - RESSALVA - FALTA/EVOLUCAO INCOMPATIVEL DEP.AT.IMOBILIZADO
- 2) 656 - RESSALVA - CONVENIOS A COMPROVAR COM DATA EXPIRADA
- 3) 657 - RESSALVA - CONVENIOS A APROVAR COM DATA EXPIRADA
- 4) 659 - RESSALVA - CONVÊNIOS A LIBERAR EXPIRADOS
- 5) 671 - RESSALVA - TRANSF. VOLUNT. S/ COMPROV. E NÃO ENV. P/ INADIMP.
- 6) 773 - RESSALVA - TED A COMPROVAR COM DATA EXPIRADA.
- 7) 775 - RESSALVA - TED A REPASSAR EXPIRADOS.

As Justificativas para a permanência das Restrições Contábeis no encerramento do exercício foram:

1) 642 - RESSALVA - FALTA/EVOLUCAO INCOMPATIVEL DEP. AT. IMOBILIZADO

Descrição: CONCILIAÇÃO. A FALTA DOS REGISTROS DE DEPRECIACAO DE ATIVOS PERMANENTES IMPOSSIBILITA O ADEQUADO CONHECIMENTO DA REALIDADE CONTABIL DO PATRIMONIO, COM REFLEXOS NEGATIVOS SOBRE O RESULTADO DO PATRIMONIO, ALEM DE CONDUZIR A INOBSERVANCIA DE PROCEDIMENTOS DE CONTEUDO FISCAL E LEGAL. A RESTRICAO ACONTECERA QUANDO NAO HOUVER O REGISTRO OU QUANDO A EVOLUCAO DE UM MES PARA OUTRO NAO ESTIVER CONDIZENTE COM O CALCULO ACUMULADO NO DECORRER DO EXERCICIO.

Fato Gerador: Falta de depreciação no mês de dezembro de 2018, referente ao valor de R\$ 2.057.227,71. No dia 07 de julho de 2017 foi realizada reunião com os responsáveis pelo patrimônio da SNP e a coordenação de contabilidade desta pasta, CCONT/MTPA. A CCONT apresentou os saldos pendentes de depreciação, bem como, falou da necessidade de transferência dos bens da SNP para a coordenação geral de recursos e logísticas – CGRL, UG 390004. Realizada nova reunião dia 24 de outubro de 2017 com os responsáveis pelo patrimônio da SNP e a SPO/MTPA para tentar solucionar a transferência dos bens. Foi sugerido pela área de patrimônio, SAAD/MTPA, que a SNP proceda a conferência/vistoria dos bens que fazem parte dos R\$ 2.057.227,71 registrados no SIAFI, para futura tomada de decisão pela autoridade competente, no caso, SAAD/MTPA. Processo em andamento no SEI nº 50000.003233/2018-70 com as informações referente à realização de levantamento e inventário de bens lotado na Secretaria Nacional de Portos.

- 1.2.3.1.1.01.07 MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS R\$ 201,21
- 1.2.3.1.1.02.01 EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS R\$ 3.244,90
- 1.2.3.1.1.03.03 MOBILIARIO EM GERAL R\$ 747,00
- 1.2.3.1.1.99.09 PECAS NAO INCORPORAVEIS A IMOVEIS R\$ 2.053.034,60

2) 656 - RESSALVA - CONVENIOS A COMPROVAR COM DATA EXPIRADA

Descrição: PENDÊNCIA. PELA FALTA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL QUE DEVE SER APRESENTADA ATE SESENTA DIAS APOS O TÉRMINO DA VIGÊNCIA DO CONVÊNIO.

Fato Gerador:

CONVÊNIO / TC	FIM VIGÊNCIA
640244	31/12/2013
719253	30/04/2015
752586	31/12/2013
754185	30/10/2012
756498	31/12/2012

3) 657 - RESSALVA - CONVENIOS A APROVAR COM DATA EXPIRADA

Descrição: PENDÊNCIA. PELA FALTA DO PRONUNCIAMENTO DO CONCEDENTE APÓS 60 DIAS DO RECEBIMENTO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL.

Fato Gerador:

CONVÊNIO / TC	PRAZO PREST.CONTAS
134210	30/01/2011
371926	30/10/2009
394540	29/11/2010
433350	01/03/2009
574845	29/11/2010
588697	13/02/2015
599514	31/03/2012
634037	01/03/2013
655120	01/03/2013
655123	13/02/2015
666448	01/03/2013
668430	23/12/2013
671984	29/04/2014
672362	30/10/2013
703253	20/08/2009

4) 659 - RESSALVA - CONVÊNIO A LIBERAR EXPIRADOS

Descrição: PENDÊNCIA. PELA PERMANÊNCIA DE SALDO A LIBERAR QUE DEVE SER REGULARIZADO ATE A DATA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL.

Fato Gerador:	CONVÊNIO / TC	PRAZO PREST.CONTAS
	652013	05/09/2014
	755857	27/11/2013

5) 671 – RESSALVA – TRANSF. VOLUNT. S/ COMPROV. E NÃO ENV. P/ INADIMP

Descrição: TRANSFERÊNCIA(S) VOLUNTÁRIA(S) PENDENTE(S) DE COMPROVAÇÃO POR MAIS DE 180 DIAS ALÉM DO PRAZO NORMAL PREVISTO E SEM A DEVIDA PROVIDÊNCIA DO(S) RESPECTIVO(S) REGISTRO DE INADIMPLÊNCIA CONFORME DETERMINAÇÃO DO TCU (ACÓRDÃO 1477/2009).

Fato Gerador: Após diversos registros na conformidade contábil mensal no SIAFI, bem como, notificações via e-mail e memorandos junto à área competente sobre o atraso nos prazos dos convênios e termos de execução descentralizada, foi necessário à ressalva tendo em vista a não regularização e/ou providências necessárias.

6) 773 - RESSALVA - TED A COMPROVAR COM DATA EXPIRADA

Descrição: PELA FALTA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL QUE DEVERÁ SER APRESENTADA NO PRAZO PREVISTO QUANDO DA ASSINATURA DO TERMO.

Fato Gerador:	TC / TED	PRAZO PREST.CONTAS
	298680	08/10/2016
	299332	26/04/2016

7) 775 - RESSALVA - TED A REPASSAR EXPIRADOS

Descrição: PELA PERMANÊNCIA DE SALDO A REPASSAR QUE DEVERÁ SER REGULARIZADO ATÉ A DATA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL.

Fato Gerador:	TC/ TED	PRAZO PREST.CONTAS
	299332	26/04/2016
	686041	29/08/2016

Brasília-DF, 31 de janeiro de 2019.

Ivana Maria Botelho Taveira Oliveira

CRC-DF nº 008435/03

Coordenadora de Contabilidade do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

Declaração do Fundo da Marinha Mercante

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido) regidos pela Lei n.º 4.320 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2018, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:

1) Restrição 315 Falta de conformidade registro de gestão.

Justificativa: O servidor responsável pela conformidade de gestão encontrava-se em gozo de licença prêmio, o substituto que eventualmente realiza os procedimentos, justificando assim, a falta de sua prática do dia a dia, sem intenção, pois vale observar que a rotina do mês de janeiro é diferente da prática que ocorre de fevereiro a dezembro, e que a tal conformidade só ocorre uma vez por ano, entendeu que fazendo o registro no dia 02/01/2019, data que ocorreu o registro com data retroativa, estaria tudo correto, ou seja, finalizado o referido procedimento.

2) Restrição 634 falta avaliação de bens imóveis.

Justificativa: Em reunião no dia 18/01/2019, com o Coordenador Geral de Orçamento, Execução Financeira e Administração - Fernando Pimentel ficou acordado em criar uma Comissão de Avaliação de Imóveis da União, no requer a Portaria Conjunta NR 703/2014, NBR 14653 e IN Nº 5, de 28/12/2018.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 2019.

Francisco Ferreira de Souza

CRC/RJ nº 043658/O-3

Contador Responsável pelo Fundo da Marinha Mercante

Capítulo 6. Demonstrações Contábeis

Declaração do Fundo Nacional da Aviação Civil

De acordo com análise realizada nos demonstrativos, balancete e auditores contábeis, declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, relativos ao exercício de 2018, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora, EXCETO no tocante a:

a) 315 - FALTA/RESTRICAO CONFORM. REGISTROS DE GESTAO

Justificativa: Em atenção a ausência de registro de conformidade de gestão do dia 03/01/2019, cujos lançamentos referem-se a emissão de 13 Notas de lançamento, basicamente com a informações de registro de Restos a Pagar e Saldos de recursos a receber/liberar por Termo de Execução Descentralizada (TED), cuja data retrocedeu a 31/12/2018 em razão do SIAFI permanecer aberto para tais lançamentos contábeis, não nos ativemos a necessidade de registrar essa conformidade de registros realizados em janeiro/2019 no sistema de 2018.

Posteriormente, quando do recebimento da Mensagem SIAFI com essa orientação, o prazo legal de registro já havia sido ultrapassado.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília, 21 de janeiro de 2019.

Allan Augusto Wachholtz

CRC/DF nº 023642/O

Contador Responsável pelo Fundo Nacional de Aviação Civil

Principais Mudanças nas Práticas e Procedimentos Contábeis

Plano de contenção de Restos a Pagar – Conter o aumento do estoque de restos a pagar processados e não processados, especialmente os relativos às despesas obrigatórias, em atendimento ao princípio da anualidade orçamentária, previsto no art. 165, III, da Constituição Federal, C/C o art. 2º da Lei 4.320/1964, e ao princípio da gestão fiscal responsável, previsto no art. 1º da Lei Complementar 101/2000. Medidas implementadas pelo decreto nº 9.276, de 2 de fevereiro de 2018 art. 14. Os Ministros de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e da Fazenda adotarão as providências necessárias: (..); e III - para coibir a existência de execução orçamentária com fontes de recursos sem disponibilidade financeira suficiente ao final do exercício, hipótese em que poderão bloquear as dotações orçamentárias e/ou impedir a emissão de empenhos nas respectivas fontes.

- Alteração da rotina de 13º salário e férias na folha de pagamento – realizar conciliação e inventário do saldo das contas de adiantamento de 13º salário e adiantamento de férias, a fim de que o saldo registrado no Balanço Patrimonial represente, tão somente, o adiantamento realizado e ainda não descontado do servidor/empregado, por questão de competência ou outras devidamente justificadas.

Capítulo 6. Demonstrações Contábeis

Demonstrações contábeis - MTPA

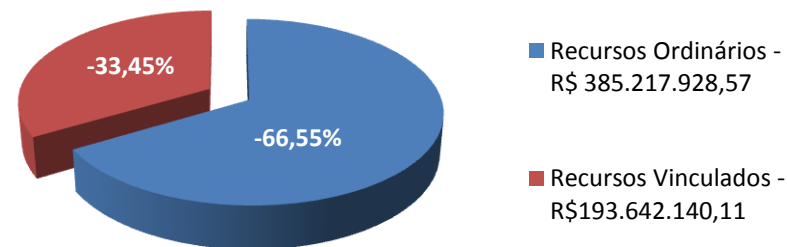
Balço Patrimonial

ATIVO				
ESPECIFICAÇÃO	NE	2018	2017	
ATIVO CIRCULANTE		616.837.528,00	509.595.861,49	
Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>1</u>	604.851.875,71	499.205.159,64	
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	<u>2</u>	11.460.208,74	9.773.982,01	
Estoques	<u>3</u>	525.443,55	616.719,84	
ATIVO NÃO CIRCULANTE		1.106.320.867,68	713.776.399,94	
Ativo Realizável a Longo Prazo	<u>4</u>	2.321.116,16	2.321.116,16	
Créditos a Longo Prazo		854.733,64	854.733,64	
Empréstimos e Financiamentos Concedidos		854.733,64	854.733,64	
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo		1.466.382,52	1.466.382,52	
Imobilizado		1.092.508.927,06	706.310.718,68	
Bens Móveis	<u>5</u>	45.395.932,85	35.151.291,94	
Bens Móveis		64.111.257,54	49.341.619,74	
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-18.715.324,69	-14.190.327,80	
Bens Imóveis	<u>6</u>	1.047.112.994,21	671.159.426,74	
Bens Imóveis		1.048.643.035,05	672.088.424,80	
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-1.530.040,84	-928.998,06	
Intangível	<u>7</u>	11.490.824,46	5.144.565,10	
Softwares		11.420.477,13	5.074.217,77	
Softwares		11.737.947,13	6.643.905,52	
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-317.470,00	-1.569.687,75	
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		70.347,33	70.347,33	
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		70.347,33	70.347,33	
TOTAL DO ATIVO		1.723.158.395,68	1.223.372.261,43	
PASSIVO				
ESPECIFICAÇÃO	NE	2018	2017	
PASSIVO CIRCULANTE		271.403.481,18	56.293.196,67	
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	<u>8</u>	205.554.432,46	27.439.926,25	
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		1.403.882,55	1.517.820,73	
Provisões a Curto Prazo	<u>9</u>	592.901,00	592.901,00	
Demais Obrigações a Curto Prazo	<u>10</u>	63.852.265,17	26.742.548,69	
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		4.417.620,56	4.417.620,56	
Demais Obrigações a Longo Prazo		4.417.620,56	4.417.620,56	
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		275.821.101,74	60.710.817,23	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
ESPECIFICAÇÃO		2018	2017	
Resultados Acumulados	<u>11</u>	1.447.337.293,94	1.162.661.444,20	
Resultado do Exercício		280.342.883,58	213.689.818,43	
Resultados de Exercícios Anteriores		1.162.661.444,20	2.018.628.906,90	
Ajustes de Exercícios Anteriores		4.332.966,16	-1.069.657.281,13	
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.447.337.293,94	1.162.661.444,20	
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.723.158.395,68	1.223.372.261,43	

O Balço Patrimonial - BP é uma demonstração contábil que tem, por finalidade, apresentar a posição contábil, financeira e econômica do Órgão em determinada data. O BP evidencia os ativos e passivos, e sua evolução 2018 em relação a 2017. O Ativo Circulante compreende os saldos de caixa e equivalente de caixa, demais créditos e valores a curto prazo, bem como de estoques controlados pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil. O Ativo Não Circulante do Ministério compreende o Ativo Realizável a longo prazo, Imobilizado e o Intangível, sendo que o Imobilizado possui a maior expressividade em termos de valores.

O saldo apresentado no Passivo Circulante compreende as Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a Pagar, Fornecedores e Contas a Pagar, Provisões e Demais obrigações e o passivo Não Circulante as Demais Obrigações a Longo Prazo. O Patrimônio Líquido - PL representa a diferença entre o total dos ativos e o total dos passivos, sendo uma importante referência sobre a situação financeira deste Órgão. Os Resultados Acumulados do Exercício de 2018 foram de R\$ 1.447.337.293,94, um acréscimo de 24,48% em relação ao exercício de 2017.

Superávit/Déficit Financeiro



O órgão do MTPA apresentou um déficit financeiro no valor de R\$ 578.860.068,68, cerca de 66,55% são recursos ordinários e 33,45% são recursos vinculados por lei.

Capítulo 6. Demonstrações Contábeis

Demonstrações das Variações Patrimoniais

	NE	2018	2017
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	<u>14</u>	24.193.486.538,48	33.359.013.025,66
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		1.102.911,76	1.298.942,16
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		1.102.911,76	1.298.942,16
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		0	13.812,59
Juros e Encargos de Mora		0	13.812,59
Transferências e Delegações Recebidas		24.116.429.083,97	33.347.068.799,57
Transferências Intragovernamentais		24.110.724.706,80	33.266.960.122,47
Transferências das Instituições Privadas		0	7.478.300,00
Outras Transferências e Delegações Recebidas		5.704.377,17	72.630.377,10
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		4.250.531,36	301.990,61
Reavaliação de Ativos		560.311,47	0
Ganhos com Incorporação de Ativos		3.686.798,49	299.560,88
Ganhos com Desincorporação de Passivos		3.421,40	2.429,73
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		71.704.011,39	10.329.480,73
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		71.704.011,39	10.329.480,73
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	<u>14</u>	23.913.143.654,90	33.145.323.207,23
Pessoal e Encargos		262.270.581,88	251.595.565,28
Remuneração a Pessoal		148.420.655,48	149.352.391,20
Encargos Patronais		40.272.907,92	31.829.429,48
Benefícios a Pessoal		41.647.991,12	44.554.350,45
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		31.929.027,36	25.859.394,15
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		3.016.276.963,62	3.080.766.046,12
Aposentadorias e Reformas		773.223.396,36	795.222.194,18
Pensões		2.238.974.859,61	2.281.375.869,06
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		4.078.707,65	4.167.982,88
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		197.626.225,71	192.797.485,92
Uso de Material de Consumo		824.608,58	550.992,08
Serviços		191.442.085,77	186.079.929,22
Depreciação, Amortização e Exaustão		5.359.531,36	6.166.564,62
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		9,09	0
Juros e Encargos de Mora		9,09	0
Transferências e Delegações Concedidas		20.431.323.044,54	29.555.152.424,41
Transferências Intragovernamentais		20.388.871.541,54	29.478.012.669,22
Transferências Intergovernamentais		39.144.297,29	3.554.700,04
Transferências ao Exterior		2.116.485,71	1.986.774,58
Outras Transferências e Delegações Concedidas		1.190.720,00	71.598.280,57
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		418.554,00	61.252.770,90
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		178.605,64	0
Perdas Involuntárias		239.948,36	150.209,32
Desincorporação de Ativos		0	61.102.561,58
Tributárias		17.838,28	13.067,01
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		1.690,48	1.656,00
Contribuições		16.147,80	11.411,01
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		5.210.437,78	3.745.847,59
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		5.210.437,78	3.745.847,59
RESULTADO DO EXERCÍCIO		280.342.883,58	213.689.818,43

O Resultado Patrimonial do Exercício de 2018 equivale a R\$ 280.342.883,58, acréscimo de 31,19% em relação ao valor de 2017.

Capítulo 6. Demonstrações Contábeis

Demonstrações contábeis – Balanço Orçamentário

RECEITA						
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO	
RECEITAS CORRENTES		-	-	1.102.911,76	1.102.911,76	
Receita Patrimonial	12	-	-	1.102.911,76	1.102.911,76	
Delegação de Serviços Públicos		-	-	1.102.911,76	1.102.911,76	
RECEITAS DE CAPITAL		-	-	-	-	
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES		-	-	-	-	
SUBTOTAL DE RECEITAS		-	-	1.102.911,76	1.102.911,76	
REFINANCIAMENTO		-	-	-	-	
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		-	-	1.102.911,76	1.102.911,76	
DEFICIT		-	-	3.999.802.808,34	3.999.802.808,34	
TOTAL		-	-	4.000.905.720,10	4.000.905.720,10	
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA		-	33.145.297,00	33.145.297,00	-	
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro		-	33.145.297,00	33.145.297,00	-	
DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	13	3.652.175.888,00	3.559.340.403,22	3.422.566.155,44	3.187.893.891,67	92.835.484,78
Pessoal e Encargos Sociais		3.264.340.637,00	3.243.430.212,68	3.235.159.814,62	3.005.696.887,72	20.910.424,32
Outras Despesas Correntes		387.835.251,00	315.910.190,54	187.406.340,82	182.197.003,95	71.925.060,46
DESPESAS DE CAPITAL	13	464.231.710,00	441.565.316,88	55.466.059,66	55.466.059,66	22.666.393,12
Investimentos		359.657.823,00	345.069.062,88	18.693.162,00	18.693.162,00	14.588.760,12
Inversões Financeiras		104.573.887,00	96.496.254,00	36.772.897,66	36.772.897,66	8.077.633,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS		-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS		4.116.407.598,00	4.000.905.720,10	3.478.032.215,10	3.243.359.951,33	115.501.877,90
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO		-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		4.116.407.598,00	4.000.905.720,10	3.478.032.215,10	3.243.359.951,33	115.501.877,90
TOTAL		4.116.407.598,00	4.000.905.720,10	3.478.032.215,10	3.243.359.951,33	115.501.877,90

Não há previsão de receitas por parte do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil em sua administração direta, o orçamento obtido pelo órgão é oriundo de descentralização orçamentária do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão para a SPO.

	NE	Inscritos	Cancelados	Pagos	Saldos
Restos a Pagar não Processados	13	1.078.207.973,29	158.660.666,97	523.268.975,82	396.278.330,50
Restos a Pagar Processados	13	26.115.873,28	1.939.943,13	775.720,45	23.400.209,70

Em 2018 o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil pagou 47,45% dos restos a pagar de exercícios anteriores.

Capítulo 6. Demonstrações Contábeis

Demonstrações contábeis – Balanço Financeiro

INGRESSOS			
ESPECIFICAÇÃO	NF	2018	2017
Receitas Orçamentárias	<u>12</u>	1.102.911,76	11.358.331,30
Ordinárias		0	10.059.392,64
Vinculadas		1.102.911,76	1.298.942,16
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		1.102.911,76	1.298.942,16
(-) Deduções da Receita Orçamentária		0	-3,5
Transferências Financeiras Recebidas		24.110.724.706,80	31.886.461.121,19
Resultantes da Execução Orçamentária		19.514.060.262,30	27.181.938.342,76
Cota Recebida		15.959.124.999,85	23.680.596.076,81
Repasse Recebido		3.096.368,60	89.344,87
Sub-repasse Recebido		3.548.762.933,64	3.499.867.895,21
Repasse Devolvido		2.736.228,07	937.075,99
Sub-repasse Devolvido		339.732,14	447.949,88
Independentes da Execução Orçamentária		4.596.664.444,50	4.704.522.778,43
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		4.562.809.892,11	4.674.174.348,97
Demais Transferências Recebidas		13.348.788,31	7.271.090,00
Movimentação de Saldos Patrimoniais		20.505.764,08	4.291.459,97
Movimentações para Incorporação de Saldos		0	18.785.879,49
Recebimentos Extraorçamentários		833.292.275,02	396.609.668,40
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		234.672.263,77	363.069,82
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		522.873.505,00	390.886.402,65
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		4.049.342,86	5.360.195,93
Outros Recebimentos Extraorçamentários		71.697.163,39	0
Arrecadação de Outra Unidade		71.697.163,39	0
Saldo do Exercício Anterior		499.205.159,64	565.518.571,22
Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>01</u>	499.205.159,64	565.518.571,22
TOTAL		25.444.325.053,22	32.859.947.692,11

Observam-se no Balanço Financeiro no exercício de 2018 que o valor de maior expressividade dentro dos Ingressos foi as Transferências Financeiras Recebidas, totalizando 94,76% do total de R\$ 25.444.325.053,22. Nos Dispêndios o valor de maior relevância foram as Transferências Financeiras Concedidas, totalizando 79,82% do total das saídas. O saldo proveniente do exercício anterior corresponde a R\$ 499.205.159,64 e o saldo que se transferem para o exercício seguinte totaliza R\$ 604.851.872,71.

DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	NF	2018	2017
Despesas Orçamentárias		4.000.905.720,10	3.862.002.416,37
Ordinárias		2.745.062.604,02	1.926.666.420,77
Vinculadas		1.255.843.116,08	1.935.335.995,60
Seguridade Social (Exceto Previdência)		12.000.000,00	1.914.747.496,26
Previdência Social (RPPS)		1.069.733.930,24	0
Operação de Crédito		0	20.507.063,98
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		174.109.185,84	81.435,36
Transferências Financeiras Concedidas		20.310.787.200,94	28.042.301.076,73
Resultantes da Execução Orçamentária		16.153.053.765,84	23.763.662.755,58
Repasse Concedido		12.584.224.353,50	20.227.753.037,07
Sub-repasse Concedido		3.548.762.933,64	3.499.867.895,21
Cota Devolvida		19.726.746,56	35.593.873,42
Sub-repasse Devolvido		339.732,14	447.949,88
Independentes da Execução Orçamentária		4.157.733.435,10	4.278.638.321,15
Transferências Concedidas para Pagamento de RP		4.070.088.585,31	4.261.980.846,06
Demais Transferências Concedidas		14.844.769,64	5.299.140,29
Movimento de Saldos Patrimoniais		72.800.080,15	11.358.334,80
Despesas Extraorçamentárias		527.780.256,47	456.439.039,37
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	<u>13</u>	775.720,45	9.995.171,37
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	<u>13</u>	523.268.975,82	441.428.379,11
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		3.647.954,87	3.902.050,01
Outros Pagamentos Extraorçamentários		87.605,33	1.113.438,88
Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento		1.318,34	2.789,75
Demais Pagamentos		86.286,99	1.110.649,13
Saldo para o Exercício Seguinte		604.851.875,71	499.205.159,64
Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>01</u>	604.851.875,71	499.205.159,64
TOTAL		25.444.325.053,22	32.859.947.692,11

Capítulo 6. Demonstrações Contábeis

Demonstrações dos Fluxos de caixa

	NE	2018	2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		607.254.537,67	333.999.517,96
INGRESSOS		24.187.574.124,81	31.903.179.648,42
Receitas Derivadas e Originárias	<u>12</u>	1.102.911,76	11.358.331,30
Receita Patrimonial		1.102.911,76	1.298.942,16
Outras Receitas Derivadas e Originárias		0	10.059.389,14
Outros Ingressos das Operações		24.186.471.213,05	31.891.821.317,12
Ingressos Extraorçamentários		4.049.342,86	5.360.195,93
Transferências Financeiras Recebidas		24.110.724.706,80	31.886.461.121,19
Arrecadação de Outra Unidade		71.697.163,39	0,00
DESEMBOLSOS		-23.580.319.587,14	-31.569.180.130,46
Pessoal e Demais Despesas	<u>14</u>	-3.235.895.834,65	-3.491.958.038,29
Essencial à Justiça		0	-499.541,43
Administração		-10.750.785,29	-2.660,00
Segurança Pública		0	-155.800,11
Previdência Social		-2.814.105.229,81	-3.085.202.593,27
Saúde		-6.887.646,85	-9.907.382,27
Urbanismo		0	-1.573.577,33
Transporte		-382.203.185,84	-387.545.754,91
Encargos Especiais		-21.947.668,52	-7.067.939,22
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		-1.318,34	-2.789,75
Transferências Concedidas		-29.902.309,69	-29.908.316,30
Intergovernamentais		-1.453.682,35	0
A Estados e/ou Distrito Federal		-1.453.682,35	0
Intragovernamentais		-26.252.757,33	-26.045.409,69
Outras Transferências Concedidas		-2.195.870,01	-3.862.906,61
Outros Desembolsos das Operações		-20.314.521.442,80	-28.047.313.775,87
Dispêndios Extraorçamentários		-3.647.954,87	-3.902.050,01
Transferências Financeiras Concedidas		-20.310.787.200,94	-28.042.301.076,73
Demais Pagamentos		-86.286,99	-1.110.649,13

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		-501.607.821,60	-400.312.929,54
DESEMBOLSOS		-501.607.821,60	-400.312.929,54
Aquisição de Ativo Não Circulante	<u>5</u>	-496.381.782,77	-394.181.926,42
Outros Desembolsos de Investimentos	<u>6</u>	-5.226.038,83	-6.131.003,12
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		0	0
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		105.646.716,07	-66.313.411,58
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	<u>01</u>	499.205.159,64	565.518.571,22
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	<u>01</u>	604.851.875,71	499.205.159,64

A demonstração dos fluxos de caixa no exercício de 2018 apresentou saldo de R\$ 607.254.537,67 para as atividades operacionais e R\$ -501.607.821,60 para as atividades de investimentos, proporcionando como saldo de geração líquida de caixa e equivalente de caixa o montante de R\$ 105.646.716,07.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Especificação	NE	Resultados Acumulados
Saldo Inicial do Exercício 2017		684.285.695,80
Ajustes de Exercícios Anteriores	<u>11</u>	(1.070.454.105,30)
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos		1.549.138,94
Resultado do Exercício		213.689.818,43
SalDOS de Fusão, Cisão e Incorporação		1.333.590.896,33
Saldo Final do Exercício 2017		1.162.661.444,20
Saldo Inicial do Exercício 2018		1.162.661.444,20
Ajustes de Exercícios Anteriores		4.332.966,16
Resultado do Exercício		280.342.883,58
Saldo Final do Exercício 2018	<u>11</u>	1.447.337.293,94

As principais origens das alterações na situação líquida do MTPA em 2018 foi o superávit do Resultado do Exercício de R\$ 280.342.883,58 e os Ajustes de Exercícios Anteriores de R\$ 4.332.966,16, um acréscimo de 24,48% em relação em exercício de 2017.

Capítulo 6. Demonstrações Contábeis

Notas explicativas das Demonstrações Contábeis - MTPA

Nota 01 – Caixa e Equivalentes

A conta Caixa e Equivalentes no exercício de 2018 apresenta saldo de R\$ 604.851.875,71, da seguinte forma:

Caixa e Equivalentes	Unidade Subordinada	R\$	
		dez/18	dez/17
DEMAIS CONTAS - BANCO DO BRASIL	COORDENACAO-GERAL DE GESTAO DE PESSOAS	16.521,32	16.521,32
DEMAIS CONTAS - CAIXA ECONOMICA FEDERAL	REDE FERROVIARIA FEDERAL S.A- INVENTARIANCA	5.074,72	5.094,17
	SECRETARIA NACIONAL DE PORTOS/MTPA	1.108.891,04	1.108.891,04
	SUBSECRETARIA DE PLANEJ.E ORCAM.SETORIAL/MTPA	311.789.506,59	477.803.717,87
	COORDENACAO GERAL E RECURSOS LOGISTICOS	3.069.890,54	5.244.868,38
	COORDENACAO-GERAL DE GESTAO DE PESSOAS	14.439.484,90	10.740.254,72
LIMITE DE SAQUE COM VINCULACAO DE PGTO – OFSS	REDE FERROVIARIA FEDERAL S.A- INVENTARIANCA	763.540,58	359.066,87
	SUBSECRETARIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIV. SAAD	35.779,32	35.779,32
	SECRETARIA NACIONAL DE PORTOS/MTPA	40.216.191,52	3.309.865,47
	SECRETARIA NACIONAL DE AVIACAO CIVIL	165.975,22	581.100,48
LIM DE SAQUE C/ VINC. PAGTO – ORDEM PAGTO – OFSS	COORDENACAO-GERAL DE GESTAO DE PESSOAS	233.241.019,96	0
	Total	604.851.875,71	499.205.159,64

Ocorreu acréscimo de 21,16% do saldo de caixa e seus equivalentes no exercício de 2018. O limite de saque é valor em que o ministério possui para investimentos e manter-se funcionando, a maior parte deste montante está na subsecretaria de planejamento e orçamento sendo a subsecretaria a unidade repassadora quando solicitado o financeiro.

A separação entre limite de saque com vinculação de pagamento OFSS e limite de saque com vinculação de pagamento – ordem de pagamento ocorreu por mudança da rotina de pagamento implantada pelo Tesouro Nacional em dezembro de 2018, o saldo de R\$ 233.241.019,96 é para pagamento das Ordens de Pagamentos geradas no período, antes este saldo encontrava-se totalmente na limite de saque com vinculação de pagamento OFSS da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas.

Os dois limites de saque juntos correspondem a 99,81% do total de caixa e seus equivalentes.

Nota 02 – Demais Créditos a Curto Prazo

Os Demais Créditos a Curto Prazo no período de 2018 apresentou saldo de R\$ 11.460.208,74, da seguinte forma:

Demais Créditos a Curto Prazo	Unidade Subordinada	R\$	
		dez/18	dez/17
13 SALARIO – ADIANTAMENTO	COORDENACAO-GERAL DE GESTAO DE PESSOAS	2.206.142,98	146.967,35
	SECRETARIA NACIONAL DE AVIACAO CIVIL	0	615.867,52
ADIANTAMENTO DE FÉRIAS	COORDENACAO-GERAL DE GESTAO DE PESSOAS	0	122.574,92
	SECRETARIA NACIONAL DE AVIACAO CIVIL	0	165.185,70
SALARIOS E ORDENADOS - PAGAMENTO ANTECIPADO	COORDENACAO-GERAL DE GESTAO DE PESSOAS	583.978,20	85.679,41
	SECRETARIA NACIONAL DE AVIACAO CIVIL	0	15.219,59
DEPOSITOS JUDICIAIS EFETUADOS	COORDENACAO-GERAL DE GESTAO DE PESSOAS	78.607,20	78.607,20
VALORES A REC POR DEVOLUCAO DESP ESTORNADAS	COORDENACAO-GERAL DE GESTAO DE PESSOAS	47.600,04	0
CRED A RECEBER POR CESSAO DE PESSOAL	COORDENACAO-GERAL DE GESTAO DE PESSOAS	5.749.647,72	5.749.647,72
	SECRETARIA NACIONAL DE AVIACAO CIVIL	2.794.232,60	2.794.232,60
	Total	11.460.208,74	9.773.982,01

Em dezembro de 2018 ocorreu aumento de 17,25% em relação á dezembro de 2017, este aumento é principalmente das contas de adiantamento do 13º salário e salários pagos antecipadamente, que correspondem a 24,35% do saldo em 2018.

O adiantamento de décimo terceiro salário é o registro do décimo terceiro salário pagos antes do período de julho, sem o servidor possuir o “direito”, pois, o servidor não completou o período necessário a receber o benefício, a administração pública concede o adiantamento e depois quando ocorre o direito há baixa mensal do adiantamento. Dessa forma, o valor de R\$ 2.206.142,98 é referente ao adiantamento para janeiro de 2019.

Capítulo 6. Demonstrações Contábeis

Nota 03 – Estoques

O órgão do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil em sua administração direta apresentou um saldo em aberto de R\$ 525.443,55 relacionados a Estoques, este valor está integralmente na Unidade Gestora da Coordenação Geral e Recursos Logísticos conforme tabela abaixo.

Unidade Subordinada	Estoque	R\$	
		dez/18	dez/17
COORDENACAO GERAL E RECURSOS LOGISTICOS	MATERIAIS DE CONSUMO	129.690,35	229.413,56
	GENEROS ALIMENTICIOS	47.876,81	4.464,53
	MATERIAIS DE TELECOMUNICACOES	5.391,10	5.391,10
	MATERIAS GRAFICOS	29.733,57	29.493,05
	MATERIAIS DE EXPEDIENTE	312.751,72	347.957,60
Total		525443,55	616719,84

Fonte: SIAFI

Houve redução de 14,80% dos estoques, principalmente do material de consumo, que apesar da aquisição demasiada dos gêneros alimentícios não foi suficiente para equilibrar as entradas e saídas do estoque. Cabe resaltar que em 05 de fevereiro houve reclassificação no valor de R\$ 26.691,90 do material de consumo para material de expediente devida incorreta classificação no momento de entrada no estoque.

Nota 04 – Realizável a Longo Prazo

O Ativo Realizável a Longo Prazo no exercício de 2018 apresentou saldo em aberto de R\$ 854.733,64 relacionados a Empréstimos Concedidos a Receber, este valor está integralmente na Subsecretaria de Assuntos Administrativos desde 2010, transferidos após o fim do Departamento Nacional de Estradas e Rodagens, referente a empréstimo ao Estado de Pernambuco.

Capítulo 6. Demonstrações Contábeis

Nota 05 – Bens Móveis

Os Bens Móveis do órgão no período de 2018 apresentou saldo de R\$ 45.395.932,85, este valor está dividido entre a Coordenação Geral e Recursos Logísticos, Rede Ferroviária Federal S.A. e Secretaria Nacional de Portos conforme tabela a baixo:

	R\$	
Bens Móveis	dez/18	dez/17
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	4.903.794,20	2.572.642,52
Bens de Informática	20.557.317,89	14.617.051,46
Móveis e Utensílios	15.783.332,34	10.222.039,10
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	1.306.297,15	1.191.334,11
Veículos	15.856.690,10	16.016.099,76
Bens Móveis em Almoxarifado	305.960,00	474.302,51
Demais Bens Móveis	5.397.865,86	4.248.150,28
Depreciação / Amortização Acumulada	-18.715.324,69	-14.190.327,80
Total	45.395.932,85	35.151.291,94

Fonte: SIAFI

		R\$	R\$
Unidade Subordinada	Bens Móveis	dez/18	dez/17
COORDENACAO GERAL E RECURSOS LOGISTICOS	Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	4.846.898,54	2.516.537,42
	Bens de Informática	20.521.425,30	14.581.158,87
	Móveis e Utensílios	15.454.653,00	9.914.658,76
	Material Cultural, Educacional e de Comunicação	1.299.067,15	1.184.104,11
	Veículos	15.856.690,10	14.923.879,76
	Bens Móveis em Almoxarifado	305.960,00	474.302,51
	Demais Bens Móveis	3.327.994,66	2.178.279,08
	Depreciação / Amortização Acumulada	-18.544.447,31	-14.054.516,02
	Subtotal	43.068.241,44	31.718.404,49
REDE FERROVIARIA FEDERAL S.A- INVENTARIANCA	Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	56.694,45	55.903,89
	Bens de Informática	32.647,69	32.647,69
	Móveis e Utensílios	327.932,34	306.633,34
	Material Cultural, Educacional e de Comunicação	7.230,00	7.230,00
	Demais Bens Móveis	16.836,60	16.836,60
	Depreciação / Amortização Acumulada	-170.877,38	-135.811,78
	Subtotal	270.463,70	283.439,74
SECRETARIA NACIONAL DE PORTOS/MTPA	Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	201,21	201,21
	Bens de Informática	3.244,90	3.244,90
	Móveis e Utensílios	747	747
	Demais Bens Móveis	2.053.034,60	2.053.034,60
	Subtotal	2.057.227,71	2.057.227,71
SECRETARIA NACIONAL DE AVIACAO CIVIL	Veiculos	0	1.092.220,00
	Subtotal	0	1.092.220,00
Total		45.395.932,85	35.151.291,94

Fonte: SIAFI

Os Bens Móveis do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil são todos alocados dentro da Coordenação Geral e Recursos Logísticos (CGRL), onde se encontra 94,87% dos Bens Móveis, ocorrendo acréscimo de 35,78% nos bens da CGRL, o motivo foi à extinção da Secretaria de Portos e Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República e alocação dentro do MTPA em 2017, com isto em 2018 vários bens destas secretarias que estavam na Presidência estão sendo transferido para a CGRL, assim como bens que se encontravam nas secretarias, exemplo disso, são os veículos que estavam na Secretaria de Aviação Civil e agora estão na CGRL.

Os motivos para a não transferência do saldo de R\$ 2.057.227,71 (dois milhões, cinquenta e sete mil, duzentos e vinte sete reais e setenta e um centavos) da Secretaria de Portos para a CGRL e a não depreciação destes bens é a falta de mensuração por parte do patrimônio da secretaria, após duas reuniões no MTPA ficou acordado que a Secretaria levantaria todo o patrimônio fazendo conferência/vistoria, após será realizada a transferência para a CGRL e depreciados com ajustes de exercícios anteriores, essa transferência poderá acontecer parcialmente e caso não sejam identificados os bens poderá ocorrer à responsabilização dos gestores dos bens esvaecidos.

A Rede Ferroviária Federal está em procedimento de inventariança, foi decidido pela não transferência a CGRL para identificar facilmente os bens em inventário.

Capítulo 6. Demonstrações Contábeis

Nota 06 – Bens Imóveis

O órgão do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil no ano de 2018 apresentou saldo de R\$ 1.047.112.994,21, referente aos Bens Imóveis. Este valor é composto pelos de Bens de Uso Especial, Bens Imóveis em Andamento e Depreciação/Amortização Acumulada – Bens Imóveis, conforme a seguir:

Bens Imóveis - Composição	R\$	
	dez/18	dez/17
Bens de Uso Especial	54.271.351,09	53.889.645,26
Bens Imóveis em Andamento	994.371.683,96	618.198.779,54
Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis	-1.530.040,84	-928.998,06
Total	1.047.112.994,21	671.159.426,74

Fonte: SIAFI

Bens Imóveis – Secretaria Nacional de Portos	R\$	
	dez/18	dez/17
Obras em Andamento		
IC0012017	43.640.309,49	12.977.442,88
IC0012018	1.389.310,33	0
IC0092016	4.457.944,27	2.696.557,65
IC0122014	104.683.276,18	104.683.276,18
IC0162014	9.649.405,20	9.282.259,62
IC0162018	551.636,04	0
IC0182017	32.791.234,37	0
IC0192014	224.138.768,60	184.341.349,30
IC0242015	37.884.949,09	0
IC0262015	222.206.523,49	81.184.970,36
IC0322017	19.392.189,97	0
IC0342015	872.293,56	872.293,56
IC2012009	57.217.211,54	34.157.635,51
IC2013007	7.902.284,12	7.902.284,12
IC2018009	248.797,78	0
ICV022017	47.244.839,57	0
Total	814.270.973,60	438.098.069,18

Fonte: SIAFI

O aumento de maior relevância se deu nas contas de Bens Imóveis em Andamento, 60,85%, correspondendo a 94,96% do valor total dos Bens Imóveis, este aumento ocorreu na unidade da Secretaria Nacional de Portos, na conta de Obras em Andamento conforme exposto.

Dentro da Secretaria Nacional de Portos observa-se que os valores de maior relevância ocorreram nos contratos nº IC0192014 – Van Oord Serviços de Operações Marítimas, cujo objeto é a execução das obras de dragagem por resultado nos acessos aquaviários do complexo portuário do Rio de Janeiro, conforme contrato nº 19/2014, tendo acréscimo de 21,59% comparado ao exercício de 2017 e no contrato nº IC0262015 – DTA Engenharia, cujo objetivo é a execução das obras de dragagem no porto de Paranaguá/PR, conforme contrato nº 26/2015, tendo acréscimo de 173,70% comparado ao exercício de 2017.

Observa-se a ausência de baixa dos valores referente às Obras em Andamentos para Obras Concluídas na Secretaria Nacional de Portos, pois não foram feitas as medições das obras concluídas. Cabe ressaltar, que está em processo de discussão se esses valores devem ser registrados patrimonialmente no imobilizado da SNP em obras concluídas ou no Patrimônio das Companhias Docas onde ocorre a benfeitoria. A maioria das Companhias Docas são 100% da União, e as que não são, estão em processo de transformar-se em públicas.

Os Bens Imóveis em Andamento não depreciam conforme legislação em vigor. As demais depreciações dos imóveis que estão cadastrados no SPIUNET (Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União) são feitas regularmente após encaminhamento de planilha emitida pela Secretaria do Patrimônio da União.

Capítulo 6. Demonstrações Contábeis

Nota 07 – Intangível

O intangível do órgão no exercício de 2018 corresponde a R\$ 11.490.824,46, este valor está distribuído da seguinte forma:

	R\$	
Intangível	dez/18	dez/17
Software com Vida Útil Definida	1.002.470,00	4.759.855,52
Software com Vida Útil Indefinida	10.735.477,13	1.884.050,00
Marcas, Direitos, Patentes - Vida Útil Definida	70.347,33	70.347,33
Amortização Acumulada	-317.470,00	-1.569.687,75
Total	11.490.824,46	5.144.565,10

Fonte: SIAFI

Em 31 de dezembro 2018 a Coordenação Geral e Recursos Logísticos reclassificou os softwares de vida útil definida para indefinida no valor de R\$ 7.911.972,44 conforme despacho interno e tabela de softwares licenciados. Assim como estorno da amortização indevida dos softwares reclassificados no valor de R\$ 1.883.392,26.

O aumento do Intangível foi em sua maior parte devido aos Softwares adquiridos pela Coordenação Geral e Recursos Logísticos em R\$ 4.154.586,92, 110,57%. Softwares adquirido junto às empresas listadas abaixo, para melhor funcionamento interno do MTPA:

- Maxtera Tecnologia, Sistemas e Comércio;
- Blue Soluções Inteligentes S.A.;
- Seal Telecom Comércio e Recursos Logísticos;
- Omega Tecnologia da Informação LTDA.

Nota 08 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistencialistas a Pagar a Curto Prazo

As Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistencialistas a Pagar a Curto Prazo apresentaram em 2018 o saldo total de R\$ 205.554.432,46, 95,15% deste valor é correspondente a provisão do pagamento de salários, remunerações e benefícios de janeiro de 2019, feito pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas. Os demais valores são correspondentes a férias a pagar da CGRH, 2,17%, e precatórios de salários da Rede Ferroviária Federal S.A., 2,68%.

Nota 09 – Provisões de Curto Prazo

As Provisões de Curto Prazo apresentaram saldo de R\$ 592.901,00, este valor está integralmente na Inventariança da Rede Ferroviária Federal. Esta provisão é relacionada às indenizações trabalhistas relativas à RPV's de origem Estadual, valores que eram previstos para o exercício de 2017, conforme ofício-circular SEI nº 836/2016-MP, porém ainda não foram pagas.

Nota 10 – Demais Obrigações a Curto Prazo

O órgão do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil apresentou saldo de R\$ 63.852.265,17, relacionados a Demais Obrigações a Curto Prazo conforme tabela a seguir:

Demais Obrigações a Curto Prazo	R\$	
	dez/18	dez/17
PENSAO ALIMENTICIA	1.181.808,33	0
RETENCOES - EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	9.826.340,88	0
PREVIDENCIA COMPLEMENTAR SERVIDOR PUB FEDERAL	2.845,48	0
DEPOSITOS RETIDOS DE FORNECEDORES	828.916,14	48.010,64
OUTROS CONSIGNATARIOS	26.037.034,35	0
DEPOSITOS E CAUCOES RECEBIDOS	661.724,85	661.744,30
DEPOSITOS POR DEVOLUCAO DE VALORES NAO RECLAM	1.408.174,90	934.369,79
INDENIZACOES, RESTITUICOES E COMPENSACOES	519.305,13	0
ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	23.386.000,00	25.024.592,84
ORDENS BANCARIAS CANCELADAS	0	72.397,67
SAQUE - CARTAO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL	115,11	1.433,45
Total	63.852.265,17	26.742.548,69

As Obrigações com maior relevância são os Empréstimos e Financiamentos, Outros Consignatários e Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, correspondendo a 92,79% do saldo total.

Os Empréstimos e Financiamento e Outros Consignatários são referentes à provisão da folha de pessoal de janeiro, na primeira semana de janeiro após ao pagamento da folha de pessoal estes valores serão zerados.

Na Secretária Nacional de Portos ocorreu cancelamento em parte do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, empenho de restos a pagar, devido obliteração de parte da recuperação de plataforma operacional dos berços 201 e 202 do cais de Capuaba, porto de Vitória- ES.

Nota 11 - Resultados Acumulados

Os Resultados Acumulados do exercício apresentaram saldos de R\$ 1.447.337.293,94, acréscimo de 24,48% comparado ao exercício de 2017.

Resultado do Exercício	R\$	
	dez/18	dez/17
SUPERAVITS OU DEFICITS DO EXERCICIO	280.342.883,58	213.689.818,43
SUPERAVITS OU DEFICITS EXERCICIOS ANTERIORES	1.137.428.865,41	1.993.396.328,11
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	4.332.966,16	-1.069.657.281,13
SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERC ANTER-INTRA	25.232.578,79	25.232.578,79
Total	1.447.337.293,94	1.162.661.444,20

A perda de superávit de exercícios anteriores em R\$ 855.967.462,70 foi causada pela reclassificação de saldos de ajustes de exercícios anteriores para superávits ou déficit de exercícios anteriores. Com este fato os ajustes de exercícios anteriores saíram do déficit em 2017 para superávit em 2018, originando resultado positivo de R\$ 218.022.784,59 pelo estorno da amortização de licenças de softwares de definido para indefinido e ajustes contábeis devido cancelamento de empenhos de restos a pagar.

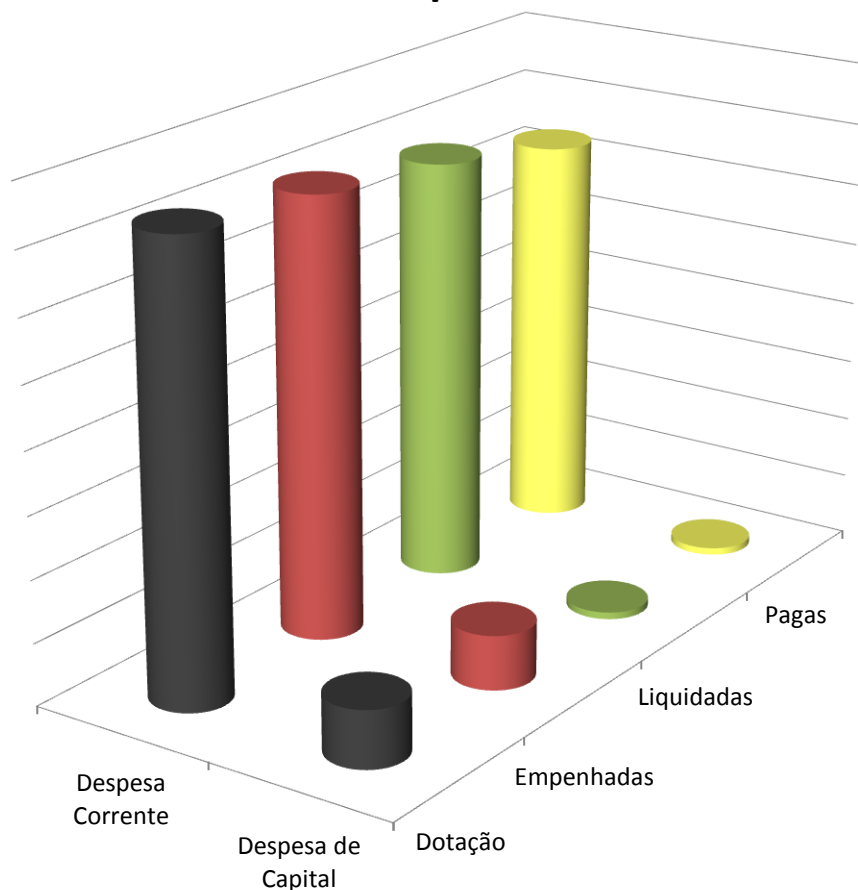
Nota 12 – Receita Orçamentária

Observa-se a não previsão de receitas por parte do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil em sua administração direta, o orçamento obtido pelo órgão é oriundo de descentralização orçamentária do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão para a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – SPO.

Houve realização de receita patrimonial, após delegação de serviços públicos, no valor de R\$ 1.102.911,76, este valor é pela arrecadação da verba de fiscalização, a ser cobrada pelos estados na concessão de rodovias federais e transferida ao Ministério, na proporção de 5% sobre o valor pago.

Nota 13 – Despesa Orçamentária

Despesas



	Despesa Corrente	Despesa de Capital
■ Dotação	R\$ 3.652.175.888,00	R\$ 464.231.710,00
■ Empenhadas	R\$ 3.559.340.403,22	R\$ 441.565.316,88
■ Liquidadas	R\$ 3.422.566.155,44	R\$ 55.466.059,66
■ Pagas	R\$ 3.187.893.891,67	R\$ 55.466.059,66

Fonte: SIAFI

As Despesas de Capital correspondem a 11,28% das despesas do órgão em sua administração direta, ocorre isto, pois, o ministério em sua administração direta tem como função descentralizar recursos para as unidades diretas, pagamento de pessoal, administração do patrimônio e somente duas de suas secretarias fazem investimentos, a Secretaria Nacional de Portos e a Secretaria Nacional de Aviação Civil, na qual realizam obras e fazem aporte de capital em empresas.

Apesar do baixo valor de Despesas de Capital realizadas dentro do exercício não significa que estas duas secretarias estão investindo abaixo do nível esperado, como as principais despesas são obras de infraestrutura, o valor empenhado em um exercício geralmente é pago em exercícios posteriores, o empenho não pago fica inscrito em restos a pagar processados ou não processados.

Ao analisar os valores de restos a pagar das Despesas de Capital pagas ou canceladas, verifica-se que 45,24% foram realizadas e 14,91% canceladas, seguindo os ritos e prazos de conclusão e medição das obras que estão sendo realizadas, por ocasião as obras prolongam além do esperado, assim ficando alto valor pendente em restos a pagar.

As Despesas Correntes são basicamente os gastos com pessoal e seus encargos, 91,12%, e outras despesas correntes 8,88%. As despesas de pessoal são os pagamentos aos servidores do órgão e requisitados, junto de todos os encargos patronais, que em comparação ao mesmo período do ano passado há uma redução de 8,16%, visto que não houve aumento salarial no poder executivo. As outras despesas correntes são os pagamentos com serviços de terceirização, serviços de água e esgoto, aluguel, limpeza, passagens, que houve redução de 2,41% em relação ao exercício anterior, de acordo com a política de retenção de gastos da União.

Capítulo 6. Demonstrações Contábeis

Nota 14 – Demonstração das Variações Patrimoniais

Segundo o Art. 104 da Lei nº 4.320/1964, a Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

O órgão do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil em sua administração direta, em 31 de dezembro de 2018, apresentou as Variações Patrimoniais, a saber:

Variações Patrimoniais Aumentativas		R\$ dez/17
43	EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	1.102.911,76
45	TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	24.116.429.083,97
46	VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESIN. PASSIV	4.250.531,36
49	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	71.704.011,39
Total		24.193.486.538,48

Fonte: SIAFI

Variações Patrimoniais Diminutivas		R\$ dez/17
31	PESSOAL E ENCARGOS	262.270.581,88
32	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTÊNCIAIS	3.016.276.963,62
33	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONS. DE CAPITAL FIXO	197.626.225,71
34	VARIACÕES PATRI. AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	9,09
35	TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	20.431.323.044,54
36	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	418.554,00
37	TRIBUTÁRIAS	17.838,28
39	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	5.210.437,78
Total		23.913.143.654,90

Fonte: SIAFI

O Resultado do período é de R\$ 280.342.883,58, porém, as transferências e delegações recebidas são os recursos recebidos da conta única do Tesouro Nacional para repasse as outras unidades do órgão, ficando pouco recurso para unidades do órgão após as transferências e delegações concedidas, neste exercício em questão o saldo é de R\$ 3.685.106.039,43. Para melhor observar as variações patrimoniais deste ministério e suas diretas é importante excluir as transferências e delegações, segundo quadro a seguir:

Brasília-DF, 31 de janeiro de 2019.
Ivana Maria Botelho Taveira Oliveira
CRC-DF nº 008435/03

Coordenadora de Contabilidade do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

Variações Patrimoniais Aumentativas		R\$ dez/17
43	EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	1.102.911,76
46	VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESIN. PASSIV	4.250.531,36
49	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	71.704.011,39
Total		77.057.454,51

Fonte: SIAFI

Variações Patrimoniais Diminutivas		R\$ dez/17
31	PESSOAL E ENCARGOS	262.270.581,88
32	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTÊNCIAIS	3.016.276.963,62
33	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONS. DE CAPITAL FIXO	197.626.225,71
34	VARIACÕES PATRI. AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	9,09
36	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	418.554,00
37	TRIBUTÁRIAS	17.838,28
39	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	5.210.437,78
Total		3.481.820.610,36

Fonte: SIAFI

O Resultado do período sem considerar as transferências e delegações recebidas e concedidas é de R\$ -3.404.763.155,85 negativos, demonstrando que o órgão teve perda patrimonial no período analisado.

Do quadro acima destacam-se as Outras variações patrimoniais aumentativas, Pessoal e encargos, Benefícios previdenciários e assistenciais e Uso de bens, serviços e constituição de capital fixo.

As Outras variações patrimoniais aumentativas referem-se as devolução de saldos de convênios e termos de parceria e pagamento de multas, o alto valor é devido á devolução de financeiro pela Companhia Docas da Bahia de recursos não utilizados em R\$ 66.591.566,83.

Pessoal e Encargos é toda remuneração pessoal ativo, sendo os maiores gastos com vencimentos e salários, gratificações, pessoal requisitado e assistência à saúde, 68,57% do valor total.

Os itens que mais tem relevância do uso de bens, serviços e constituição de capital fixo são o pagamento de serviços de apoio administrativo, técnico e operacional, os serviços de comunicação, gráfico e audiovisual e os serviços técnicos profissionais, 75,32% do valor total.

Os benefícios previdenciários e assistenciais é toda remuneração aos aposentados e pensionistas. Os itens de grande relevância são os pagamentos aos aposentados, o pagamento das pensões e o 13º salário das pensões, equivalente a 94,61% do total.

Capítulo 6. Demonstrações Contábeis

Demonstrações contábeis - FMM

Balço Patrimonial

ATIVO				
ESPECIFICAÇÃO	NE	2018	2017	
ATIVO CIRCULANTE		9.948.800.187,19	4.304.382.372,26	
Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>01</u>	7.538.882.364,21	4.304.382.372,26	
Créditos a curto Prazo		2.409.917.822,98		
Empréstimos e Financiamentos Concedidos		2.409.917.822,98		
ATIVO NÃO CIRCULANTE		33.291.922.775,16	31.482.326.756,79	
Ativo Realizável a Longo Prazo	<u>02</u>	33.220.584.082,47	31.410.802.891,33	
Créditos a Longo Prazo		33.220.545.384,08	31.410.764.192,94	
Empréstimos e Financiamentos Concedidos		33.221.234.168,92	31.411.452.977,78	
(-) Ajustes para Perdas em Crédito de Longo Prazo		-688.784,84	-688.784,84	
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo		38.698,39	38.698,39	
Imobilizado		71.338.692,69	71.511.158,36	
Bens Móveis		64.935.827,30	65.053.552,58	
Bens Móveis		65.701.913,93	65.704.111,79	
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	<u>03</u>	-766.086,63	-650.559,21	
Bens Imóveis		6.402.865,39	6.457.605,78	
Bens Imóveis		6.601.028,58	6.601.028,58	
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-198.163,19	-143.422,80	
Intangível		-	12.707,10	
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		-	12.707,10	
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		-	12.707,10	
TOTAL DO ATIVO		43.240.722.962,35	35.786.709.129,05	
PASSIVO				
ESPECIFICAÇÃO	NE	2018	2017	
PASSIVO CIRCULANTE		71.269.074,84	71.226.725,90	
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	<u>07</u>	42.495,12	146,18	
Demais Obrigações a Curto Prazo	<u>04</u>	71.226.579,72	71.226.579,72	
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		71.269.074,84	71.226.725,90	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
ESPECIFICAÇÃO		2018	2017	
Resultados Acumulados		43.169.453.887,51	35.715.482.403,15	
Resultado do Exercício		7.454.021.051,77	8.093.544.987,75	
Resultados de Exercícios Anteriores		35.715.482.403,15	27.632.985.898,22	
Ajustes de Exercícios Anteriores		-49.567,41	-11.048.482,82	
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		43.169.453.887,51	35.715.482.403,15	
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		43.240.722.962,35	35.786.709.129,05	

Capítulo 6. Demonstrações Contábeis

Demonstração das Variações Patrimoniais

	NE	2018	2017
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		14.342.883.093,47	12.909.901.195,62
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	<u>05</u>	25.975.823,50	25.565.948,38
Taxas		25.975.823,50	25.565.948,38
Contribuições	<u>08</u>	3.959.599.006,83	3.236.722.459,47
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		3.959.599.006,83	3.236.722.459,47
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		8.184.222.055,41	7.615.819.959,31
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		372.567.521,86	512.425.454,51
Juros e Encargos de Mora		-	124,87
Variações Monetárias e Cambiais	<u>06</u>	7.191.380.015,11	6.673.567.252,61
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		620.274.518,44	429.827.127,32
Transferências e Delegações Recebidas		1.807.580.626,77	1.179.898.006,27
Transferências Intragovernamentais		1.807.580.626,77	1.179.898.006,27
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		6,76	453.682.127,31
Ganhos com Desincorporação de Passivos		6,76	453.682.127,31
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		365.505.574,20	398.212.694,88
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		365.505.574,20	398.212.694,88
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		6.888.862.041,70	4.816.356.207,87
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		41.386.119,12	4.258.073,42
Uso de Material de Consumo		-	4.062,66
Serviços		41.213.653,45	3.845.114,71
Depreciação, Amortização e Exaustão		172.465,67	408.896,05
Transferências e Delegações Concedidas		3.998.303.993,20	3.288.142.320,68
Transferências Intragovernamentais		3.998.303.993,20	3.288.142.320,68
Outras Transferências e Delegações Concedidas		-	25.582.797,34
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		2.834.904.502,43	1.341.368.672,00
Perdas Involuntárias		-	1.224.604,12
Desincorporação de Ativos		2.834.904.502,43	1.340.144.067,88
Tributárias		32.106,25	34.082,78
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		28.144,79	30.163,57
Contribuições		3.961,46	3.919,21
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		14.235.320,70	182.553.058,99
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		14.235.320,70	182.553.058,99
RESULTADO DO PERÍODO		7.454.021.051,77	8.093.544.987,75

Capítulo 6. Demonstrações Contábeis

Balanco Orçamentário

RECEITA					
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES		2.292.677.935,00	2.292.677.935,00	4.253.713.847,33	1.961.035.912,33
Receitas de Contribuições		1.782.381.509,00	1.782.381.509,00	2.635.905.069,01	853.523.560,01
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		1.782.381.509,00	1.782.381.509,00	2.635.905.069,01	853.523.560,01
Receita Patrimonial		228.152.667,00	228.152.667,00	620.274.518,44	392.121.851,44
Valores Mobiliários		228.152.667,00	228.152.667,00	620.274.518,44	392.121.851,44
Receitas de Serviços		282.143.759,00	282.143.759,00	619.421.630,91	337.277.871,91
Serviços e Atividades Financeiras		282.143.759,00	282.143.759,00	619.421.630,91	337.277.871,91
Outras Receitas Correntes		-	-	378.112.628,97	378.112.628,97
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		-	-	378.112.558,24	378.112.558,24
Demais Receitas Correntes		-	-	70,73	70,73
RECEITAS DE CAPITAL		2.027.559.715,00	2.027.559.715,00	3.217.024.079,17	1.189.464.364,17
Amortização de Empréstimos		2.027.559.715,00	2.027.559.715,00	3.217.024.079,17	1.189.464.364,17
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES		-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS		4.320.237.650,00	4.320.237.650,00	7.470.737.926,50	3.150.500.276,50
REFINANCIAMENTO		-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		4.320.237.650,00	4.320.237.650,00	7.470.737.926,50	3.150.500.276,50
DEFICIT		-	-	-	-
TOTAL	<u>08</u>	4.320.237.650,00	4.320.237.650,00	7.470.737.926,50	3.150.500.276,50

Capítulo 6. Demonstrações Contábeis

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES		51.673.161,00	85.746.672,41	50.115.074,66	50.115.074,66	-34.073.511,41
Outras Despesas Correntes		51.673.161,00	85.746.672,41	50.115.074,66	50.115.074,66	-34.073.511,41
DESPESAS DE CAPITAL		3.782.269.292,00	3.327.088.982,56	3.327.088.982,56	3.327.088.982,56	455.180.309,44
Investimentos		98.273,00	-	-	-	98.273,00
Inversões Financeiras		3.782.171.019,00	3.327.088.982,56	3.327.088.982,56	3.327.088.982,56	455.082.036,44
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		525.110.709,00	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS		-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS		4.359.053.162,00	3.412.835.654,97	3.377.204.057,22	3.377.204.057,22	421.106.798,03
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO		-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		4.359.053.162,00	3.412.835.654,97	3.377.204.057,22	3.377.204.057,22	421.106.798,03
SUPERÁVIT		-	4.057.902.271,53	-	-	-
TOTAL		4.359.053.162,00	7.470.737.926,50	3.377.204.057,22	3.377.204.057,22	421.106.798,03

	Inscritos	Cancelados	Pagos	Saldos
Restos a Pagar não Processados	53.223.259,78	4.049.775,90	5.373.217,45	43.800.266,43

Capítulo 6. Demonstrações Contábeis

Balanzo Financeiro

INGRESSOS				
ESPECIFICAÇÃO	NF	2018	2017	
Receitas Orçamentárias		7.470.737.926,50	6.569.290.949,73	
Ordinárias		3.642.888,83	923.437.084,34	
Vinculadas		7.486.668.266,33	5.646.043.252,65	
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		4.850.763.197,32	3.491.357.101,00	
Outros Recursos Vinculados a Fundos		2.635.905.069,01	2.154.686.151,65	
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-19.573.228,66	-189.387,26	
Transferências Financeiras Recebidas		1.807.580.626,77	1.179.898.006,27	
Resultantes da Execução Orçamentária		1.778.695.448,30	1.179.519.231,75	
Repasso Recebido		1.778.695.448,30	1.179.519.231,75	
Independentes da Execução Orçamentária		28.885.178,47	378.774,52	
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		3.670.453,04	-	
Demais Transferências Recebidas		12.607.670,66	189.387,26	
Movimentação de Saldos Patrimoniais		12.607.054,77	189.387,26	
Recebimentos Extraorçamentários		1.372.707.837,07	237.390.113,09	
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		35.631.597,75	53.223.259,78	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		13.532,77	1.388,58	
Outros Recebimentos Extraorçamentários		1.337.062.706,55	184.165.464,73	
Arrecadação de Outra Unidade		1.337.062.706,55	184.165.464,73	
Saldo do Exercício Anterior		4.304.382.372,26	2.126.008.504,59	
Caixa e Equivalentes de Caixa		4.304.382.372,26	2.126.008.504,59	
TOTAL		14.955.408.762,60	10.112.587.573,68	
DISPÊNDIOS				
ESPECIFICAÇÃO	NF	2018	2017	
Despesas Orçamentárias		3.412.835.654,97	2.538.760.973,89	
Ordinárias		38.033.851,92	51.019.570,00	
Vinculadas		3.374.801.803,05	2.487.741.403,89	
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		1.721.144.888,27	1.360.178.738,16	
Outros Recursos Vinculados a Fundos		1.653.656.914,78	1.127.562.665,73	
Transferências Financeiras Concedidas		3.998.303.993,20	3.262.559.523,34	
Resultantes da Execução Orçamentária		114.968,60	81.435,36	
Repasso Concedido		114.968,60	81.435,36	
Independentes da Execução Orçamentária		3.998.189.024,60	3.262.478.087,98	
Transferências Concedidas para Pagamento de RP		6.523,61	-	
Demais Transferências Concedidas		615,89	-	
Movimento de Saldos Patrimoniais		3.998.181.885,10	3.262.478.087,98	
Despesas Extraorçamentárias		5.386.750,22	6.884.704,19	
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		5.373.217,45	6.883.315,61	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		13.532,77	1.388,58	
Saldo para o Exercício Seguinte		7.538.882.364,21	4.304.382.372,26	
Caixa e Equivalentes de Caixa		7.538.882.364,21	4.304.382.372,26	
TOTAL		14.955.408.762,60	10.112.587.573,68	

Capítulo 6. Demonstrações Contábeis

Demonstração do Fluxo de Caixa

	NE	2018	2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		3.344.564.895,34	2.325.305.988,03
INGRESSOS		7.398.370.713,42	5.782.653.204,28
Receitas Derivadas e Originárias		4.253.713.847,33	4.418.588.344,70
Receita de Contribuições		2.635.905.069,01	3.078.123.067,99
Receita de Serviços		619.421.630,91	512.425.454,51
Remuneração das Disponibilidades		620.274.518,44	429.827.127,32
Outras Receitas Derivadas e Originárias		378.112.628,97	398.212.694,88
Outros Ingressos das Operações		3.144.656.866,09	1.364.064.859,58
Ingressos Extraorçamentários		13.532,77	1.388,58
Transferências Financeiras Recebidas		1.807.580.626,77	1.179.898.006,27
Arrecadação de Outra Unidade		1.337.062.706,55	184.165.464,73
DESEMBOLSOS		-4.053.805.818,08	-3.457.347.216,25
Pessoal e Demais Despesas		-55.415.365,30	-194.760.312,67
Transporte		-13.839.587,99	-147.740.742,47
Encargos Especiais		-41.575.777,31	-47.019.570,20
Transferências Concedidas		-72.926,81	-25.991,66
Intragovernamentais		-72.926,81	-25.991,66
Outros Desembolsos das Operações		-3.998.317.525,97	-3.262.560.911,92
Dispêndios Extraorçamentários		-13.532,77	-1.388,58
Transferências Financeiras Concedidas		-3.998.303.993,20	-3.262.559.523,34
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		-110.064.903,39	-146.932.120,36
INGRESSOS		3.217.024.079,17	2.150.702.605,03
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	<u>08</u>	3.217.024.079,17	2.150.702.605,03
DESEMBOLSOS		-3.327.088.982,56	-2.297.634.725,39
Aquisição de Ativo Não Circulante		-	-10.956,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		-3.327.088.982,56	-2.297.623.769,39
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		3.234.499.991,95	2.178.373.867,67
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		4.304.382.372,26	2.126.008.504,59
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		7.538.882.364,21	4.304.382.372,26

Capítulo 6. Demonstrações Contábeis

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Especificação	NE	Resultados Acumulados	Total
Saldo Inicial do Exercício 2017		27.632.985.898,22	27.632.985.898,22
Ajustes de Exercícios Anteriores		-11.048.482,82	-11.048.482,82
Resultado do Exercício		8.093.544.987,75	8.093.544.987,75
Saldo Final do Exercício 2017		35.715.482.403,15	35.715.482.403,15
Saldo Inicial do Exercício 2018		35.715.482.403,15	35.715.482.403,15
Ajustes de Exercícios Anteriores		-49.567,41	-49.567,41
Resultado do Exercício		7.454.021.051,77	7.454.021.051,77
Saldo Final do Exercício 2018		43.169.453.887,51	43.169.453.887,51

Notas explicativas das Demonstrações Contábeis - FMM

O Departamento de Marinha Mercante, Órgão da Administração Direta do Poder Executivo Federal, subordinado à Pasta do Ministério dos Transportes, ligado na Estrutura Regimental à Secretaria de Fomento e Parcerias, conforme Decreto Nº 9.000, de 08 de março de 2017, tem como finalidade, de promover estudos, supervisão, e monitoramento das atividades orçamentárias, financeiras dos recursos do Fundo da Marinha Mercante, bem como, acompanhar a arrecadação e a aplicação do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante – AFRMM, que é a principal fonte de financiamento de longo prazo do setor, destinada a promover o desenvolvimento da marinha mercante e da indústria de construção e reparação naval brasileira, e das demais receitas do FMM.

As Demonstrações Contábeis do 4º trimestre, encerradas em 31 de dezembro de 2018, foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/64, Decreto-Lei nº 200/1967, Decreto nº 93.872/1986 e Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem também as disposições do Conselho Federal de Contabilidade em cumprimento aos Princípios de Contabilidade; Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP; Manual SIAFI e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP – NBC-T 16.

Informações mais relevantes, do Departamento de Fomento e Desenvolvimento da Infraestrutura, no que tange à arrecadação/execução orçamentária e financeira no exercício de 2018.

Nota 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Os valores recebidos decorrentes das amortizações e juros dos contratos de financiamento com recursos do FMM são aplicados nesta conta para garantir uma maior remuneração dos valores disponíveis:

- Em 30/09/2018 de R\$ 7.480.161.017,79 D
- Em 31/12/2018 de R\$7.538.412.033,92 D

Nota 02 – Ativo Realizável a Longo Prazo

O Fundo da Marinha Mercante (FMM) é um fundo de natureza contábil, destinado a prover recursos para o desenvolvimento da Marinha Mercante e da indústria de construção e reparo naval brasileira, cuja principal fonte de recurso é o AFRMM (Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante), embora tenha recursos de outras fontes, como o retorno dos financiamentos concedidos e a remuneração das próprias disponibilidades financeiras, entre outros. Os parâmetros a serem seguidos pelo FMM e pelos agentes financeiros para a concessão de financiamentos com recursos do fundo estão previstos na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.828/2009. Adicionalmente, a Portaria GM nº 253, de 12/03/2009, publicada em 16/12/2009, do Ministério da Infraestrutura, define o procedimento para que os armadores e estaleiros acessem os recursos do fundo, que, de

maneira resumida, é dividido nas seguintes etapas:

- 1) Consulta Prévia: Apresentação do projeto para o Departamento de Fomento e Desenvolvimento da Infraestrutura, usando as regras e procedimentos aplicados para este tipo de projeto (embarcação ou estaleiro), conforme a Lei nº 10.893/2004.
- 2) Aprovação do Projeto: O projeto é submetido para aprovação do Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante, ao qual, se aprovado, é concedida priorização de uso dos recursos do FMM.
- 3) Contratação: Com a concessão da priorização dos recursos do FMM, o armador ou estaleiro procura algum dos agentes financeiros do FMM (BNDES, BB, CAIXA, BNB, BASA) a fim de solicitar financiamento para o projeto com uso dos recursos do fundo.
- 4) Liberação de recursos e Acompanhamento das obras: Após a contratação, os recursos são liberados pelo agente financeiro em parcelas mediante acompanhamento da execução da obra.
- 5) Retorno dos recursos: terminada a etapa de liberação dos recursos e após concluído o prazo de carência, inicia-se a amortização dos financiamentos, no qual os recursos do financiamento concedido são devolvidos aos agentes financeiros que, por sua vez, os devolvem ao FMM.

Importante destacar que o risco de crédito dos financiamentos é dos agentes financeiros. O Departamento de Fomento e Desenvolvimento da Infraestrutura possui convênio firmado com todos os agentes financeiros do fundo, definindo as regras da relação entre o fundo e os agentes. De forma simplificada, após a liberação do recurso ao agente financeiro, o mesmo o repassa ao armador e este tem um prazo para iniciar a amortização, conforme previsão contratual. Nos contratos em que o mutuário estiver adimplente, a exigibilidade de reembolso dos recursos ao FMM, dar-se-á até o dia 10 (dez) do mês seguinte às datas estipuladas contratualmente entre agente financeiro e o mutuário para amortização. Durante o período em que o recurso estiver no caixa dos agentes financeiros, este deverá ser remunerado pela Taxa Média SELIC, observando-se a legislação específica do FMM e os prazos máximos fixados pelo Conselho Monetário Nacional. Existem regras específicas de retorno dos financiamentos para o caso de inadimplência de mutuários, concedendo prazo adicional para o agente financeiro recuperar o crédito.

As liberações de recursos para os agentes financeiros são realizadas por meio de empenhos no SIAFI registrados com o CNPJ do tomador do empréstimo, após solicitação formal do agente financeiro. O mesmo se aplica no caso dos retornos dos financiamentos, caso em que as amortizações do principal são registradas pelo CNPJ do estaleiro ou armador, o que permite controlar o saldo de cada tomador.

Esta conta evidencia os valores a receber, por empresa, dos contratos de financiamento com recursos do FMM:

- Em 30/09/2018 R\$ 35.728.614.736,25
- Em 31/12/2018 R\$ 35.631.151.991,90
- Liberado 4º trimestre R\$1.445.407.858,14
- Amortizado 4º trimestre R\$ 657.788.098,50

Nota 03 – Depreciação Acumulada de Bens Móveis

A depreciação do Imobilizado é calculada por sistema próprio de acordo com a macrofunção 020330 mediante aplicação de quotas constante, para tanto, leva em consideração a vida útil dos bens.

Comparativo com a evolução da composição da Depreciação Acumulada:

- Em 30/09/2018 de R\$ 742.265,46 C
- Em 31/12/2018 de R\$ 766.086,63 C

Nota 04 – Demais Obrigações a Curto Prazo

Essa conta evidencia o total pago a título de ressarcimento, tivemos a seguinte composição:

- Em 30/09/2018 de R\$ 5.740.960,45 D
- Em 31/12/2018 de R\$14.231.839,89 D

Nota 05 – Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias

Registra os valores da taxa de utilização do sistema mercante, que depende de maior ou menor itens de importação, pois é cobrado por conhecimento de embarque na importação de longo curso, teve a seguinte composição:

- Em 30/09/2018 de R\$ 19.569.168,20 C
- Em 31/12/2018 de R\$ 25.975.823,50 C

Nota 06 – Variações Monetárias e Cambiais

Registra os valores de variação cambial ocorrida durante a execução dos contratos, com a seguinte composição:

- Em 30/09/2018 de R\$ 6.133.411.039,37 C
- Em 31/12/2018 de R\$ 7.191.380.015,11 C

Nota 07 – Outras Obrigações a Curto Prazo

Este item consolida os pagamentos através dos pagamentos de restituição e compensação de receitas, tivemos a seguinte composição:

- Em 30/09/2018 de R\$10.466.197,98 D
- Em 31/12/2018 de R\$12.607.054,77 D

Nota 08 - Receitas

Registra a arrecadação do principal da receita orçamentária, arrecadada por meio de gru e classificada por código de recolhimento:

Principal – Cota a parte

- Em 30/09/2018 de R\$ 2.938.347.726,78 C
- Em 31/12/2018 de R\$3.942.775.334,68 C

Amortização

- Em 30/09/2018 de R\$ 2.533.590.543,19 C
- Em 31/12/2018 de R\$ 3.191.378.641,69 C

Juros

- Em 30/09/2018 de R\$ 464.102.900,68 C
- Em 31/12/2018 de R\$ 614.421.630,91 C

Capítulo 6. Demonstrações Contábeis

Evolução das renúncias do AFRMM

EVOLUÇÃO DAS RENÚNCIAS DO AFRMM - POR TRIMESTRE ANO 2018

UND: R\$

Navegação	Renúncia	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre	2018	
LONGO CURSO	ISENÇÃO	Quantidade	32.694	32.057	28.721	27.697	121.169
		Valor	201.668.201,31	216.941.008,23	289.533.529,13	216.430.825,25	924.573.563,92
	NÃO INCIDÊNCIA	Quantidade	1.164	738	376	303	2.581
		Valor	78.503.013,86	64.443.792,12	60.178.808,48	959.345.153,94	1.162.470.768,40
CABOTAGEM	ISENÇÃO	Quantidade	217	697	388	1.340	2.642
		Valor	7.157.295,46	1.178.572.637,65	11.760.956,56	68.055.829,43	1.265.546.719,10
	NÃO INCIDÊNCIA	Quantidade	75.311	78.357	87.812	87.012	328.492
		Valor	71.075.726,54	60.057.331,28	79.083.246,20	84.152.258,44	294.368.562,46
INTERIOR	ISENÇÃO	Quantidade	68	170	100	-	338
		Valor	2.723.271,99	6.159.449,10	3.887.881,64	-	12.770.602,73
	NÃO INCIDÊNCIA	Quantidade	3.238	1.719	2.938	2.481	10.376
		Valor	61.209.585,58	31.108.880,51	104.606.276,80	55.308.797,96	252.233.540,85
TOTAL	ISENÇÃO	Quantidade	32.979	32.924	29.209	29.037	124.149
		Valor	211.548.768,76	1.401.673.094,98	305.182.367,33	284.486.654,68	2.202.890.885,75
	NÃO INCIDÊNCIA	Quantidade	79.713	80.814	91.126	89.796	341.449
		Valor	210.788.325,98	155.610.003,91	243.868.331,48	1.098.806.210,34	1.709.072.871,71
RENÚNCIA		Quantidade	112.692	113.738	120.335	118.833	465.598
		Valor	422.337.094,74	1.557.283.098,89	549.050.698,81	1.383.292.865,02	3.911.963.757,46

Fonte : Sistema Mercante

Elaborado em 18/01/2019 na CGOF-AFR

Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 2019.

FRANCISCO FERREIRA DE SOUZA

Contador – CRC/RJ 043658/O-3

Contador Responsável pelo Fundo da Marinha Mercante

Capítulo 6. Demonstrações Contábeis

Demonstrações contábeis - FNAC

Balanço Patrimonial

ATIVO			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2018	2017
ATIVO CIRCULANTE		17.646.231.913,54	14.349.972.241,17
Caixa e Equivalentes de Caixa	01	17.646.231.913,54	14.349.972.241,17
ATIVO NÃO CIRCULANTE		230.065.505,05	228.475.655,05
Ativo Realizável a Longo Prazo		228.442.188,13	228.442.188,13
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo		228.442.188,13	228.442.188,13
Imobilizado		1.623.316,92	33.466,92
Bens Móveis		1.589.850,00	65.053.552,58
Bens Móveis		1.589.950,00	65.704.111,79
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-	-
Bens Imóveis		33.466,92	33.466,92
Bens Imóveis		33.466,92	33.466,92
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-	-
TOTAL DO ATIVO		43.240.722.962,35	35.786.709.129,05
PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2018	2017
PASSIVO CIRCULANTE			4.819,50
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		-	4.819,50
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL			4.819,50

PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
ESPECIFICAÇÃO		2018	2017
Resultados Acumulados		17.876.297.418,59	14.578.443.076,72
Resultado do Exercício		3.297.854.341,87	8.268.274.619,41
Resultados de Exercícios Anteriores		14.578.443.076,72	9.506.451.039,13
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-3.196.282.581,82
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		17.876.297.418,59	14.578.443.076,72
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		17.876.297.418,59	14.578.447.896,22
DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL			
DESTINAÇÃO DE RECURSOS		SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO	
Recursos Vinculados			7.459.450.500,03
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas			7.360.753.082,99
Outros Recursos Vinculados a Fundos			98.697.417,04
TOTAL			7.459.450.500,03

Capítulo 6. Demonstrações Contábeis

Demonstrações contábeis – Balanço Patrimonial

QUADRO DE COMPENSAÇÕES					
ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	2018	2017
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	128.000,00	0,00	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	802.133.329,34	743.162.096,18
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	128.000,00	0,00	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres a Liberar	787.600.660,26	734.729.994,73
			Obrigações Contratuais a Executar	14.532.669,08	8.432.101,45
TOTAL	128.000,00	0,00	TOTAL	802.133.329,34	743.162.096,18

Capítulo 6. Demonstrações Contábeis

Demonstração das Variações Patrimoniais

	NE	2018	2017
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	<u>07</u>	7.618.521.332,21	20.431.054.419,50
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		3.107.751.662,13	8.913.887.341,04
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		3.107.751.662,13	8.913.887.341,04
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		1.398.908.492,75	872.336.506,70
Juros e Encargos de Mora		195.870,60	41.425.158,67
Variações Monetárias e Cambiais		-	16.994.265,67
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	<u>04</u>	1.398.712.622,15	813.917.082,36
Transferências e Delegações Recebidas		3.109.439.314,58	10.643.003.494,44
Transferências Intragovernamentais		3.109.439.314,58	10.643.003.494,44
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		4.819,50	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos		4.819,50	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		2.417.043,25	1.827.077,32
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		2.417.043,25	1.827.077,32
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	<u>07</u>	4.320.666.990,34	12.162.779.800,09
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		33.208.800,58	26.391.342,36
Serviços	<u>05</u> <u>06</u>	33.208.800,58	26.391.342,36
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		8.143.386,70	49.494.532,77
Descontos Financeiros Concedidos		8.143.386,70	49.494.532,77
Transferências e Delegações Concedidas		4.279.314.731,45	11.342.396.620,16
Transferências Intragovernamentais		4.232.028.345,44	11.281.456.150,21
Transferências Intergovernamentais		47.286.386,01	60.940.469,95
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		-	744.492.149,00
Desincorporação de Ativos		-	744.492.149,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		71,61	5.155,80
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		71,61	5.155,80
RESULTADO DO PERÍODO		3.297.854.341,87	8.268.274.619,41

Capítulo 6. Demonstrações Contábeis

Balanco Orçamentário

RECEITA					
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES		4.968.232.977,00	4.968.232.977,00	4.497.380.183,97	-470.852.793,03
Receita Patrimonial		4390684123	4.390.684.123,00	3.778.933.829,03	-611.750.293,97
Valores Mobiliários		685.390.774,00	685.390.774,00	1.395.415.298,56	710.024.524,56
Delegação de Serviços Públicos		3.705.293.349,00	3.705.293.349,00	2.383.518.530,47	-1.321.774.818,53
Receitas de Serviços		577.548.854,00	577.548.854,00	717.752.820,54	140.203.966,54
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transportes		577.548.854,00	577.548.854,00	717.752.820,54	140.203.966,54
Outras Receitas Correntes		-	-	693.534,40	693.534,40
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		-	-	693.534,40	693.534,40
RECEITAS DE CAPITAL		-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES		-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS		4.968.232.977,00	4.968.232.977,00	4.497.380.183,97	-470.852.793,03
REFINANCIAMENTO		-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO		4.968.232.977,00	4.968.232.977,00	4.497.380.183,97	-470.852.793,03
DEFICIT		-	-	-	-
TOTAL	09	4.968.232.977,00	4.968.232.977,00	4.497.380.183,97	-470.852.793,03

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES		74.163.617,00	39.900.440,99	28.196.525,26	28.196.525,26	34.263.176,01
Outras Despesas Correntes		74.163.617,00	39.900.440,99	28.196.525,26	28.196.525,26	34.263.176,01
DESPESAS DE CAPITAL		1.325.831.333,00	1.147.784.348,00	1.063.546.839,00	1.063.546.839,00	178.046.985,00
Investimentos		173.874.344,00	85.827.359,00	1.589.850,00	1.589.850,00	88.046.985,00
Inversões Financeiras		1.151.956.989,00	1.061.956.989,00	1.061.956.989,00	1.061.956.989,00	90.000.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		2.904.601.723,00	-	-	-	2.904.601.723,00
RESERVA DO RPPS		-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS		4.304.596.673,00	1.187.684.788,99	1.091.743.364,26	1.091.743.364,26	3.116.911.884,01
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / FINANCIAMENTO		-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO		4.304.596.673,00	1.187.684.788,99	1.091.743.364,26	1.091.743.364,26	3.116.911.884,01
SUPERÁVIT		-	3.309.695.394,98	-	-	-3.309.695.394,98
TOTAL	10	4.304.596.673,00	4.497.380.183,97	1.091.743.364,26	1.091.743.364,26	-192.783.510,97

	Inscritos	Cancelados	Pagos	Saldos
Restos a Pagar não Processados	169.696.773,41	3.738.116,47	52.298.732,94	113.659.924,00
Restos a Pagar Processados	4.819,50	4.819,50	-	-

Capítulo 6. Demonstrações Contábeis

Balanco Financeiro

INGRESSOS			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2018	2017
Receitas Orçamentárias		4.497.380.183,97	9.721.562.126,62
Ordinárias		-	-
Vinculadas		7.486.668.266,33	5.646.043.252,65
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		4.505.523.570,67	9.771.794.532,65
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-8.143.386,70	-50.232.406,03
Transferências Financeiras Recebidas		3.109.439.314,58	10.643.003.494,44
Resultantes da Execução Orçamentária		3.101.020.353,31	10.534.023.131,88
Repasse Recebido		3.101.020.353,31	10.534.023.131,88
Independentes da Execução Orçamentária		8.418.961,27	108.980.362,56
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		199.123,08	58.747.956,53
Demais Transferências Recebidas		76.451,49	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais		8.143.386,70	50.232.406,03
Recebimentos Extraorçamentários		99.495.052,19	112.180.947,17
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		-	4.819,50
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		95.941.424,73	112.176.127,67
Outros Recebimentos Extraorçamentários		3.553.627,46	-
Arrecadação de Outra Unidade		256.303,87	-
Saldo do Exercício Anterior		14.349.972.241,17	6.046.554.489,34
Caixa e Equivalentes de Caixa		14.349.972.241,17	6.046.554.489,34
TOTAL		22.056.286.791,91	26.523.301.057,57
DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2018	2017
Despesas Orçamentárias		1.187.684.788,99	2.922.685.852,96
Ordinárias		-	1.283.123.547,00
Vinculadas		1.187.684.788,99	1.639.562.305,96
Operação de Crédito		-	33.940.913,00
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		1.187.684.788,99	1.605.621.392,96
Transferências Financeiras Concedidas		3.170.071.356,44	9.025.725.377,09
Resultantes da Execução Orçamentária		39.440.844,91	23.542.902,73
Repasse Concedido		39.256.328,91	23.542.902,73
Repasse Devolvido		184.516,00	-
Independentes da Execução Orçamentária		3.130.630.511,53	9.002.182.474,36
Transferências Concedidas para Pagamento de RP		20.959.469,95	44.305.024,07
Movimento de Saldos Patrimoniais		3.109.671.041,58	8.957.877.450,29
Despesas Extraorçamentárias		52.298.732,94	224.917.586,35
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		52.298.732,94	224.917.586,35
Saldo para o Exercício Seguinte		17.646.231.913,54	14.349.972.241,17
Caixa e Equivalentes de Caixa		17.646.231.913,54	14.349.972.241,17
TOTAL	08	22.056.286.791,91	26.523.301.057,57

Capítulo 6. Demonstrações Contábeis

Demonstrações do Fluxo de Caixa

	NE	2018	2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	03	4.359.806.511,37	11.303.674.140,87
INGRESSOS		7.610.373.126,01	20.364.565.621,06
Receitas Derivadas e Originárias		4.497.380.183,97	9.721.562.126,62
Receita de Contribuições		2.383.518.530,47	8.238.034.477,96
Receita de Serviços		717.752.820,54	667.783.488,98
Remuneração das Disponibilidades		1.395.415.298,56	813.917.082,36
Outras Receitas Derivadas e Originárias		693.534,40	1.827.077,32
Outros Ingressos das Operações		3.112.992.942,04	10.643.003.494,44
Transferências Financeiras Recebidas		3.109.439.314,58	10.643.003.494,44
Arrecadação de Outra Unidade		256.303,87	-
Demais Recebimentos		3297323,59	-
DESEMBOLSOS		-3.250.566.614,64	9.060.891.480,19
Pessoal e Demais Despesas		-33.208.872,19	-26.384.410,82
Transporte		-33.208.872,19	-26.384.410,82
Transferências Concedidas		-47.286.386,01	-8.781.692,28
Intergovernamentais		-47.286.386,01	-8.781.692,28
A Estados e/ou Distrito Federal		-47.286.386,01	-8.781.692,28
A Municípios		-1.513.338,48	-
Intragovernamentais		-	-7.267,84
Outros Desembolsos das Operações		-3.170.071.356,44	-9.025.725.377,09
Transferências Financeiras Concedidas		-3.170.071.356,44	-9.025.725.377,09
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		-1.063.546.839,00	-3.000.256.389,04
INGRESSOS		-	-
DESEMBOLSOS		-1.063.546.839,00	-3.000.256.389,04
Aquisição de Ativo Não Circulante		-1.063.546.839,00	-3.000.256.389,04
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		3.296.259.672,37	8.303.417.751,83
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		14.349.972.241,17	6.046.554.489,34
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		17.646.231.913,54	14.349.972.241,17

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Especificação	NE	Resultados Acumulados	Total
Saldo Inicial do Exercício 2017		9.506.451.039,13	9.506.451.039,13
Ajustes de Exercícios Anteriores		-3.196.282.581,82	-3.196.282.581,82
Resultado do Exercício		8.268.274.619,41	8.268.274.619,41
Saldo Final do Exercício 2017		14.578.443.076,72	14.578.443.076,72
Saldo Inicial do Exercício 2018		14.578.443.076,72	14.578.443.076,72
Resultado do Exercício		3.297.854.341,87	3.297.854.341,87
Saldo Final do Exercício 2018		17.876.297.418,59	17.876.297.418,59

Capítulo 6. Demonstrações Contábeis

Notas explicativas das Demonstrações Contábeis - FNAC

Nota 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa

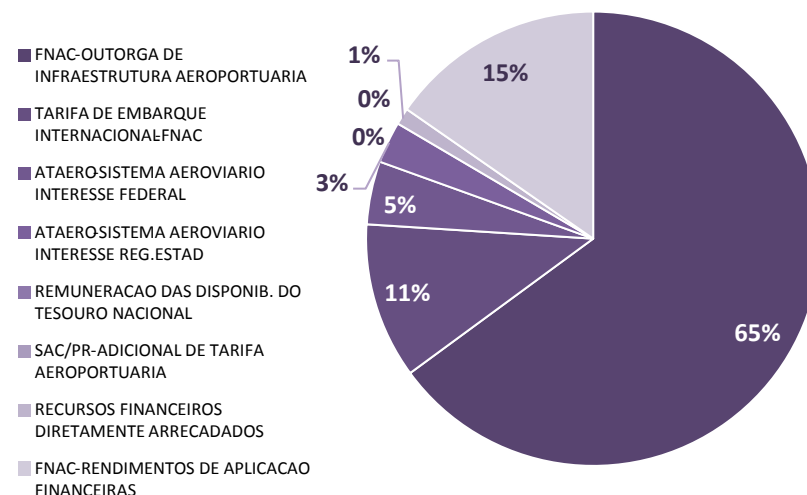
Este item contempla o numerário e outros bens e direitos conversíveis e evidenciados em moeda nacional. Em 31/12/2018, o Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC possuía um saldo em reais de aproximadamente R\$ 17 bilhões e 876 milhões relacionados a Caixa e Equivalentes de Caixa, respectivamente. Destes, as aplicações na Conta única correspondem a um saldo superior a R\$ 17 bilhões e 622 milhões decorrentes de arrecadações no corrente ano e exercícios anteriores.

Dada a sua relevância, a seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se por Fonte de Recursos, dos valores aplicados em Conta Única.

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	DEZ/2018	DEZ/2017	ANÁLISES CONTÁBÉIS		
			Saldo	Saldo	DIFERENÇA
POR FONTE DE RECURSOS					
FNAC-OUTORGA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUARIA	11.443.478.634,59	9.844.466.676,09	1.599.011.958,50	16,24%	64,85%
TARIFA DE EMBARQUE INTERNACIONAL-FNAC	1.951.766.521,23	1.428.867.285,80	522.899.235,43	36,60%	11,06%
ATAERO-SISTEMA AEROVIARIO INTERESSE FEDERAL	794.708.212,17	785.005.028,95	9.703.183,22	1,24%	4,50%
ATAERO-SISTEMA AEROVIARIO INTERESSE REG.ESTAD	399.304.865,19	431.313.441,44	(32.008.576,25)	-7,42%	2,26%
REMUNERACAO DAS DISPONIB. DO TESOURO NACIONAL	0,00	7.322.450,78	(7.322.450,78)	-100,00%	0,00%
SAC/PR-ADICIONAL DE TARIFA AEROPORTUARIA	8.685,27	8.685,27	0,00	0,00%	0,00%
ATAERO-SISTEMA AEROVIARIO INTERESSE REG.ESTAD	122.543.969,26	129.680.990,07	(7.137.020,81)	-5,50%	0,69%
RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	209.161.557,70	209.076.386,13	85.171,57	0,04%	1,19%
FNAC-RENDIMENTOS DE APLICACAO FINANCEIRAS	2.705.768.844,22	1.494.740.672,73	1.211.028.171,49	81,02%	15,33%
FNAC-OUTORGA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUARIA	12.400.160,00	12.400.160,00	0,00	0,00%	0,07%
TARIFA DE EMBARQUE INTERNACIONAL-FNAC	5.000.000,00	5.000.000,00	0,00	0,00%	0,03%
FNAC-RENDIMENTOS DE APLICACAO FINANCEIRAS	2.090.463,91	2.090.463,91	0,00	0,00%	0,01%
FONTE: SIAFI 2018	17.646.231.913,54	14.349.972.241,17	3.296.259.672,37	22,97%	100,00%

Tabela 1 – Recursos da Conta Única Aplicados – Variação Análise Horizontal.

Caixa e equivalentes de caixa



Capítulo 6. Demonstrações Contábeis

Nota 02 – Obrigações Contratuais

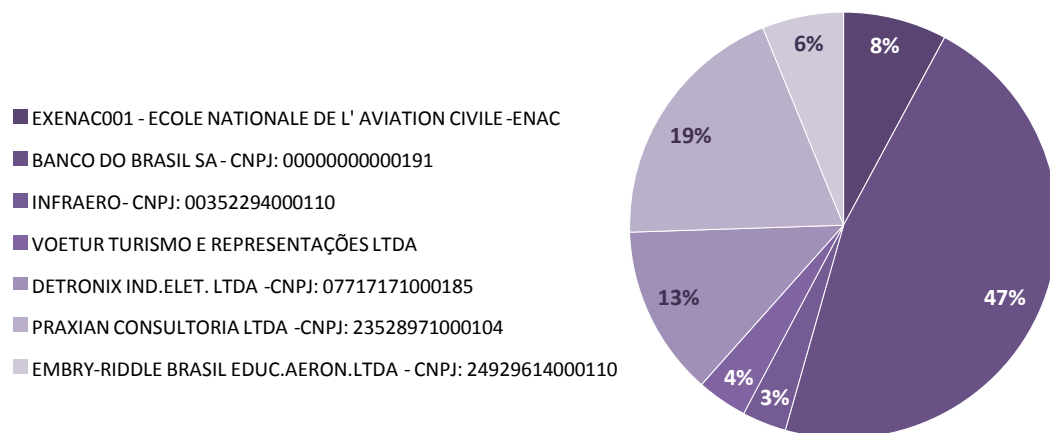
O órgão do FNAC encerrou o 4º trimestre de 2018 com um saldo de R\$ 14.531.801,53 decorrentes de obrigações contratuais, relacionados a parcelas a pagar de contratos que serão executadas nos próximos exercícios.

A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, de acordo com os credores.

CONTRATOS – Valores discriminados R\$	
EXENAC001- ECOLE NATIONALE DE L' AVIATION CIVILE-ENAC	1.139.736,14
BANCO DO BRASIL SA- CNPJ: 00000000000191	6.750.975,08
INFRAERO- CNPJ: 00352294000110	487.248,81
VOETUR TURISMO E REPRESENTAÇÕES LTDA	553.660,64
DETRONIX IND.ELET. LTDA-CNPJ: 07717171000185	1.871.100,00
PRAXIAN CONSULTORIA LTDA-CNPJ: 23528971000104	2.803.192,00
EMBRY-RIDDLE BRASIL EDUC.AERON.LTDA- CNPJ: 24929614000110	897.086,40
MIRANDA TURISMO E REPRES LTDA – EP- CNPJ: 24929614000110	28.802,46
TOTAL	14.531.801,53

Tabela 3 – Obrigações Contratuais-Serviços– Por Contratado.

Discriminação de Contratos em execução



Nota 03 – Demonstrações do Fluxo de Caixa

O item de receita com maior expressividade no fluxo de atividades das operações foi a receita patrimonial correspondendo a 54,67% do fluxo em questão e em segundo lugar foi o item remuneração das disponibilidades com 32% do fluxo. A tendência do fluxo de caixa de atividades de investimento foi negativa impactando o caixa, e o do fluxo de caixa de financiamento foi zerado. Outro ponto de relevância é o desembolso, no qual as transferências concedidas, em específico intergovernamentais representou um grande volume de recursos.

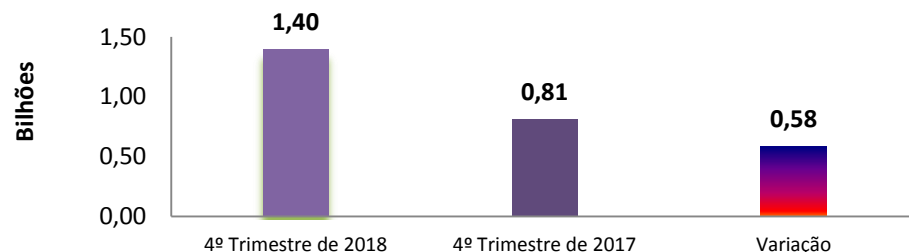
ANÁLISES.	2018	2017	AH	DIFERENÇA DOS PERÍODOS	CAIXA(2018)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	4.359.806.511,37	11.303.674.140,87	-61,43%	6.943.867.629,50	VARIAÇÃO % CI(CAIXA INICIAL) – CF(CAIXA FINAL)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-1.063.546.839,00	-3.000.256.389,04	-64,55%	-1.936.709.550,04	14.349.972.241,17 (CI)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00	0%	0,00	17.646.231.913,54 (CF)
TOTAL DO CAIXA LIQUIDO	3.296.259.672,37	8.303.417.751,83	-60,30%	5.007.158.079,46	22,97%

Nota 04 – Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras

A rubrica de Remuneração de aplicações financeiras, no quarto trimestre de 2018 totalizou o saldo fechado de R\$ 1.398.712.622,15. No exercício anterior no mesmo período, o saldo era de R\$ 813.917.082,36. Os recursos são aplicados no Tesouro, e são apurados os rendimentos de aplicações de recursos da conta única na conta Remuneração de aplicações financeiras na unidade Fundo Nacional de Aviação Civil.

a) 4º trimestre 2018	a) 4º trimestre 2017	Varição (a-b)
1.398.712.622,15	813.917.082,36	584.795.539,79
171,84%	100%	71,84%

Remuneração de aplicações financeiras



Capítulo 6. Demonstrações Contábeis

Nota 05 – Serviços de Transportes, passagem, locomoção e hospedagem – PJ

No comparativo com o exercício anterior, não houve movimento de apropriação de despesas com fornecimento de passagens aéreas. Por outro lado, no 4º trimestre de 2018, houve expressiva apropriação desse tipo específico de despesa, conforme quadro abaixo:

Unidade Gestora	2018	2017	VARIAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL	399.876,59	257.404,66	142.471,93

Nota 06 – Serviços

A variação de R\$ 33.208.800,58 do quarto trimestre de 2018, representa uma redução percentual de 25,83 % na comparação com o mesmo período de 2017. A rubrica de serviços, que incorpora o saldo de diversas contas contábeis, refere-se principalmente a diárias, serviços terceiros-PJ, serviços técnicos profissionais, serviços transporte, passagem, locomoção e hospedagem-PJ e serviços educacionais e culturais-PJ. Conforme demonstrado no quadro abaixo:

Conta contábil	31/12/2017	31/12/2018	AV %	AH%	Diferença períodos
Diárias	257404,66	399876,59	1,20%	55,34%	142471,93
Serviços técnicos profissionais	25718256,75	30940520,95	93,16%	20,30%	5222264,20
Serviços transp.passagem, locomoção e hosped.-PJ	408413,11	390542,53	1,17%	-4,375%	17870,58
Serviços educacionais e culturais-PJ	0,00	1476810,41	4,44%	1476810%	1476810,41
Serviços administrativos-PJ	0,00	1050,10	0,0031%	1050,10%	1050,1
Serv. técnicos prof-PJ-intra	7267,84	0,00	0	-100%	-7267,84
Total	26391342,36	33208800,58	100%	25,83%	6817458,02

De acordo com a análise horizontal que relaciona os dois períodos anuais, a evolução no tempo, o serviço de maior relevância do ponto de vista monetário expressivamente foi à rubrica Serviços educacionais e culturais-PJ.

De acordo com análise vertical que relaciona a composição das rubricas somente de um período. Destacou-se em termos de valores, também a rubrica Serviços técnicos profissionais com 93,16% do total de serviços conforme quadro acima. Refere-se grande parte ao pagamento da remuneração do Banco do Brasil contrato 11/2013, sendo objeto a ser observado como relevante para explicação das Demonstrações contábeis.

Nota 07 – Variações Patrimoniais Aumentativas X Variações Patrimoniais Diminutivas

VPD X VPA	31/12/2018	31/12/2017	AH%
Variações Patrimoniais Aumentativas (i)	7.618.521.332,21	20.431.054.419,50	-62,71%
Variações Patrimoniais Diminutivas(ii)	4.320.666.990,34	12.162.779.800,09	-64,47%
Resultado Patrimonial	3.297.854.341,87	8.268.274.619,41	-60,11%

A variação principal nas Variações Patrimoniais Aumentativas considerando os dois períodos 2017 para 2018 foi a redução de 70,78% nas transferências intragovernamentais conforme análise das Demonstrações das Variações Patrimoniais. O mesmo ocorreu, nas Variações Diminutivas, a maior expressividade foi nas transferências intragovernamentais, tendo uma variação horizontal de 62,48%.

Nota 08 – Resultado Financeiro

O resultado financeiro do exercício de 2018 resultou no acréscimo superior a R\$ 3 bilhões e 200 milhões ao Caixa do FNAC e sua formação é detalhada na tabela a seguir:

Resultado financeiro	31/12/2018	31/12/2017	AH(%)
(a) Receita Orçamentária	4.497.380.183,97	9.721.562.126,62	-53,74%
(b) Despesa Orçamentária	1.187.684.788,99	2.922.685.852,96	-59,36%
Subtotal (a - b)	3.309.695.394,98	6.798.876.273,66	-51,32%
(c) Transferências Financeiras Recebidas	3.109.439.314,58	10.643.003.494,44	-70,78%
(d) Transferências Financeiras Concedidas	3.170.071.356,44	9.025.725.377,09	-64,88%
Subtotal (c - d)	-60.632.041,86	1.617.278.117,35	-103,75%
(e) Recebimentos Extraorçamentários	99.495.052,19	112.180.947,17	-11,31%
(f) Pagamentos Extraorçamentários	52.298.732,94	224.917.586,35	-76,75%
Subtotal (e - f)	47.196.319,25	-112.736.639,18	-141,86%
Resultado Financeiro do Exercício (a-b)+(c-d)+(e-f)	3.296.259.672,37	8.303.417.751,83	-60,30%

A variação significativa deve-se a expressiva diminuição de arrecadação do Fundo nacional de Aviação civil, totalizando percentualmente -53,74% , sendo um impacto diretamente proporcional a redução do Caixa do FNAC, outro ponto de grande notoriedade é a queda acentuada de -70,78% de transferências financeiras recebidas.

Capítulo 6. Demonstrações Contábeis

Nota 09 – Resultado Orçamentário

No resultado orçamentário os valores arrecadados no 4º Trimestre de 2018 estão apresentados na tabela abaixo, comparados com o mesmo período do exercício anterior:

	31/12/2018	31/12/2017	AH(%)
RECEITAS CORRENTES	4.497.380.183,97	9.721.562.126,62	-53,73%

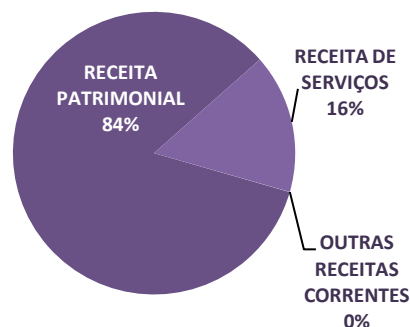
Identificou-se uma redução de 53,73% na arrecadação de receita correntes no comparativo dos dois exercícios.

A previsão inicial da arrecadação de receitas do Fundo Nacional de Aviação Civil era de R\$ 4.968.232.977,00. No demonstrativo do saldo 4º trimestre identificou-se que foi realizado R\$ 4.497.380.183,97, correspondente a 90,52% do total da previsão inicial. Do total realizado 100% correspondem a Receitas Correntes, ou seja, não há saldo receitas de capital evidenciadas no balanço orçamentário.

No Balanço Orçamentário, as Receitas Correntes do Fundo Nacional de Aviação Civil estão evidenciadas conforme a seguinte classificação: (I) Patrimonial (II) de Serviços e (III) Outras Receitas Correntes. A seguir, é apresentada a composição destes grupos de receitas, conforme origem, na data base de 31/12/2018.

RECEITA CORRENTE	31/12/2018	AV (%)
RECEITA PATRIMONIAL	3.778.933.829,03	84,03%
RECEITA DE SERVIÇOS	717.752.820,54	15,95%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	693.534,40	0,01%
TOTAL	4.497.380.183,97	100%

Receitas correntes



Receita corrente	31/12/2018	AV(%)
Valores Mobiliários	1.395.415.298,56	31,02%
Delegação de Serviços Públicos	2.383.518.530,47	52,99%
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	717.752.820,54	15,95%
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	693.534,40	0,0154%
Total	4.497.380.183,97	100%

Nota 10 – Despesas Orçamentárias

Identificou-se no 4º trimestre do exercício de 2018 que 96,64% são correspondentes a despesa de capital, em específico Investimentos e Inversões financeiras. A dotação atualizada é de R\$ 4.304.596.673,00, e foram empenhadas referentes à despesa capital 26,66% da dotação. Deste montante empenhado foi pago o valor de R\$ 1.063.546.839,00, correspondendo a 92,66% das despesas de capital empenhas.

Brasília, 21 de janeiro de 2019.

Allan Augusto Wachholtz

CRC/DF nº 023642/O

Contador Responsável pelo Fundo Nacional de Aviação Civil

17.

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Capítulo 7. Outras informações relevantes

Descrição de como foram decididos os temas do relatório

Este Relatório é produto da construção coletiva do capital intelectual do Ministério, resultado do empenho dos órgãos específicos e singulares integrantes deste Ministério e dos órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

A seleção dos temas mais relevantes para compor o relatório levou em consideração os resultados alcançados com maior impacto para a sociedade em termos de garantir a operação racional e segura dos transportes de bens e pessoas alinhados aos objetivos estratégicos do PPA.

Com relação ao tratamento de determinações e recomendações do TCU, este Ministério contou com a atuação da Assessoria Especial de Controle Interno – AECl, que desde 2015 passou a concentrar o monitoramento das

demandas dos órgãos de controle direcionadas ao MTPA. O acompanhamento, tanto do recebimento, quanto das respostas às demandas passou a ter um maior controle e avaliação prévia de suficiência e qualidade da manifestação. Este tema já foi abordado no Capítulo 3 – Gestão de Riscos e Controles Internos.

18.

ANEXOS E APÊNDICES

Capítulo 8. Anexos e apêndices

Informe sobre a declaração de integridade do relato integrado

Não foi possível apresentar a declaração de integridade do relato integrado dos responsáveis pela governança do Ministério, conforme estabelecido no anexo II da DN TCU 170/2018, uma vez que todos os membros do Comitê Estratégico de Governança – CEG deixaram de integrar os quadros deste Ministério a partir de janeiro de 2019 e nesta data o presente relatório encontrava-se em estágio inicial de elaboração. É importante esclarecer, ainda, que não houve tempo hábil para alteração dos membros do aludido Comitê.

O CEG é composto pelo Ministro de Estado, pelo Secretário-Executivo, pelos titulares das Subsecretarias vinculadas à Secretaria-Executiva e pelos titulares das demais Secretarias.

Capítulo 8. Anexos e apêndices

Lista de siglas e abreviações

ABIN	- Agência Brasileira de Inteligência	CODOMAR	- Companhia Docas do Maranhão
AECI	- Assessoria Especial de Controle Interno	COEX	- Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira
AGU	- Advocacia-Geral da União	COGEP	- Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas
ANAC	- Agência Nacional de Aviação Civil	COGETI	- Comitê Gestor de Tecnologia da Informação
ANTAQ	- Agência Nacional de Transportes Aquaviários	COINF	- Coordenação de Infraestrutura de Informática
ANTT	- Agência Nacional de Transportes Terrestres	COMAP	- Coordenação de Material e Patrimônio
ASCOM	- Assessoria de Comunicação	COMAER	- Comando da Aeronáutica
BNDES	- Banco Nacional do Desenvolvimento	CONAC	- Conselho de Aviação Civil
BR-LEGAL	- Programa de Segurança e Sinalização Rodoviária	CONAERO	- Conselho Nacional de Autoridade Aeroportuárias
BSC	- Balanced Scorecard	CONAGH	- Criação do Comitê Nacional de Gestão Hidroviária
CBTU	- Companhia Brasileira de Trens Urbanos	CONAPORTOS	- Conselho Nacional de Autoridades nos Portos
CDC	- Companhia Docas do Ceará	CONIT	- Conselho Nacional de Integração das Políticas de Transportes
CDFMM	- Conselho Diretor do Fundo de Marinha Mercante	CONJUR	- Consultoria Jurídica
CDP	- Companhia Docas do Pará	CONSETRANS	- Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Transportes
CDRJ	- Companhia Docas do Rio de Janeiro	CONTRAN	- Conselho Nacional de Trânsito
CE	- Comissão de Ética	CORREG	- Corregedoria
CEG	- Comitê Estratégico de Governança	COSIPLAN	- Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento
CEL	- Corredores Logísticos Estratégicos	COSAP	- Comitê Socioambiental Permanente
CETIT	- Comitê Executivo de Gestão de Tecnologia da Informação e Informática dos Transportes	COTEC	- Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação
CGAA	- Coordenação-Geral de Acompanhamento e Avaliação	CPPI	- Conselho do Programa de Parceria de Investimentos
CGCAP	- Coordenação-Geral de Programação e Captação para o Desenvolvimento de Transportes	CREMA	- Programa de Contratação, Restauração e Manutenção por Resultados de Rodovias Federais
CGDC	- Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade	CTI	- Comitê Técnico de Integridade
CGJA	- Coordenação Geral Jurídica de Assuntos Administrativos	CTICS	- Comitê Técnico da Indústria, Comércio e Serviços
CGMO	- Coordenação-Geral de Modernização e Organização	CTLAG	- Comitê Técnico de Logística da Agricultura e do Agronegócio
CGRL	- Coordenação-Geral de Recursos Logísticos	DAS	- Direção e Assessoramento Superior
CGTI	- Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação	DEADE	- Departamento de Avaliação e Desenvolvimento Estratégico
CGU	- Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria Geral da União	DECEA	- Departamento de Controle do Espaço Aéreo
CIDE	- Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	DECEX	- Departamento de Educação e Cultura do Exército
CIG	- Comitê Interno de Governança	DECON	- Departamento de Concessões
CIL	- Centro de Integração Logística	DEDL	- Departamento de Desenvolvimento e Logística
CLE	- Corredores Logísticos Estratégicos	DEINT	- Departamento de Informações de Transportes
CNH	- Carteira Nacional de Habilitação	DEPLAN	- Departamento de Planejamento de Transportes
CNI	- Confederação Nacional da Indústria	DEPTA	- Departamento de Programas de Transportes Aquaviários
CNRH	- Conselho Nacional de Recursos Hídricos	DEPTT	- Departamento de Programas de Transportes Terrestres
COAD	- Coordenação de Administração do Pessoal Ativo	DFMM	- Departamento do Fundo da Marinha Mercante
CODEBA	- Companhia das Docas do Estado da Bahia	DMM	- Departamento da Marinha Mercante
CODERN	- Companhia Docas do Rio Grande do Norte	DMPL	- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
CODESA	- Companhia Docas do Espírito Santo	DNER	- Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
CODESP	- Companhia Docas do Estado de São Paulo	DNIT	- Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

Capítulo 8. Anexos e apêndices

Lista de siglas e abreviações

DOU	-	Diário Oficial da União	MTPA	-	Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
DVP	-	Demonstração das Variações Patrimoniais	OFI	-	Operadores Ferroviários Independentes
EAD	-	Ensino a Distância	PAC	-	Programa de Aceleração do Crescimento
EF	-	Estrada de Ferro	PCASP	-	Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
EMS-A	-	Estações Meteorológicas de Superfície Automáticas	PCN	-	Plano de Continuidade de Negócios
EPL	-	Empresa de Planejamento e Logística	PDTI	-	Plano Diretor de Tecnologia da Informação
ETC	-	Estação de Transbordo de Cargas	PER	-	Programas de Exploração de Rodovias
EVTEA	-	Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental.	PETIC	-	Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação do Setor Transportes
FG	-	Funções Gratificadas	PFA	-	Posto de Fiscalização e Atendimento
FICO	-	Ferrovias Integração Centro Oeste	PGEO	-	Plano Estratégico de Geoinformação do Setor Transportes
FIOL	-	Ferrovias Integração Oeste-Leste	PGF	-	Procuradoria-Geral Federal
FMM	-	Fundo da Marinha Mercante	PGINF	-	Programa Gestão da Informação
FNAC	-	Fundo Nacional de Aviação Civil	PGPE	-	Plano Geral de Cargos do Poder Executivo
FNS	-	Ferrovias Norte-Sul	PHE	-	Plano Hidroviário Estratégico
FRANAVE	-	Companhia de Navegação do São Francisco	PIAF	-	Postos Integrados Automatizados de Fiscalização
GM	-	Gabinete do Ministro	PIL	-	Programa de Investimentos em Logística
GT	-	Grupo de Trabalho	PMGP	-	Programa Modernizando a Gestão Pública
IBAMA	-	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais	PMI	-	Plano de Metas e Investimentos
ICE	-	Índice de Conformidade Executiva	PNCV	-	Programa Nacional de Controle Eletrônico de Velocidade
ICP	-	Índice de Pertinência Complementar Propositivo	PNIH	-	Plano Nacional de Integração Hidroviária
IDE-T	-	Infraestrutura de Dados Espaciais em Transporte	PNL	-	Plano Nacional de Logística
IDG	-	Indicador de Desempenho Geral	PNLI	-	Plano Nacional de Logística Integrada
IIRSA	-	Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul	PNLT	-	Plano Nacional de Logística e Transportes
ILS	-	<i>Instrument Landing System</i> (Sistema de Pouso por Instrumento)	PNT	-	Política Nacional de Transportes
INCRA	-	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	PNTH	-	Política Nacional de Transporte Hidroviário
INDE	-	Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais	PPA	-	Plano Plurianual de Investimentos
INFRAERO	-	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária	PPI	-	Programa de Parcerias de Investimentos
INPH	-	Instituto Nacional de Pesquisas Hidroviárias	PPP	-	Parceria Público-Privada
IP4	-	Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte	PPV	-	Programa de Pesagem de Veículos
IPHAN	-	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	RDC	-	Regime Diferenciado de Contratação
IPR	-	Instituto de Pesquisas Rodoviárias	REIDI	-	Regime Especial para o Desenvolvimento da Infraestrutura
LAI	-	Lei de Acesso a Informação	RFB	-	Receita Federal do Brasil
LOA	-	Lei Orçamentária Anual	RFFSA	-	Rede Ferroviária Federal
MAPA	-	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	SAAD	-	Subsecretaria de Assuntos Administrativos – MT
MAPi	-	Meta Anual Projetada	SAC	-	Secretaria Nacional de Aviação Civil - MT
MBC	-	Movimento Brasil Competitivo	SE	-	Secretaria Executiva – MT
MF	-	Ministério da Fazenda	SEAINF	-	Serviço de Articulação e Informação
MINFRA	-	Ministério da Infraestrutura	SECR	-	Serviço de Cálculos e Remuneração – MT
MP	-	Medida Provisória	SEGES	-	Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes – MT
MPOG	-	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	SEI	-	Sistema Eletrônico de Informação
MRE	-	Ministério de Relações Exteriores			

Capítulo 8. Anexos e apêndices

Lista de siglas e abreviações

SENASP	-	Secretaria Nacional de Segurança Pública / Ministério da Justiça	UFPA	-	Universidade Federal do Pará
SEP	-	Secretaria Especial de Portos	UFRJ	-	Universidade Federal do Rio de Janeiro
SEST	-	Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais	UFSC	-	Universidade Federal de Santa Catarina
SFAT	-	Secretaria de Fomento para Ações de Transportes – MT	UG	-	Unidade Gestora
SFF	-	Sistema Ferroviário Federal	UPC	-	Unidade Prestadora de Contas
SFP	-	Secretaria de Fomento e Parcerias - MT	VALEC	-	Engenharia, Construções e Ferrovias S. A.
SGD	-	Sistema de Gestão de Documentos			
SIAEP	-	Sistema de Acompanhamento de Estudos e Pesquisas			
SIAEX	-	Sistema de Extração			
SIAFI	-	<u>Sistema Integrado de Administração Financeira</u>			
SIC	-	Serviço de Informação ao Cidadão			
SICONV	-	Sistema de Convênios do Governo Federal			
SIGPAC	-	Sistema de Gestão de Programa de Aceleração do Crescimento			
SIOP	-	Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento			
SIORC	-	Sistema de Orçamento			
SIPEC	-	Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal			
SISAC	-	Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões			
SISG	-	Sistemas de Serviços Gerais			
SISP	-	Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação			
SISPF	-	Sistema de Programação Financeira			
SITRA	-	Sistema de Tramitação			
SLTI	-	<u>Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação</u>			
SNP	-	Secretaria Nacional de Portos – MT			
SNV	-	Sistema Nacional de Viação			
SNTTA	-	Secretaria Nacional de Transportes Terrestre e Aquaviários - MT			
SOF	-	Secretaria Orçamento Federal			
SPEs	-	Sociedades de Propósitos Específicos			
SPI	-	Secretaria de Política e Integração - MT			
SPIUnet	-	Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União			
SPL	-	Sistema de Passe Livre			
SPNT	-	Secretaria de Política Nacional de Transportes			
SPO	-	Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – MT			
SPU	-	Secretaria de Patrimônio da União			
STN/MF	-	Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda			
TAC	-	Termo de Ajuste de Conduta			
TAV	-	Trem de Alta Velocidade			
TCU	-	Tribunal de Contas da União			
TED	-	Termo de Execução Descentralizada			
TEU	-	Unidade equivalente ao Contentor de 20 pés.			
TIC	-	Tecnologia da Informação e da Comunicação			
TKU	-	Toneladas por Quilômetro Útil			
TUP	-	Terminais de Uso Privativo			
UFF	-	Universidade Federal Fluminense			

Relatório de Gestão 2018

MINISTÉRIO DA
INFRAESTRUTURA



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL